

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • nº 104 • 17 a 23 de abril de 1980

Por motivos de ordem técnica, na gráfica, esta edição do EM TEMPO está saindo sem sua tradicional cor vermelha.

LULA NÃO

BLEFOU

CONTINUA A GREVE

No jogo com os patrões,
140 mil metalúrgicos
parados desde o dia 1º

(Págs. 12, 13 e 14)

Hélio Campos



*Racha no Partidão
se aprofunda
Em São Paulo
já há duas direções*
(Págs. 6 e 7)

**Um ano da abertura:
Mais de 25 atentados
terroristas impunes**
(Pág. 24)

*O protesto dos
homossexuais*
Realizado em São Paulo o I Encontro
Nacional de Homossexuais
(Págs. 18 e 19)

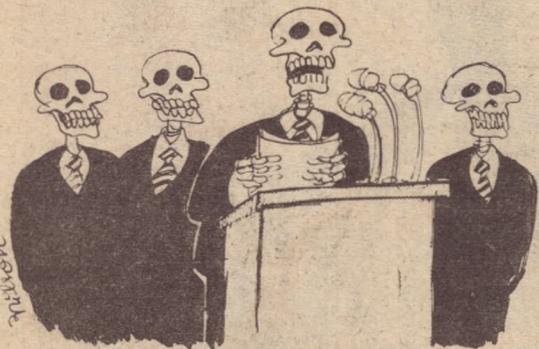
Nilson

e o aniversário da ditadura

O MILAGRE CONTINUA...



...NÓS, AS FORÇAS VIVAS DA NAÇÃO...



NÃO PERMITIREMOS NENHUM RETORNO SÓ ATÉ 64!



A REVOLUÇÃO FEZ 16 ANOS!

JÁ É UM JOVEM ADULTO INFRATOR!



FLÁVIA SCHILLING

Que bom ter você de volta!

A chegada de Flávia no aeroporto em São Paulo. A recepção calorosa. A emoção de um dia que jamais poderá ser esquecido. É uma pequenina história inédita contada por Paulo Schilling.

Por Carlos Tibúrcio

Quando Flávia surgiu na porta da sala "Vip" do aeroporto de Congonhas em São Paulo, abraçada e protegida por seu pai, Paulo Schilling, a alegria e o saber de vitória que se irradiaram pelo ambiente só foram superados pelo gosto profundamente humano da cena. Franzina, com os olhos cheios de lágrimas, sorrindo, linda como uma flor, Flávia mal pode falar, agradecer. Dezenas de repórteres e fotógrafos, como uma onda de mar revolto, cercaram-na, cobriam-na com gravadores e máquinas fotográficas, impediram-na de se locomover. E mesmo essa selvagem demonstração de interesse jornalístico só fez destacar a importância de sua libertação para o povo brasileiro.

Com muito esforço, após abraçar, ainda sorrindo e chorando, a mãe e as irmãs Andreia e Valéria (Claudia, a irmã mais velha, veio com ela do Uruguai), Flávia foi levada à sacada

ximassem demais. Várias mãos tentando tocá-la, alisando os seus cabelos. Um jovem, embevecido, gritando sua alegria por ver que Flávia segurava um cravo que lhe lançara há pouco.

De repente, silêncio. E todas as vozes repetindo, cadenciadamente, as frases da mensagem de boas-vindas preparada pelo CBA de São Paulo: "Que bom ter você de volta! Para viver esse momento, valeram a pena os abaixo-assinados, os cartazes, os atos públicos, as caminhadas, enfim, a campanha pela sua libertação, em que você ia em nossas mentes e em nossos corações. Vale a pena lutar! Que bom que você voltou! Que bom se voltassem nossos irmãos que foram assassinados ou estão desaparecidos ainda hoje! Mas você voltou e nos sentimos mais fortes e animados para continuar a nossa caminhada rumo à conquista



Mais de 1000 pessoas no aeroporto

que dá para a sala de embarque nos vôos nacionais. Entre os passageiros e acompanhantes, ninguém que estivesse ali para recepcioná-la (as mais de mil pessoas que foram recebê-la estavam em outro saguão). E, no entanto, ao vê-la, centenas de pessoas espontaneamente irromperam em palmas, engrossando o coro que gritava "Flávia", "Flávia".

E Flávia, com o grande coração que tem, pedia que todos se lembrassem dos prisioneiros e prisioneiras que continuam nos cárceres do regime uruguaio: "Eu não fui a mais sofrida de todas. Há muita gente que precisa de liberdade e de apoio".

"Flávia, a casa é sua. A luta continua."

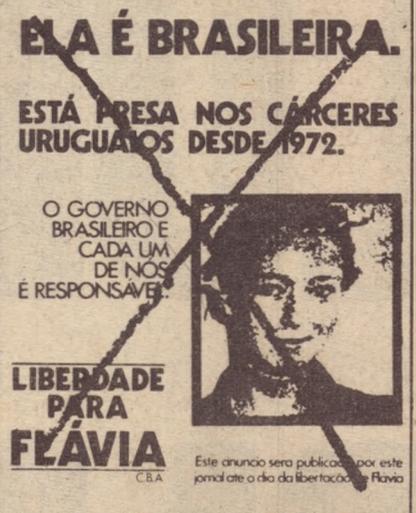
O ponto alto da chegada de Flávia foi sua aparição diante das mais de mil pessoas que foram recebê-la, numa manifestação coordenada por diversas entidades, tendo à frente o Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção São Paulo. Várias faixas saudavam-na: "Flávia, a casa é sua. A luta continua"; "Não foi o governo, Flávia. Foi o povo". Gritos. Flores. Uma verdadeira batalha para impedir que centenas de pessoas se apro-

da anistia ampla, geral e irrestrita, no Brasil e na América Latina. Em breve não haverá mais 3.000 presos políticos no Uruguai. Em breve não haverá mais as Lilian Celibert e os Universindo Dias. Não há derrotas definitivas para a Liberdade. E agora, quando curvamos duas ditaduras - a brasileira e a uruguaia -, dizemos: BENVINDA, FLÁVIA! PODE ENTRAR QUE A CASA É SUA! A LUTA CONTINUA! PELA LIBERTAÇÃO DE JOSÉ SALES DE OLIVEIRA! PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA!"

Novamente silêncio. É Flávia respondendo. Falando baixo, voz embargada, num tom que também é consequência do tiro que levou na garganta ao ser presa há mais de sete anos. Pedindo mais uma vez pelos presos uruguaio. E agradecendo, agradecendo, até que todos começassem a cantar o Hino Nacional.

Toda a história do longo martírio

Agora, com Flávia livre entre nós, será possível conhecer toda a história



Com a vitória, o selo da campanha, lançado pelo EM TEMPO em nossa edição nº 80 de 6 de setembro ano passado, e generalizado pela imprensa democrática, deixa as páginas dos jornais.

ria do seu longo martírio. O povo brasileiro tomará conhecimento da barbárie que predomina no Uruguai. Conhecerá os crimes da ditadura que domina o povo vizinho. Saberá das torturas e dos torturadores. Ficará ciente da participação de militares e policiais brasileiros na repressão uruguaia. Saberá a história do golpe militar que se impôs quando Flávia já estava presa.

Sem dúvida alguma, parte significativa dessa história foi vivida e presenciada por Flávia. E também por sua família, antes de ser expulsa do Uruguai.

Paulo Schilling, há não muito tempo, começou a revelar algumas dessas histórias, em caráter pessoal, considerando, com justeza, que nada poderia ser publicado antes da libertação de Flávia. Fatos interessantíssimos sobre a situação do Exército uruguaio, suas divisões internas, seu comportamento no dia-a-dia da repressão. Como na ocasião em que Flávia começou a ser perseguida e viu-se obrigada a cair na clandestinidade. No meio da noite, uma patrulha militar bateu na porta de entrada do edifício em que a família Schilling morava em Montevideu. Paulo desceu as escadas e abriu a porta. E o comandante da operação enviou a patrulha para o apartamento vizinho ao da família Schilling. Nele morava uma senhora idosa, sozinha. Temendo pela saúde da velha e sabendo que Flávia já não se encontrava em casa, Paulo tentou interpelar o comandante sobre o evidente equívoco. E até hoje está surpreso com a atitude daquele militar. Dando a entender que o equívoco era proposital, o comandante, em tom firme, mandou que ele se retirasse imediatamente para o seu apartamento.

Pela liberdade de Flávia, por tudo de humano que se jogou nesta luta, pelo que se saberá sobre a ditadura uruguaia, por tudo que ainda se fará pelo povo uruguaio, o dia 14 de abril de 1980 jamais será esquecido.

Governo manobra adiamento das eleições

E agora, quer jogar a culpa sobre o PT e o PTB

A decisão do governo já está tomada: não haverá eleições municipais este ano. E os mandatos dos prefeitos e vereadores devem ser prorrogados até 1982 (se é que lá haverá então). Mas isto não é tudo. Pois não é tranquilamente que o regime vai conseguir passar sua decisão. Tanto assim que seu comando político se empenha em sucessivas táticas, todas no sentido de buscar um bode expiatório para o impedimento, escondendo o pânico de uma derrota, que hoje o assola.

Inicialmente, o adiamento era debitado na conta dos partidos estarem em organização e portanto "não aptos a um pleito que viria desviar as atenções da questão fundamental", diziam seus porta vozes. Arrogantemente, o governo ainda brandia que o PDS era o único que se organizaria em tempo hábil e que assim o problema era, até mesmo de não se cometer uma deslealdade para com as oposições, pois estas é que não estariam capacitadas a concorrer.

Mas, como afirma o senador Henrique Santillo, do Partido dos Trabalhadores, "até agora nenhum partido, nem mesmo o PDS, está organizado nem conseguirá se organizar em tempo hábil dentro das exigências da atual legislação". Assim, continua, "o que estamos fazendo no sentido de se preservar o calendário eleitoral é todo um elenco de medidas que ajustem as exigências legais ao caráter de formação dos partidos que hoje é comum a todas as agremiações".

E quais são estas medidas? Em primeiro lugar, o deputado Ademar Santillo, também do PT entrou com um projeto no Congresso propondo que, para este ano, as comissões provisórias municipais dos partidos possam escolher candidatos, ao invés das convenções, definitivas. O governo, por sua parte, tenta protelar a apreciação do projeto, mas ainda não conseguiu arquivá-lo. Em segundo lugar, o mesmo senador Santillo entra também agora com um

outro projeto propondo que os cidadãos filiados aos partidos até quatro meses antes das eleições, possam ser candidatos, quando a lei fixa, para as eleições municipais, seis meses. Pois pela lei vigente, o prazo se encerraria dia 14 de maio próximo. Com a alteração ele se esticaria até 14 de julho. E como os partidos sequer obtiveram até agora o registro provisório junto ao TSE, ainda não é sequer possível, formalmente, promover a filiação de militantes.

O governo volta agora a atacar noutro campo, com a declaração do ministro da Justiça, afirmando que o PT e o PTB, por não disporem desde já de 10 por cento de parlamentares no Congresso, de qualquer forma, não poderiam concorrer às eleições por não serem partidos que tenham preenchido um dos critérios para o seu funcionamento. Mas, a lei é omissa no caso, na medida em que fala desta exigência — ou dos cinco por cento das votações nacionais em eleições gerais — apenas para a

diplomação de deputados e senadores. Sobre prefeitos e vereadores não há nada na lei.

Os parlamentares do PT e do PTB já fizeram um pedido para que o TSE se pronuncie sobre mais esta jogada do governo, mas ainda não ouve resposta.

O que é evidente a esta altura é que se não houver uma ampla campanha visando garantir a realização das eleições, o governo acabará conseguindo mesmo adiá-las. Pois no terreno em que o jogo está se dando, sua capacidade de manobra ainda é muito grande.

Por outro lado, da parte do PT, haverá talvez ainda esta semana, uma reunião da direção do partido, preocupado com o assunto, para examinar a possibilidade e necessidade de uma antecipação do Encontro Nacional que prepararia o pedido de registro. Pois, não se pode deixar o rabo preso para as ofensivas do governo em cima da "fragilidade das oposições", argumentam algumas de suas lideranças.

Gaúchos realizaram seu Encontro

Um projeto de programa, várias resoluções e a eleição da direção regional foram os resultados do Encontro Regional do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, realizado no último dia 6.

Da Sucursal

Ao companheiro José Sales, ainda preso em nosso país, e à companheira Flávia Schilling, presa pela ditadura militar uruguaia, dedicamos este IIº Encontro do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul.

Com a aprovação por unanimidade de uma moção em homenagem a Flávia Schilling e José Sales, onde constava o trecho acima, as 300 pessoas presentes abriram o Encontro Regional do PT/RS no dia 6 de abril, domingo, no plenário da Assembléia Legislativa gaúcha.

Mais de 60 delegados representando os vários núcleos da capital e 14 cidades do interior, membros da Coordenação Provisória e vereadores debateram e deliberaram sobre a organização e os rumos do Partido dos Trabalhadores.

Na discussão do programa configuraram-se três posições. A primeira defendia que o Encontro não deveria votar nenhuma das propostas existentes e simplesmente encaminhá-las como contribuição ao Encontro Nacional. Esta proposta foi derrotada pela grande maioria dos delegados que, imediatamente, passaram ao debate dos dois ante-projetos em circulação nos núcleos. O ante-projeto apresentado pelo Núcleo de Professores de Porto Alegre (Ver págs 4 e 5), com algumas emendas em sua Plataforma Política, foi aprovado por uma larga maioria. Recebeu o voto de 33 dele-

gados contra apenas 5 votos da dos ao ante-projeto recém publicado no jornal **O Companheiro**.

Além do programa foram apresentadas duas resoluções políticas, uma ratificando o caráter classista do PT e a necessidade de uma linha sindical coerente com essa definição, e outra propondo um eixo imediato de lutas que o PT deveria defender na conjuntura atual. Ambas não foram votadas e foi aprovado apenas seu encaminhamento a todos os núcleos.

Um dos núcleos de trabalho comunitário da capital apresentou um projeto de programa para a área de trabalho comunitário e também indicações básicas que deveriam orientar a ação do PT onde este assumia o governo municipal. Em vista do número de vereadores que se aproxima do PT e da importância do trabalho de base nas comunidades municipais, a proposta foi aprovada para divulgação e debate dentro do PT.

O IIº Encontro deliberou ainda a formação uma comissão entre os delegados presentes para prepararem um ante-projeto de estatutos visando o Encontro Nacional.

Foi também aprovada, por maioria, uma moção do núcleo de São Sebastião do Caí, cidade da área caçadista do Vale do Rio dos Sinos, criticando as decisões e os encaminhamentos



300 pessoas na Assembleia

tirados pela Coordenação Nacional Provisória sobre os critérios de participação no Encontro Nacional, especialmente a questão dos convidados.

A eleição da Comissão Diretora ocorreu através de apresentação de uma chapa única. E além dos 11 nomes que compõem a Comissão Regional gaúcha — automaticamente delegados ao Encontro Nacional — foram eleitos mais nove delegados pelo critério de mais um delegado para cada três presentes no Encontro com direito a voto.

É a seguinte a nova Comissão eleita: **Olívio Dutra**, presidente do Sind. dos Bancários de Porto Alegre; **Enid Backes**,

socióloga e participante do trabalho comunitário; **Raul Anglada Pont**, professor universitário; **Miguel Rosseto**, operário metalúrgico de São Leopoldo; **Nelson de Sá**, operário e representante do trabalho comunitário de Novo Hamburgo; **Clóvis Ilgenfritz da Silva**, Pres. do Sind. dos Arquitetos do RGS; **Anselio Brustolin**, bancário e vereador de Farroupilha; **Clóvis Oliveira**, professor secundarista; **Paulo de Tarso Carneiro**, indústriário; **Flávio Bettanin**, advogado e vereador em São Luiz Gonzaga e **José Clóvis**, professor e membro do trabalho comunitário de São Sebastião do Caí.

Notícias do PT

FORTALEZA — Com um caráter "informativo" e visando preparar os Encontros Estaduais que ainda ocorrerão, realizou-se nos dias 15 e 16 do mês passado, na Câmara Municipal de Fortaleza, no Ceará, o I Encontro Norte-Nordeste do Partido dos Trabalhadores. O objetivo foi de "procurar uma visão unitária na construção do PT nas duas regiões mais marginalizadas do país", afirma um relatório recém divulgado. Seis palestras sobre os temas em debate precederam cada uma das comissões. Compareceram delegações do Pará, Pernambuco, Piauí e Alagoas, além dos infitridos. Mais de 50 sindicatos de trabalhadores rurais estiveram presentes e muitos outros responderam positivamente às propostas do partido. Várias cidades do interior do Ceará foram representadas e a Comissão Coordenadora Estadual acredita que até a realização do Encontro Nacional o número de municípios onde o partido estará instalado superará os 29, minimamente exigidos.



O relatório do Encontro

Os temas em debate foram, Linha para trabalho no campo, apresentado por Maria Celeste, de Pernambuco, Movimento Sindical Urbano, exposto inicialmente por Ignácio Hernandez, de Minas Gerais, Trabalho nos Bairros, introduzido por Francisco Auto, de Fortaleza, Ação parlamentar e Programa.

Na sequência destas discussões, o PT de Fortaleza, juntamente com a sucursal do jornal EM TEMPO e o Departamento Trabalhista do PMDB, promove no próximo dia 18, às 20 horas, na Associação Cearense de Imprensa um debate sobre Reformulação Partidária contando com a presença de Francisco de Oliveira pelo PT e Carlos Alberto Moniz pelo PMDB.

DEBATE SOBRE PROGRAMA

— Está a todo vapor o debate sobre o programa que o PT deverá vir a adotar. Além do texto aprovado no Encontro gaúcho (ver págs. 4 e 5) estão em circulação vários outros. O jornal **Companheiro** recentemente divulgou uma proposta. Manoel da Conceição, membro da Coordenação Nacional, também acaba de publicar uma "Carta a todos militantes e simpatizantes do Nordeste", onde defende que o "PT exigirá a nacionalização das terras em poder das multinacionais e seu uso em benefício social do povo, a fixação do homem no campo através da posse da terra a quem nela trabalha, e direitos trabalhistas para os assalariados e bônias frias".

Também **Olívio Dutra**, da Coordenação Nacional põe em circulação um documento intitulado "O PT como um partido de massas". No Rio de Janeiro, um núcleo local apresentou também uma proposta de programa.

SÃO PAULO — Para preparar o Encontro Nacional do partido, a Secretaria de Organização vai realizar neste próximo sábado, na sede do PT da capital, uma reunião para a qual está convocando os secretários de organização de cada um dos estados onde o PT esteja organizado. Espera-se obter a partir daí um quadro nacional bem preciso e um mesmo ritmo para os próximos encaminhamentos.

«O PT conclama o povo à luta»

Aqui, o projeto de programa para o Partido dos Trabalhadores aprovado pelo Encontro Regional do Rio Grande do Sul, realizado no último dia 6 em Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores precisam ter partidos políticos, independentes. A experiência histórica, em particular a do Brasil, indica que os partidos onde os trabalhadores participam ao lado de representantes das classes exploradoras e em que estes últimos inevitavelmente têm predominância, aqueles figuram sempre como massa de manobra.

O PT nasce portanto para preencher este vazio, para permitir aos trabalhadores a atuação em um partido seu, que seja organizado segundo os seus princípios e que defenda os seus interesses imediatos e históricos. O PT é fruto das lutas que são desenvolvidas em todo o país, onde se manifesta a vontade de independência política, de autonomia, a combatividade dos trabalhadores, bem como a disposição de lutar por uma sociedade livre, sem opressão e exploração.

Por esta razão, o PT é um partido diferente dos partidos políticos que tradicionalmente dominaram a cena brasileira.

A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores

O PT entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre as elites dominantes, que exclua a participação organizada do povo (como se deu em 1945), tal regime nascerá débil e descomprometido com a solução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação — tão comuns na história brasileira. Por isto, o PT proclama que a única forma capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior que é de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o movimento sindical. Ao contrário, o PT se bate pela unidade do movimento sindical, unidade com independência total do Estado e pela mais completa democracia no movimento. Assim, o PT encaminhará suas propostas no movimento sindical de forma a reforçar a unidade do movimento, e pautará sempre sua atuação pelas necessidades do conjunto dos trabalhadores.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política destes mesmos trabalhadores.

Como todos os partidos, o PT aspira

ao poder político, para cumprir seus objetivos. Defende portanto um governo verdadeiramente democrático, baseado na organização dos trabalhadores. Será o governo que assegurará a maior liberdade dentre todos os que já existiram em nosso país. A mais ampla democracia corresponde aos interesses fundamentais dos trabalhadores.

O PT almeja uma sociedade socialista e democrática. Tem de ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constitui respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito da formação de tendências e frações, ressalvando apenas que as inscrições ocorrem individualmente.

A luta do PT contra a opressão e exploração tem uma dimensão internacional. O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

O PT se declara aberto a todas as camadas assalariadas do país

Ao anunciar que o seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários todos os outros trabalhadores — bancários, professores funcionários públicos, comerciários, bóias frias, pequenos comerciantes, pequenos agricultores, etc. — que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior defensores dos interesses das classes exploradoras. Vale dizer: o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

Ao afirmar isto, o PT não manifesta qualquer preconceitos de classe, não

defende qualquer particularismo de classe. Seu fim é a sociedade sem classes, a fraternidade universal. Os interesses dos trabalhadores são os de toda humanidade.

Os interesses dos trabalhadores são os de toda a humanidade

O programa do PT aqui apresentado não é um programa nem completo nem acabado. Não dispensa a necessária discussão da concepção de sociedade socialista que defendem os trabalhadores, concepção que deva ser desenvolvida com a participação de todos os militantes do partido e de todos os trabalhadores, através da prática partidária.

Não dispensa tampouco a elaboração de um programa de ação, que indique a cada momento preciso quais devem ser as campanhas centrais de luta do PT, quais as reivindicações que o PT considera essenciais para o conjunto do movimento popular, como ele propõe a organização destas lutas.



O programa apresentado se limita a relacionar questões que hoje atendem às diversas necessidades dos trabalhadores, e cuja defesa torna possível a ligação com a sociedade que buscamos.

A LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

O fim do regime ditatorial, e não sua reforma, é interesse básico dos trabalhadores. Só assim será possível garantir a mais ampla democracia. Na luta pela democracia, o PT não fica aquém de nenhum partido. Além disso, não se limita a reivindicar a democracia formal, mas defende a democracia exercida diretamente pelas massas.

POR ISSO, O PT CONCLAMA O POVO À LUTA:

- pelo respeito absoluto aos direitos humanos;
- pelo complemento da anistia — anistia ampla, geral e irrestrita — com

a punição dos responsáveis pelas mortes e torturas praticadas;

— pela dissolução dos grupos paramilitares (CCC, MAC, GAC, Esquadrão da Morte, etc.);

— reintegração de todos os atingidos, com a indenização inclusive dos prejuízos a que foram submetidos pela usurpação de seus direitos;

— reabilitação total das lideranças sindicais e do funcionalismo público, vítimas das "cassações" brancas, das intervenções em seus organismos de classe;

— desmantelamento total dos aparelhos de repressão;

— revogação da lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva;

— Por eleições livres e diretas, de sufrágio universal, e secretas, para todos os níveis de poder;

— restauração da autonomia dos estados e municípios;

— restauração da autonomia dos municípios, capitais de Estado e dos submetidos ao estatuto de "zona de segurança nacional", onde existem enormes concentrações operárias e populares, que se vêm assim diminuídas nas suas condições de cidadãos;

— ampla, total e irrestrita liberdade de organização e expressão, política e partidária;

— pela liberdade de expressão e manifestação cultural e artística;

— pela CUT — Central Única dos Trabalhadores, independentes do Estado;

— contra a Lei Orgânica dos Partidos e pela livre organização partidária;

— pelo direito de voto e completa liberdade de associação expressão e participação política aos analfabetos, cabos, soldados e marinheiros;

— pelos sindicatos livres e independentes do Estado; extinção do imposto sindical, fim do estatuto padrão, liberdade de formulação de estatutos, enfim extinção da estrutura sindical vigente;

— pela efetiva liberdade de organização sindical e nos locais de trabalho, inclusive para os funcionários públicos;

— pela legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores;

— pelo direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva);

— pelo fim do regime militar;

— pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana;

— por um governo dos trabalhadores.

A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

a) A DEFESA DOS INTERESSES IMEDIATOS DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO.

O PT denuncia o modelo vigente, afirma a complementariedade entre as formas ditatoriais do regime e a acumulação de capital violentíssima, o "arrocho salarial", e a consequente concentração de renda, a dívida externa.

O PT não defende a construção de um "capitalismo mais civilizado" no país, mas afirma que a organização dos trabalhadores, das grandes maiorias da nossa população, pode anular as formas de super-exploração, de dilapidamento do nosso território e relacionar a defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores e do povo com a superação do regime capitalista.

POR ISSO, O PT CONCLAMA O POVO À LUTA:

— pelo fim da política salarial e pela recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário, também levando em conta o aumento da produtividade de trabalho;

— por um salário mínimo nacional único que atenda às necessidades dos trabalhadores;

— pela escala móvel de salários: reajustes a cada vez que o custo de vida aumenta 5%;

— redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais;

— eliminação total das horas extras;

— pelo contrato coletivo de trabalho;

— contra o desemprego; pelo salário-desemprego; pela escala móvel de horas de trabalho;

— pela estabilidade no emprego, a partir da admissão; *

— por férias pagas em dobro;

— pela aposentadoria integral;

— pela segurança no trabalho, sob a supervisão de órgão próprio dos trabalhadores;

— pela extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;

— pelo congelamento dos preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;

b) POLÍTICA HABITACIONAL

A política habitacional do governo enriquece as empreiteiras com os recursos dos trabalhadores (FGTS) e não assegura moradias dignas e acessíveis à população; o jogo do mercado imobiliário impede que a grande maioria do povo tenha moradias adequadas.

POR ISSO CONCLAMAMOS O POVO À LUTA:

— pela urbanização das favelas e bairros populares;

— pelo reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos que ocupam os moradores das favelas e loteamentos clandestinos;

— contra as remoções de moradores das favelas e os despejos de mutuários do BHN;

— pela construção e manutenção de áreas de lazer nos bairros populares;

— por uma política habitacional que garanta moradia com prestações baixas e fixas.

c) TRANSPORTES

A política de favorecimento do transporte individual e os interesses privados das firmas proprietárias de linhas de transporte coletivo reserva ao povo condições caras, precárias e insuficientes, obriga a tomar duas ou mais conduções entre o local de trabalho e o de moradia.

O PT CONCLAMA O POVO À LUTA:

— pela melhoria de transporte ferroviário e fluvial;

— pelo transporte direto dos bairros aos principais setores das cidades;

— pelo estabelecimento de uma tarifa social única;

— por melhores condições de transporte;

— pela ampliação e estatização dos transportes coletivos.

d) SAÚDE

Nos países capitalistas, os pobres não têm o direito de ficarem doentes; as empresas que controlam os medicamentos e os hospitais têm a cumplicidade dos governos para manterem preços altos e altíssimos lucros. Traficam com a saúde do povo. Ao mesmo tempo, a medicina gratuita é um mito, já que funciona em condições precaríssimas.

ASSIM, O PT CONCLAMA O POVO À LUTA:

— pelo saneamento básico em todos os bairros e favelas;

— pela assistência médica gratuita e eficiente para a população da cidade e do campo;

— pela medicina do trabalho com a coparticipação dos médicos dos sindicatos dos trabalhadores;

— contra a utilização do dinheiro do INPS para sustentar empresas médicas particulares e hospitais particulares;





- pela nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- pela estatização de todas as fontes e empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura;
- estatização das grandes empresas e bancos;
- controle dos fundos públicos e das empresas estatais pelos trabalhadores;
- contra os desníveis regionais, por uma política econômica e social que impeça desníveis regionais;
- defesa das riquezas naturais e do equilíbrio do meio ambiente;
- por uma política externa independente.

A QUESTÃO AGRÁRIA

A grande maioria das terras de cultivo e pastagem de nosso país é propriedade de latifundiários e capitalistas. Grande parte destas terras nada produzem. Outra parte é ocupada pelas atividades dirigidas para os mercados estrangeiros, como o cultivo da soja ou a criação de gado. Os brasileiros que trabalham nestas terras vivem em condições sub-humanas e tem seus direitos sempre desrespeitados.

Os pequenos lavradores são vítimas de todo o tipo de exploração. Intermediários e grandes empresas internacionais fixam preços de fome para os seus produtos. Indústrias de adubos, ferramentas e máquinas impõem condições insuportáveis para os poucos camponeses que têm acesso ao progresso técnico. A política de crédito é prejudicial aos pequenos produtores.

As famílias que ocupam terras devolutas ou abandonadas sofrem todo o tipo de intimidação e ameaças por parte dos grileiros e grandes proprietários que encontram abrigo na política e na polícia do regime militar.

Há milhões de brasileiros sem terra para plantar neste país, e o povo das cidades paga caro pelos gêneros de primeira necessidade. O modo como está distribuída e utilizada a terra em nosso país é uma das principais causas das privações em que vivem a imensa maioria da população da cidade e do campo. Há, portanto, total identidade de interesses entre os trabalhadores do campo e das cidades.

Assalariados rurais, posseiros e pequenos proprietários, arrendatários e parceiros têm lutado duramente contra este sistema de propriedade e uso da terra. Exigem que seja realizada uma Reforma Agrária Ampla, Massiva e Imediata, com a participação dos trabalhadores. Querem os próprios trabalhadores rurais decidir em cada lugar como será a produção. Através de suas entidades representativas, organização de propriedades familiares, cooperativas ou coletivas, de acordo com o que escolher o povo de cada região.

O PT apoia e participa dessas exigências dos trabalhadores rurais e dos camponeses, de uma verdadeira Reforma Agrária. O PT participa também das aspirações imediatas dos trabalhadores do campo:

- POR ISTO, CONCLAMAMOS À LUTA:**
- pelo salário mínimo nacional unificado também para os trabalhadores do campo, sejam eles homens, mulheres ou crianças;
 - pelo estabelecimento de preços mínimos para os produtos que garantam remuneração pelo menos igual aos salários mínimos para os camponeses e membros das suas famílias;
 - pela garantia dos direitos democráticos e liberdades civis aos trabalhadores do campo, especialmente a liberdade e a autonomia sindical;
 - pelo apoio às experiências de cooperação no trabalho e aos movimentos comunitários no campo;
 - pelo combate à especulação com terras, pelo condicionamento do direito à posse e à exploração efetiva;
 - pela proibição da cessão de terras públicas, a título gratuito ou por preço simbólico, às grandes empresas agropecuárias;
 - pelo controle social dos recursos públicos utilizados na agropecuária, de forma a evitar que eles continuem a servir apenas para sustentar lucros parasitários das grandes empresas;
 - pelo controle social do crédito rural, para garantir sua destinação social;
 - pelo controle da atuação das empresas que comercializam equipamentos agrícolas;

- pelo apoio aos posseiros, contra qualquer tentativa de desalojá-los;
- pelo apoio aos pequenos arrendatários e parceiros em sua luta para permanecerem na terra que cultivam;
- pelo título de posse da terra aos posseiros, pequenos arrendatários e parceiros;
- pela extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;
- por uma Reforma Agrária Ampla, Massiva e Imediata.



OS DIREITOS DA MULHER

A exploração e a opressão da mulher tem também um caráter de classe: o capitalismo explora também o trabalho doméstico da mulher. Este cumpre um papel central para eternizar a exploração operária. A mulher se encarrega de repor cotidianamente as energias extraídas pelo capital na fábrica e de reproduzir-las graças ao esforço invertido por ela nos trabalhos domésticos; de outra forma, estas questões teriam de ser resolvidas pelos que controlam a sociedade.

A mulher trabalhadora sofre uma dupla exploração de sua força de trabalho, na fábrica e no lar: está submetida a uma dupla jornada de trabalho. Além disso, o preconceito que considera a mulher incapaz, faz com que seja pior remunerada que os homens, o que propicia gordos lucros aos capitalistas, e pressiona para baixo os salários de todos os trabalhadores.

Sofrendo uma exploração maior, a mulher tem maiores dificuldades de participar ativamente da vida social e política, o que aumenta sua situação de dependência.

- Contra os preconceitos, contra a odiosa discriminação que sofrem as mulheres, O PT CONCLAMA À LUTA:**
- pela equiparação salarial de homens, mulheres, a trabalho igual salário igual;
 - pela garantia de emprego para as mulheres casadas e gestantes;
 - contra a dupla jornada de trabalho; pela criação de creches, restaurantes e lavanderias coletivas e gratuitas, próximas aos locais de trabalho e moradia;
 - pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;
 - pelo amparo legal à mãe solteira;
 - pela igualdade da direção da vida conjugal;
 - todo apoio às organizações independentes de mulheres, em luta pela unidade de todos os trabalhadores.

OS DIREITOS DOS NEGROS

Os negros brasileiros são vítimas de disfarçada mas fortíssima discriminação racial. Por trás do tão falado "paraiso de igualdade racial" o brasileiro negro é tratado como cidadão inferior, acima de tudo quanto se trata de gente do povo trabalhador.

O PT está convencido de que somente organizados na luta por seus direitos econômicos, sociais e culturais, e irmanados ao conjunto dos trabalhadores em sua luta geral contra o regime militar e a exploração, poderá o povo negro de nosso país construir uma vida de orgulhosa dignidade.

- O PT CONCLAMA À LUTA:**
- contra a discriminação econômica, social e cultural dos negros;
 - pela defesa do patrimônio cultural negro;
 - pela defesa da memória histórica da população negra;

OS DIREITOS DOS INDIOS E DE TODAS AS MINORIAS

As comunidades indígenas de nosso país têm uma história de muitas tragédias. De alguns milhões de índios espalhados em nosso território no início da colonização, são hoje menos de 150 mil. Esse brutal declínio de sua população mostra claramente que política tiveram as classes dominantes de cada época a seu respeito.

O PT se solidariza com as lutas que

essas comunidades travam em defesa da integridade de seus territórios e de sua cultura. Ao mesmo tempo, defende os direitos de todas as minorias em nosso país.

- O PT CONCLAMA À LUTA:**
- pela defesa da cultura indígena;
 - pela garantia da autonomia das comunidades indígenas;
 - pela demarcação imediata das áreas indígenas;
 - pelo acesso a todos os recursos necessários às atividades produtivas das comunidades indígenas.
 - pela reestruturação da FUNAI com sua administração confiada aos representantes indígenas, missionários e antropólogos;
 - contra a "emancipação legal";
 - pelos direitos de todas as minorias, contra todas as formas de discriminação.

A QUESTÃO INTERNACIONAL

Em um momento no qual, diante de uma crise mundial, as questões internacionais ganham maior atualidade, o PT afirma que é solidário à luta dos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo.

O interesses dos trabalhadores e de toda a humanidade se opõem fundamentalmente ao capitalismo internacional, que se apropria das diferenças, nacionais para aumentar seus lucros (matérias primas baratas em alguns países líderes) e que explora os trabalhadores de todo o mundo.

Mas se opõem também às burocracias usurpadoras do poder político nos países em que foi abolida a propriedade privada dos meios de produção e que reprimem as oposições e o povo para manter seu domínio e seus privilégios. Os trabalhadores lutam pelo aperfeiçoamento humano, e não pela barbárie. Seus direitos não são jamais e em parte alguma defendidos por uma política de opressão e terror.

POR ISTO O PT CONCLAMA À LUTA:

- contra a opressão que o imperialismo exerce em todo o mundo;
- pelo desmascaramento da farsa dos "direitos humanos" de Carter;
- pela denúncia dos crimes das ditaduras implantadas na América Latina: no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, ditaduras sangrentas e desumanas;
- pela solidariedade a todos os povos do mundo que lutam por sua emancipação no Ira, na Nicarágua, etc...
- contra os "gulags" em todos as latitudes; pela denúncia dos crimes e da repressão contra os trabalhadores na URSS como em qualquer outra parte.
- pela vigência dos direitos democráticos em todos os países.

- pelo fornecimento gratuito de remédios básicos e de urgência;
- por uma política eficiente de medicina preventiva e de erradicação e controle das doenças endêmicas;
- pela estatização com controle operário da indústria farmacêutica; pela estatização das clínicas privadas com controle dos trabalhadores; pela socialização da medicina;
- por um sistema único de saúde planejado pelo Estado.

e) EDUCAÇÃO

A política educacional do governo tem levado à deterioração das condições de educação, com uma grande elevação proporcional de ensino privado e a redução das verbas públicas.

O PT CONCLAMA O POVO A LUTAR:

- pelo ensino público e gratuito em todos os níveis;
- por mais verbas para o ensino e pesquisa científica e tecnológica;
- por melhores condições de ensino;
- pela construção de escolas em todos os bairros e favelas;
- pelo fornecimento de material escolar e refeição gratuita em todos os níveis para os alunos carentes;
- por um salário que atenda às necessidades dos trabalhadores do ensino;
- contra todas as formas de elitização da educação; por mais vagas nas universidades;
- pela autonomia universitária;
- pelo fim da educação repressiva e do seu caráter de instrumento de dominação ideológica;
- por um ensino voltado aos interesses dos trabalhadores.

f) O DIREITO DAS MASSAS POPULARES AO ESPORTE, À ARTE E AO LAZER

O sistema capitalista não apenas explora os trabalhadores e os reprime também os condena à privação da cultura, do gozo artístico, da prática esportiva e do lazer. Os valores culturais e artísticos, esporte, são comercializados.

Como a cultura e a arte são revolucionárias por essência, e põem em questão a subsistência desta sociedade baseada na desumanidade, são condenadas à marginalidade.

O PT CONCLAMA O POVO A LUTAR POR:

- pela abolição de toda forma de censura à criação artística;
- pela ampliação dos gastos públicos destinados à construção de parques, de centros esportivos, de locais de cultura.

A QUESTÃO NACIONAL

O controle que os grandes capitais estrangeiros têm sobre a nossa economia, a enorme dívida externa que daí decorre, é uma das causas da opressão do povo. Aos trabalhadores não interessa, por outro lado, defender nosso mercado para a burguesia nacional. A questão nacional hoje se define socialmente: é necessário opor aos interesses de uma industrialização e uma subordinação ao imperialismo que congrega capitais nacionais e estrangeiros, uma industrialização que atenda aos interesses dos trabalhadores.

Por esta via, os trabalhadores lutarão pelo efetivo controle e defesa das riquezas nacionais, mas não farão desta defesa um processo de subordinação dos interesses nacionais aos interessados privados de qualquer fração burguesa.

O PT CONCLAMA O POVO A



Torne-se um assinante do EM TEMPO

E ajude a sustentar uma imprensa ao lado dos trabalhadores, das greves e do Partido dos Trabalhadores.

Ela só depende de você

Estou enviando o cheque nº por uma assinatura anual.
 () comum: Cr\$ 500,00 — () apoio: Cr\$ 1.000,00 — () exterior. Individual: US\$ 40,00
 () exterior, instituições: US\$ 80,00

Nome
 Profissão
 Endereço
 Bairro Cidade
 CEP Estado

Preencha e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Leitão 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414



Aprofunda-se o "racha" do PCB: Já há duas direções em São Paulo

por Marco Aurélio Garcia

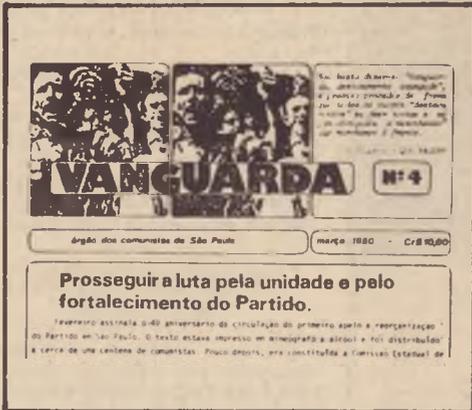
A crise do PCB, latente há mais de um ano, e desencadeada publicamente com a divulgação da carta em que Luis Carlos Prestes pede aos militantes que derrubem o Comitê Central do partido (ver EM TEMPO nº 103) se aprofundou nos últimos dias, a despeito da prudência com que cinco membros do CC responderam às posições do secretário-geral.

Em São Paulo, os prestistas criaram uma «Comissão Estadual de SP em Defesa do PCB», em desafio à «Comissão Estadual de Reorganização», que no último número de seu jornal clandestino «Vanguarda» manifestava sua «fidelidade aos nossos princípios de organização, plasmados nos Estatutos: a fidelidade à linha política livre e coletivamente escolhida no VI Congresso e, em decorrência mesmo desses dois fatores, a constante preocupação com a defesa da unidade do Partido.»

Confusão

Já os integrantes da «Comissão em Defesa do PCB», «recentemente criada», segundo um panfleto difundido com data de 5 de abril, poucos dias após a divulgação da carta de Prestes, pedem todo apoio à greve dos metalúrgicos, criticando implicitamente os militantes do PCB que defendiam o fim da greve. No final de seu panfleto, o grupo dissidente diz que «ao afirmarmos a classe operária e as massas trabalhadoras em geral como eixo fundamental em torno do qual devem se alinhar todos os verdadeiros democratas em busca da derrocada da ditadura, fazemos ao mesmo tempo a recuperação da perspectiva do proletariado, que ainda sendo diluída e malbaratada, sob a alegação de direita de que não é conveniente aguçar tensões», e indicamos, de acordo com a lógica de nossa realidade o único e verdadeiro caminho que, no Brasil, conduzirá à construção de uma forma concreta de democracia».

É muito simplista, no entanto,



O jornal da Comissão Estadual de Reorganização

tentar explicar o atual conflito que a travessa o PC como um enfrentamento entre um Prestes «esquerdista» e uma maioria do Comitê Central inclinada às teses dos «Eurocomunistas». Em realidade o conflito recobre uma série de outras questões e dentre os que apóiam o atual Comitê Central, podemos encontrar tendências «de esquerda» e «de direita». O que parece unir este heterogêneo grupo de militantes é a defesa da legalidade do VI Congresso», embora muitos tenham restrições à linha política nele aprovada, só contemplando sua mudança, no entanto, em um outro congresso.

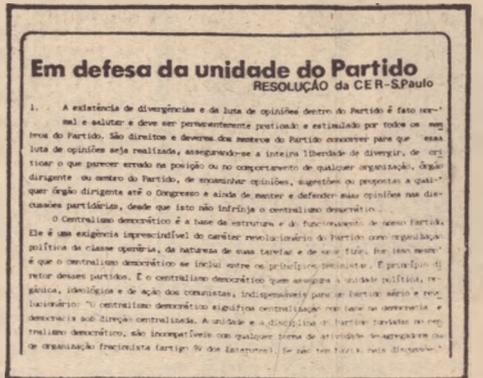
Este ponto de unidade tem como consequência o reforçamento do «centro» do CC, aqueles dirigentes que mais expressam o aparelho do partido e a vontade de ficar igualmente distantes dos extremos «de direita» e «de esquerda». Não deixou de chamar a atenção que a primeira nota de resposta ao texto de Prestes não contenha a assinatura de José Salles, no entanto membro da Comissão Executiva, e que dois dias antes afirmava desconhecer esta iniciativa pessoal de alguns membros do CC, revelando que a resposta da direção deveria tardar mais algum tempo. Salles é acusado de «euro».

Mas as coisas vão mais longe. Na conferência de imprensa, concedida em São Paulo, por Giocondo Dias, que parece a máxima expressão do «centro» do CC, as posições de José Salles a respeito do método de legalização do PCB foram criticadas como incorretas. E, num certo momento da reunião com os jornalistas, quando alguém aludiu uma posição de Salles com a qual ele estava de acordo, Dias comentou rindo: «prá vocês verem que às vezes ele acerta».

Prudência & Confiança

A tática da maioria do CC é de utilizar a máxima prudência no tratamento do «caso Prestes». A nota assinada por Dias, Salomão Malina, Teodoro Mello, Armênio Guedes e Hércules Correia, rebate a essencial da posição de Prestes, admite que ele tem razão em alguns pontos e, finalmente, chama à discussão de seu conteúdo nas bases. Não se insinua no texto nenhuma medida disciplinar. E, por muito menos, muita gente já foi expulsa do PCB.

Mas a chave da prudência dos dirigentes do Partidão parece ser determinada pela confiança que eles possuem de ter o respaldo da imensa maioria da organização. Um dirigente do Comitê Central diz que Prestes incide numa série de erros imperdoáveis para os militantes: «personalismo e indiscipli-



A resolução da Comissão contra Prestes

na», sobretudo. E conclui: «não é só ao nível da política nacional que o autoritarismo entrou em crise, mas também no partido. Ninguém mais está disposto a ser «pau mandado» do Velho.

A tática de Prestes

A orientação moderada da maioria do CC tem por objetivo frustrar esta primeira etapa da ofensiva prestista.

Esta tática tem seus inconvenientes, no entanto, e estas já começam a aparecer, como atesta a divisão da direção em São Paulo. Pouco a pouco vai se insinuando o risco de um «duplo poder» dentro do partido, situação que não se pode prolongar indefinidamente.

Um alto dirigente do Comitê Central acredita que quando Prestes se der conta da pequena ressonância de suas posições dentro do PC ele partirá para a convocação de um «Congresso dos Comunistas», fórmula que diluiria o VII Congresso, com cuja realização o CC está comprometido. Um tal «Congresso dos Comunistas» contaria com a participação dos setores prestistas do Partidão, incluindo aqueles velhos ex-militantes que se encontram na periferia da organização e com o MR-8. A mesma fonte revelava que os contatos entre Prestes e os dirigentes deste pequeno grupo tem se multiplicado nos últimos tempos.

Prestes, já com 82 anos, estaria, preparando sua sucessão através de sua filha Anita Leocádia, militante disciplinada, de grande capacidade de trabalho e cuja história pessoal permitiria manter o carisma que tanto contribuiu para a gravitação que o «cavaleiro da esperança» teve em 45 anos de militância no PCB.



Ao que consta, Prestes não é

Com quem ficam os soviéticos?



bem visto em Moscou.

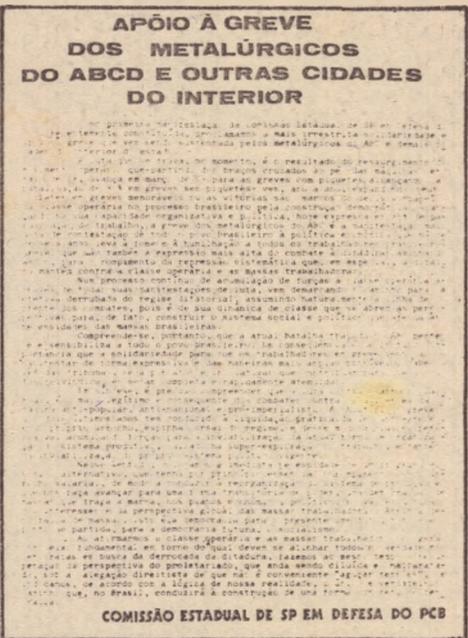
Na conferência de imprensa na qual Giocondo Dias deu publicidade à resposta dele e de mais quatro dirigentes do Partidão ao documento de Luis Carlos Prestes, apenas uma pergunta ficou sem resposta: de que lado ficarão os soviéticos na atual disputa que sacode o PCB?

Dias evita falar publicamente sobre uma questão extremamente delicada para a maioria do CC, sobretudo porque se trata de um ponto controverso entre os próprios dirigentes que se opõem ao Secretário-geral, no interior dos quais existe uma facção que desenvolve cada dia mais uma visão crítica a respeito do modelo socialista soviético.

Há um certo consenso, no entanto, de que Prestes não contará com uma proteção especial do PC soviético. Dentre seus críticos existem homens

com bom trânsito junto a Moscou, como Gregório Bezerra e o próprio Giocondo.

Um outro elemento é freqüentemente invocado. A imagem de Prestes, apesar de sua legenda, se encontraria muito comprometida junto «aos camaradas soviéticos». Os dirigentes do PCUS já estariam convencidos, segundo estas fontes, da necessidade de mudar este «mau político» que às vésperas do golpe de 64 pintara, em Moscou, com tintas excessivamente otimistas, o quadro do provável desenvolvimento da situação política brasileira. A prova das reticências em relação a Prestes? Durante os muitos anos que passou em Moscou, Prestes, contrariamente aos secretários-gerais dos Partidos Comunistas do Chile, Argentina e Uruguai, não foi nenhuma vez recebido por Leonid Brejnev, nem por nenhum dos membros do Biro Político do Partido Comunista da União Soviética.



O documento onde surge a segunda Comissão Estadual

Hora do Povo "rides again": com o cavaleiro da esperança

Extase nos arraiais horadopovinos com as declarações do «camarada Prestes».

O colunista C. Grosso, da «Hora do Povo», falando sobre a cobertura que EM TEMPO deu à carta do Secretário-geral do PCB (ele omite que foi o primeiro jornal a publicar o texto na íntegra, no Brasil) qualifica-a de «anti-comunista». Ora, Grosso, esta de amalgamar «anti-comunista» com «anti-stalinista» já era e somente os sobrinhos espirituais do «tio Joseph»

é que ainda insistem nela. Nós gostamos de dar nome e apelido às coisas. Um «racha» é «um racha» e ponto; e para «os verdadeiros comunistas» nada melhor do que publicar todos os materiais da discussão (ainda que proveniente do «indisciplinado e direitista CC») a fim de que eles possam pensar por suas cabeças. Por que não difundir ainda que fosse um resumo da nota dos cinco do CC no lugar onde vocês publicariam? ... seria babaça sobre o Roberto Carlos



“Prestes, queira ou não, desfecha um golpe contra o próprio PCB”

Konder, o PCB e o eurocomunismo

A resposta do Comitê Central a Prestes, divulgada na semana passada

“Nosso camarada Luis Carlos Prestes divulgou, no fim de março, por ocasião da festa de lançamento do jornal VOZ DA UNIDADE, uma carta aberta aos comunistas em que procura tratar sobretudo dos problemas políticos e orgânicos do Partido Comunista Brasileiro. Mas, na verdade, trata-se de um documento dirigido a uma nebulosa de forças de “esquerda”, em cujo interior o PCB aparece dissolvido.

“Os signatários do presente documento, conscientes de seu dever perante os comunistas brasileiros, não podem e não pretendem se dirigir ao mesmo conjunto heterogêneo de forças e correntes políticas, mas aos militantes do PCB e à opinião pública brasileira. Consideramos indispensável esclarecer, de imediato, sem prejuízo das discussões que naturalmente se seguirão, alguns pontos suscitados pelo camarada Prestes em sua carta.

“1. Em nossa opinião, não é possível contestar a legitimidade do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Um partido comunista é inconcebível sem direção. No que diz respeito ao PCB, sua direção foi eleita no VI Congresso e, apesar dos percalços e dificuldades que enfrentou, e dos erros que certamente cometeu, nada houve desde então de molde a torná-la estatutariamente inapta para o exercício de suas funções. Quando o camarada Prestes considera falida e inexistente, na prática, a atual direção do Partido Comunista Brasileiro e conchama os comunistas e as bases do Partido a promoverem a sua dissolução, desfecha queira ou não, um golpe contra o próprio PCB, do qual tem sido, em 50 anos de história em nosso país, uma das expressões mais notáveis. Agride a noção mesma de partido comunista.

“2. A legitimidade do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, porém, não emana apenas do respeito aos preceitos estatutários. Ela emana da fidelidade à linha política adotada pelo VI Congresso do PCB e da capacidade, por ele demonstrada, em nossa opinião, de desenvolver esta linha em consonância com a evolução da vida nacional.

“3. Neste momento, importa menos defender a atuação da direção comunista do que a política do VI Congresso. É aí que reside o fundo da questão, como o camarada Prestes se encarrega de deixar claro. Consideramo-nos, antes de mais nada, comprometidos com essa linha e a serviço dela. Trata-se de uma linha política, vale a pena reiterá-lo, que visa orientar a ação do Partido Comunista Brasileiro no rumo de uma política de massas, de confiança nas mais amplas massas de nosso povo, em sua capacidade de enfrentar e resolver positivamente os graves problemas colocados à Nação pela instauração, em abril de 1964, de um regime antidemocrático, antipopular e antinacional. Conseqüentemente, trata-se de uma linha que condena o golpismo, o “esquerdismo”, a busca de perigosas tensões como método obsessivo de um suposto caminho revolucionário.

“A política do VI Congresso é uma política ativa, viva, enérgica. Seria um absurdo responsabilizá-la por uma suposta passividade dos comunistas sob a ditadura, se não fosse ainda mais absurdo acusar os comunistas brasileiros de passividade e falta de energia durante o período histórico que, graças principalmente à resistência democrática de nosso povo, estamos começando a superar.

“E verdade que nem todos os comunistas entenderam assim a linha de seu partido e que a direção do PCB cometeu erros no exercício de suas funções, erros que ela mesma procurou, nem sempre com a maior eficácia possível, identificar. Mas, não é justo confundir as coisas.

“4. Pensamos que, neste momento, é imperioso fixar uma linha de conduta inequívoca e firme face aos problemas levantados pelo camarada Prestes e face ao fato mesmo da divulgação de sua carta. Caso contrário, o Partido Comunista Brasileiro se veria imerso no caos e a luta pelas causas da democracia e do socialismo sofreria, em nosso país um atraso de muitos anos. Uma resposta circunstanciada à carta do camarada Prestes, que será ela mesma reproduzida e distribuída oportunamente, se impõe e certamente virá.

“Sentimo-nos no dever de afirmar que a direção do PCB não se furtará ao debate de nenhuma das questões levantadas pelo camarada Prestes em sua carta. Assim como as que tenham sido e venham a ser colocadas por outros comunistas. Ela deverá, ao contrário, exercer sua tarefa de dirigir o debate organizado o mais democrático possível de todos os comunistas. Deverá, portanto, conduzir o processo de realização do VII Congresso do PCB, única



Giocondo ao entregar o documento à imprensa

instância capaz de ter a palavra final em matéria de política e organização do Partido.

“Infelizmente, a despeito do que afirma em certas passagens de sua carta, o camarada Prestes deixa claro que considera o esforço congressual incompatível com a luta pela legalidade do PCB, ignorando que os êxitos num terreno favorecem ao esforço no outro.

“Deixa claro também que não pretende contribuir nem para a democracia interna, nem para a disciplina nas fileiras do PCB, nem para a realização do Congresso, nem para o cumprimento de suas decisões. Sua concepção de frente não é a da linha política do PCB, pois ele supõe que a derrota da ditadura implica necessariamente a constituição de um poder antimonopolista e antilatifundiário, o que não corresponde à realidade dos fatos, segundo nossa visão.

“5. Fica evidenciado, portanto, que há entre as posições manifestadas pelo camarada Prestes e a linha do Partido Comunista Brasileiro divergências políticas de fundo. Não pretendemos que o camarada Prestes abandone suas posições. Julgamos, contudo, que não há divergências que não possam ser discutidas e que sempre é possível tentar dar à discussão um encaminhamento e uma conclusão democráticos.

“6. Também nos parece evidente que a forma de discussão que o camarada Prestes propôs e começou a colocar em prática não é democrática, nem organizada, nem disciplinada, mas anárquica. Se este encaminhamento viesse a prevalecer, os comunistas estariam se afastando da realização de um Congresso que possa resolver todas as questões colocadas pela vida e por nossas consciências.

“A direção do Partido Comunista Brasileiro tem, como é notório, opinião firmada sobre uma série de aspectos da política e da organização do Partido. Acreditamos que exercerá seus deveres e prerrogativas. Se não o fizesse é que deixaria de existir, e o PCB se veria imerso em águas turvas, num tumulto liquidacionista pior do que qualquer situação de crise que já tenha enfrentado até aqui. A autodissolução do Comitê Central, evidentemente, teria exatamente estas conseqüências, mesmo porque não há instância à qual se possam transferir as responsabilidades deste órgão.

“Mas a direção do Partido Comunista Brasileiro não considera de modo algum como questões fechadas aquelas suscitadas pelo camarada Prestes. A mais livre discussão coletiva organizada, com a participação de todos os comunistas, é que vai julgar do mérito de cada uma das questões. A direção do PCB tem o dever irrecusável de conduzir esse processo com serenidade e lisura, sem impor arbitrariamente seus pontos de vistas que, evidentemente, não são monolíticos, sem impedir que nenhum dos militantes do PCB dele participe, mas sem permitir, também, que seja desencaminhado ou truncado”.

Assinam:

Giocondo Dias, Salomão Malina, Teodoro Mello, Hércules Correia e Armênio Guedes.

Sob o título PCB, Democracia e eurocomunismo, o número dois da revista OITENTA, da L. & PM Editores, de Porto Alegre (272 páginas, Cr\$ 180,00) publica um artigo em que o escritor Leandro Konder discute a evolução da política do Partido Comunista Brasileiro, problematizando a assimilação feita, por muitos, entre as tendências dominantes atualmente no Partido e as orientações eurocomunistas, especialmente as do Partido Comunista Italiano.

No seu texto, Konder busca demonstrar historicamente que a abertura dos comunistas brasileiros para a «questão democrática» vem de antes do surgimento do «eurocomunismo». Mencionando a comoção provocada no PC pelo relatório de Kruschev ao XX Congresso do PCUS, e que acarretou a saída de muitos militantes, dentre os quais Agildo Barata e Oswaldo Peralva, o autor situa na Declaração de março de 1958 o ponto de inflexão na linha do partido. Esta orientação se aprofundaria, segundo Konder, no Quinto Congresso, em 1969, e, um ano depois, quando o PC do B mudaria seu nome para PCB, eliminando, ao mesmo tempo, de seus estatutos a expressão ditadura do proletariado.

Leandro cita igualmente uma série de iniciativas, sobretudo no plano ideológico, que atestariam a aplicação prática por parte dos comunistas desta orientação democrática: o caráter pluralista que teriam assumido publicações como o semanário Novos Rumos, e, especialmente, a revista teórica Estudos Sociais, ambas interrompidas em 1964.

A orientação do V Congresso, aprofundada no VI, em 1967, se dá segundo o autor na luta contra o «esquerdismo» (as aspas é o próprio Leandro quem as coloca, sem que o fenômeno de ampla contestação da linha proposta então pelas te-

ses do Comitê Central seja analisado) e foi expressão do «avanço» da democracia interna que permitiu que a opinião da maioria prevalecesse na decisão do congresso (p. 96). Aqui, seguramente por desinformação, Leandro Konder omite que «a maioria» que neutralizou a pressão do esquerdismo, a tentação da aventura e o renascimento do voluntarismo democrático (idem) só foi atingida após purgas que afetaram a totalidade dos Comitês Estaduais do Partido. Na maioria deles, e nos mais importantes — Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, o então Estado do Rio, para só citar alguns — foi a minoria que ficou no partido.

O articulista conclui afirmando ser «uma injustiça de nossa parte suspeitarmos que a utilização de etiquetas como «eurocomunistas» ou «italianistas» revela, naqueles que a utilizam, a disposição — consciente ou inconsciente — de cancelar da história do marxismo no Brasil uma determinada corrente de pensamento e ação que realizou substanciais avanços nos dois últimos congressos do PCB? Será uma injustiça supormos que os rotuladores (talvez sem se darem conta disso) têm medo dos problemas colocados pelo necessário prosseguimento da reflexão marxista sobre a «questão democrática»? E não existirá, em algum porão da consciência deles, uma nostalgia das facilidades do dogmatismo, anteriores a 1956?» (pp. 97-98)

Aqui ficamos no campo das suposições; a quem vão endereçadas as observações de Konder? A um «esquerdismo» ainda hoje renitente fora do PCB, ou aos «dogmáticos» que se encontrariam no seu interior?

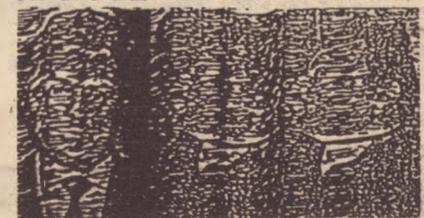
Mas, além de algumas evocações históricas e vagas fórmulas retóricas, Konder fica a nos dever seu enfoque marxista da questão democrática. (M. A. G.)

Um lançamento da Editora Escrita

Dia 17 de abril, às 19:00hs, no auditório do Sindicato, Rua do Carmo, 171, 2º andar.



MANOEL FIEL FILHO:



QUEM VAI PAGAR POR ESTE CRIME?



CARLOS ALBERTO LUFFI



Farda, fardão, camisola de dormir - **Jorge Amado** - \$ 250,00
 Cabeça de Negro - **Paulo Francis** - \$ 240,00
 A Serpente - **Nelson Rodrigues** - \$ 100,00
 Feliz ano novo - **Rubem Fonseca** - \$ 210,00
 A mulher que devorou Roberto Carlos - **Roberto Freire** - \$ 290,00
 Febeapá nº 1 - **Stanislaw Ponte Preta** - \$ 200,00
 Poesia 1949 - 1979 - **Augusto de Campos** - \$ 675,00
 O carne dourado - **Doris Lessing** - \$ 700,00
 Três tristes tigres - **Cabrera Infante** - \$ 350,00
 Uivo e outros poemas - **Arlen Ginsberg** - \$ 255,00
 A tragédia da rua das flores - **Eça de Queirós** - \$ 580,00
 O sorriso ao pé da escada - **Henry Miller** - \$ 80,00
 Livia - **Lawrence Durrell** - \$ 280,00
 Obras de Maiakovski vol. I - Poesia - \$ 630,00
 A educação sentimental - **Flaubert** - \$ 240,00
 Mrs. Dalloway - **Virginia Woolf** - \$ 220,00
 Autobiografia de Federico Sanchez - **Jorge Semprún** - \$ 295,00
 Os cadernos de Malte Laurids Brigge - **Rilke** - \$ 200,00
 Mário e o mágico - **Thomas Mann** - \$ 145,00
 O caso Saint-Fiacre - **Simenon** - \$ 150,00
 A orgia perpétua. Flaubert e Madame Bovary - **Mário Vargas Llosa** - \$ 180,00
 Psicanálise e feminismo - **Juliet Mitchell** - \$ 500,00
 La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo - **Clara Zetkin** - \$ 360,00
 Educar para a submissão - **Elena Gianini Belotti** - \$ 150,00
 Análise do caráter - **Reich** - \$ 650,00
 A Psiquiatria alternativa - **Basaglia** - \$ 170,00
 Os prazeres do sexo - **Alex Comfort** - \$ 540,00
 Sexo e poder - org. **Guido Mantega** - \$ 140,00
 Memórias das mulheres do exílio - **vários** - \$ 400,00
 O que é isso companheiro - **Fernando Gabeira** - \$ 220,00
 Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana - **Florestan Fernandes** - \$ 250,00
 Memória e sociedade: lembrança de velhos - **Ecléa Bosi** - \$ 450,00
 Os militares e a revolução de 30 - org. **Eurico de Lima Figueiredo** - \$ 210,00
 Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808) - \$ 350,00
 O pensamento político clássico - **vários** - \$ 460,00
 Crítica do direito - **vários** - \$ 130,00
 As formas da história - **Lefort** - \$ 320,00
 Origens da revolução industrial - **Hobsbawm** - \$ 130,00

Rua Pinheiros, 339
 Fone: 282-9237

O "Mão Branca" suga o sangue e há 480 anos continua sorrindo nas colunas sociais deste país.

Por Carlos Alberto Luppi

Um certo presidente — general, é claro — de uma certa republiqueta localizada na América, num rasgo de incontrolável paternalismo, certa vez mandou que os políticos de sua terra tivessem e criassem um negócio chamado "imaginação criadora". A partir daí, o puxasaquismo nacional se solidificou e tempestades de besteiras assolaram esta nação a níveis nunca imaginados, nem pelos ficcionistas mais efusivos.

A "imaginação criadora" passou à história, assentou-se sobre cabeça de 120 milhões de pessoas. Os políticos a utilizaram para não criar nada absolutamente e deixar tudo como sempre. Os empresários a utilizaram para aumentar seus lucros, os analistas nela se basearam para nada exigir, com raras exceções. A polícia dela se aproveitou e aproveita para aprofundar arbitrariedades. Alguns jornalistas, entusiasmados com a nova ordem do general criaram então o que faltava dentro do quadro de bobagens que assola o país. Criaram nada mais nada menos que o "Mão Branca", dando a entender, que se trata de um misterioso personagem encarregado de eliminar bandidos a pretexto de "livrar a sociedade dos assassinos e do terror provocado pelo aumento da criminalidade".

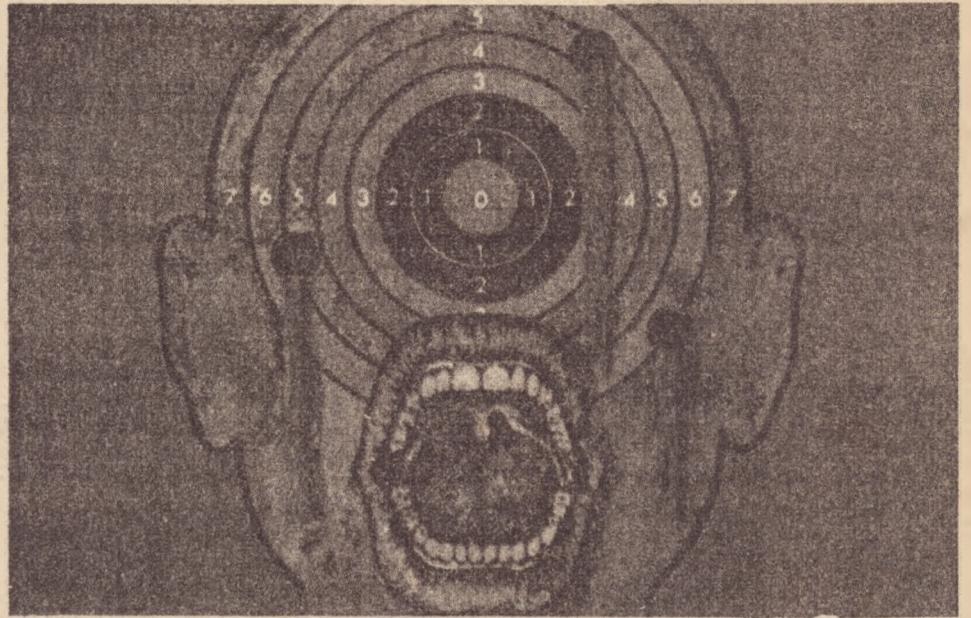
Como se surpreender com o "Mão Branca" se o Brasil-morto é hoje muito maior que o Brasil-vivo?

A "imaginação criadora" que não costuma respeitar o ítem decência, neste caso, consegue, entre outras coisas, fazer com que um determinado jornal carioca saia de sua tiragem medíocre de 10 mil exemplares por dia para quase 100 mil no mesmo período. Tudo porque existe o "Mão Branca" nas manchetes responsabilizado por mais de 200 crimes na área do Grande Rio nos últimos 70 dias. Uma mistura de "herói e vilão", bem ao gosto do sistema que quer que este país seja tudo, principalmente ignorante.

É num contexto assim que surge o que chamam de "Mão Branca".

Uma terminologia que coloca o **mistério** acima do **massacre**, acima da **realidade grotesca e cruel**, acima do **violento quadro de misérias sociais deste país humilhado**. Então, fala-se no "Mão Branca" e enquanto isso se esquece do principal. Fala-se nos mortos encontrados nos matagais do Rio de Janeiro, assassinados a sangue frio, sem direito à defesa, com requintes de crueldade como se isso fosse secundário.

— O Brasil é um país ignorante — dizia-me recentemente um amigo peruano em Lima. Não me restou alternativa senão ficar calado. Na realidade, o país começa a década de oitenta com o "Mão Branca" sendo seu principal personagem. Pobre país que constroi um personagem formado de lama e impunidade. O que demonstra isso? Que o Brasil já viveu 480 anos e nada aprendeu. Falar de "Mão Branca" como um "anjo exterminador" — como querem muitos — é tão ridículo, quanto não enxergar que toda a história brasileira foi feita de massacres brutais.



Como então se surpreender com um grupo de matadores chamado "Mão Branca", se a própria história deste país conta mais mortos do que vivos? O Brasil morto é hoje muito maior do que o Brasil vivo. Por esta republiqueta incrustada no Continente Latino Americano sempre se matou muito mais. Exemplos? Aos montes. De 1500 para cá a branca mão da impunidade e do desrespeito chacinou mais de 13 milhões de índios eliminando quase que totalmente raças e povo inteiros. Tal mortandade atingiu os negros buscados na África como escravos e como candidatos ao extermínio no Brasil. Mais de 10 bilhões de árvores também foram assassinadas impunemente e continuam sendo. Nos últimos 16 anos, o país experimentou o massacre das liberdades e nessa batalha pereceram centenas de pessoas, muitas delas nos porões mais vergonhosos de uma cruel ditadura.

Por outro lado, poderosos e aderentes ao sistema sempre se prevaleceram dessa situação para obter cada vez mais vantagens e privilégios. Por isso não se pode dizer que tais massacres na história brasileira não tenham tido um objetivo. Não se iludam, senhores; por aqui sempre se matou com objetivos claros de manter privilégios de poucos e a humilhação de muitos.

Hoje a criminalidade cresce muito mais entre os privilegiados que contam com a impunidade do que entre os marginalizados que tentam sobreviver.

É por isso que o que chamam de "Mão Branca" não tem nada de novo. O significado real disso é um número cada vez maior de cadáveres a amontoarem-se sobre a consciência nacional com a conivência e a complacência do sistema nacional. Como dar foros de novidade ao "Mão Branca", se na mesma Baixada Fluminense onde o grupo mais atua, 1400 pessoas foram assassinadas convarde e impunemente em todo o ano de 1979, 80 por cento das quais pelos próprios policiais? Como enxergar nisso uma novidade se em São Paulo em apenas dois anos mais de 100 menores abandonados e com problemas de conduta em vez de serem

orientados foram simplesmente eliminados a tiros por grupos de pessoas que agem e têm uma revoltante (para nós) certeza de que nada, absolutamente nada, lhes acontecerá? Como dar importância ao "Mão Branca" se dados oficiais revelam que de cada 10 ocorrências policiais em São Paulo, oito originam-se em pessoas das classes média e alta? Isto é: no Brasil de hoje a criminalidade cresce sim, mas cresce muito mais entre os privilegiados que contam com a impunidade do que entre os marginalizados que tentam sobreviver. As classes menos favorecidas ainda assim são as mais capazes de respeitar o ser humano que está do lado. Ao contrário: as classes mais favorecidas são capazes dos maiores crimes, os crimes cometidos "por baixo dos panos que lesam o país, minam a nação e solapam a maioria.

Como pretender que se diminuam os índices da violência enquanto prevalecer este sistema a quem interessa os massacres todos de nossa história?

O problema brasileiro hoje é muito mais de indignidade do que de marginalidade e de violência física. Num país onde a indignidade dos mais favorecidos impera, falar na violência produzida por integrantes das classes menos favorecida — para justificar horrores como o "Mão Branca" — é quase uma fantasia.

Enquanto não for extirpada ou diminuída esta indignidade geral que assola a nação vinda de cima, dos protegidos, do sistema a quem interessam os massacres todos de nossa história, como pretender que se diminuam os índices da violência causada pela revolta de se nascer, viver e morrer num estado de miséria?

O Brasil tem 480 anos de "Mão Branca".

Quem já viu tubarão morrer por matar os peixes mais fracos? O que mais se vê a chacina do peixe menor. O tubarão mata, suga o sangue e dá sorrisos no mar. "Mão Branca" mata, suga o sangue há 480 anos e continua sorrindo nas colunas sociais deste país.

A «Praga Delfim» Agricultores pedem cabeça do ministro

Depois de vencerem o confisco da soja, os agricultores do sul do país prometem não plantar trigo este ano se o governo manter a sua política para a agricultura.

Por Valmir Menezes

«O Trabalhador tem direito à terra que trabalha».

Por Moisés Paruara

Na sede da CNBB em Brasília, D. Luciano, Vice-presidente do Conselho Episcopal Latino Americano fala sobre o documento A Igreja e a Terra, elaborado na 18ª Assembléia Extraordinária da CNBB e reafirma: «nem capitalismo, nem coletivismo marxista, a solução para o campo esta na multiplicação das propriedades de tipo familiar, e comunitário».

— Após a elaboração do documento da Pastoral da Terra, como a Igreja vai se conduzir para torná-lo prático?

— A leitura do documento permite perceber dois níveis: ele é referente a própria Igreja, a atitude que ela mesma deve tomar em relação ao homem do campo e um segundo nível que se refere ao ensinamento, a pregação à todos que tenham responsabilidades na solução do problema, para que ajam com justiça.

Neste nível, o documento de Itaici, quer somar as pessoas de boa vontade na solução dos problemas vitais do homem do campo. Ele é o principal responsável desta promoção, mas todos devemos lutar para que se respeite o direito que o trabalhador da terra adquire de nela permanecer. São várias as formas que atendem a essa necessidade, o documento propõe a multiplicação das propriedades de tipo familiar e comunitário.

O documento rejeita a exploração gananciosa da terra, que satisfazendo a poucos exclui o trabalhador dos benefícios justos de seu trabalho. Há muito, caminho a percorrer, mas os conflitos e as graves situações que hoje vivemos no campo exigem de todos atenção.

— Qual o significado deste documento hoje?

— O documento é na sua primeira intenção um esforço para que a própria Igreja como um todo reconheça a necessidade de voltar-se, segundo a opção da Puebla, para os pobres. Entre eles, sem dúvida inclui-se a maioria esmagadora do homem do campo, que está a espera do respeito aos direitos básicos de sua pessoa. Além disso, propõe caminhos alternativos para a solução dos conflitos no campo, defendendo que a solução capitalista, que inclui formas de exploração da terra que não respeitam a dignidade do tra-

balho deve ser superada. O documento insiste em que nem o capitalismo, nem o coletivismo marxista são soluções para uma humanidade mais justa e solidária.

— Como o documento ajuda, no momento, a superar os conflitos de terra?

— Ele pode oferecer de imediato subsídios quanto a aplicação, não só do Estatuto da Terra, mas de uma justiça agrária mais eficiente, pois muitos conflitos surgem hoje simplesmente por não ser atendida a própria lei. A administração é lenta e algumas vezes unilateral.



Agricultores protestam contra a nova praga da soja.

Mc Namara por trás da política agrária de Delfim

A nova política do governo, que busca ganhar base de apoio a partir da pequena propriedade rural, já dá mostras de sua inviabilidade como demonstram as recentes mobilizações dos agricultores. Bernardo Sorj (*) em entrevista exclusiva ao EM TEMPO discute essa política.

Da Sucursal

De uns anos para cá, têm ocorrido mudanças importantes na agricultura brasileira, um processo que se descreve geralmente como de penetração do capitalismo no campo. Como a pequena produção é afetada por estas mudanças?

— Na medida em que ela se capitaliza, o processo de diferenciação em seu interior se acelera — alguns conseguem acompanhar o complexo agro-industrial e outros não. Teremos, então, um setor de pequenos produtores capitalizados e uma grande massa de pequenos produtores cada vez mais marginalizados, incapazes de modernizar seus processos produtivos. Este processo de diferenciação, inclusive, está sendo claramente impulsionado pelo governo, através dos chamados projetos rurais integrados.

— Como que objetivos?

— Na origem deste tipo de projeto estão razões tanto econômicas como políticas. De fato, não se trata de uma criação brasileira e sim do Banco Mundial — há projetos semelhantes em execução em vários países da América Latina, financiados pelo Banco Mundial, orientados especificamente para a capitalização da pequena produção. No Brasil o projeto mais importante deste tipo é o Polonordeste. Em termos econômicos, a capitalização da pequena produção visa gerar uma massa de excedentes agrícolas, necessários nos países em desenvolvimento à continuação do processo de industrialização. A pequena produção pode fornecer excedentes agrícolas a preços mais baixos que a empresa capitalista, que busca sempre a taxa média de lucro. Além

dessas razões econômicas, há as de ordem político-ideológica. Eu diria que não é totalmente casual que o sr. Mac Namara, presidente do Banco Mundial, seja o maior ideológico desse tipo de projeto.

Estratégia de cooptação

— A capitalização da pequena produção é uma tentativa de diferenciá-la, de quebrar certa unidade de ação que apresenta historicamente a pequena produção tradicional. Nesse sentido, trata-se de capitalizar certos setores da pequena produção, ao mesmo tempo em que a maioria dos pequenos produtores tradicionais se pauperiza. Busca-se criar expectativas de ascensão social e, se possível, lideranças entre os pequenos produtores capitalizados que atuem no sentido de limitar o potencial de revolta da pequena produção familiar.

— Que possibilidades de resistência têm estes setores condenados à pauperização e proletização?

— Apesar de possuírem um grande potencial de reivindicação e de luta, suas possibilidades reais de organização dependerão fundamentalmente do momento histórico em que esta organização se der. Dependendo do momento histórico em que as camadas subordinadas no Brasil comecem realmente a ter uma ação histórica importante através do campo é que esse grupo social poderá ainda ter ou não uma importância central. Por sua vez, o governo está intervindo em forma crescente neste setor através de diferentes tipos de

serviços sociais, cooperativização, educação, recriando assim novos mecanismos de dependências e subordinação que possam substituir as antigas formas de dominação.

Além disso, está havendo, de fato, modificações profundas na política do governo em relação à pequena produção, como é o caso da nova política de limitar o crédito para a pecuária e aumentá-lo para a pequena produção de alimentos.

— Que possibilidades de sucesso tem esse tipo de política?

— A cooptação dos pequenos produtores capitalistas não esta assegurada para o governo. A pequena produção capitalista tem suas contradições específicas, que não podem ser minimizadas e que não giram somente em torno da questão da redistribuição de terras.

São conflitos com as grandes empresas capitalistas produtoras de insumos e maquinário, de comercialização e transformadoras de produtos agrícolas.

Reclamações frequentes são feitas, por exemplo, em relação aos preços dos fertilizantes, que o governo deixa mais ou menos livres, enquanto controla os preços dos produtos agrícolas.

(*) Bernardo Sorj é professor do Departamento de Ciências Políticas e diretor do Programa de Estudos Comparados Latino-Americanos da UFMG.

Parece que os produtores de soja estão fadados a não mais terem uma boa safra e a viverem endividados. Nos três últimos anos, com as condições climáticas adversas e a abundância de lagarta, só conseguiram acumular dívidas. Este ano, quando tudo corria bem, surgiu uma nova praga: a «Praga Delfim» como dizem.

Depois das últimas mobilizações vitoriosas em torno do confisco (ver EM TEMPO nº 103), Delfim Neto volta a atacar. Desta vez, impondo o contingenciamento (limite da quantidade de soja a exportar) e mais, o CIP (Conselho Interministerial de Preços) tabelou o preço interno do óleo bruto e o farelo de soja à Cr\$ 17,00 e Cr\$ 7,00 respectivamente, quando o preço anterior girava em torno de Cr\$ 25/26/1,00 e Cr\$ 8,25.

Caso se confirme o tabelamento às indústrias transformadoras de soja, se verificará uma perda em torno de Cr\$ 50,00 por saca de soja de 60 Kg aos produtores. Isto porque, as indústrias serão obrigadas a fazerem uma média entre os preços externos e internos, proporcional ao volume de óleo e farelo a serem comercializados.

A transferência do imposto torna-se possível porque a estrutura de mercado é bastante diferenciada. De um lado, as grandes empresas monopólicas no ramo (Anderso Claiton, Olivebra, Cargil, Samirg) e do outro, grandes, médios e milhares de pequenos produtores sem um poder de barganha estruturado e sem proteção governamental.

Passados 8 dias do anúncio do «tabelamento», o responsável pela Secretaria de Abastecimento e Preços, vem a público dizer que isto não passa de um boato espalhado pelas indústrias transformadoras, afim de adquirirem a soja a um preço mais barato, pois estes preços já existiam mesmo antes do confisco.

Porém, há alguma coisa que deixaria qualquer pessoa intrigada: Por que só depois de oito dias o governo veio a público desmentir os «boatos do tabelamento»? Isto, depois dos «boatos» serem manchetes dos principais jornais e causado a maior confusão e insatisfação entre os produtores de soja. E mais o desmentido só ocorreu depois que 65 sindicatos dos trabalhadores rurais e 14 representantes de cooperativas do RS reunidas na sede da FETAC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) examinavam o tabelamento do óleo e farelo de

soja e as medidas a serem encaminhadas.

Na reunião ficou acertado que os agricultores não aceitarão o tabelamento e irão à luta pelo fim do contingenciamento, que caso seja aplicado rebaixará o preço pago ao produtor devido ao excesso de produção no mercado interno.

E para completar o repúdio dos agricultores à política governamental, foi encaminhada uma moção, pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais de Ijuí, na qual o Ministro da Agricultura, Angelo Amauri Estabile, e o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, deveriam ser exonerados dos seus cargos.

Os agricultores protestam, ameaçam e começam a agir de forma bastante concreta. Segundo o presidente da FECOTRIGO Ari Dalmoлин, na melhor das hipóteses, haverá uma redução de 50% na área cultivada com trigo em relação ao ano passado. Um fato bastante ilustrativo é a situação do município de Santo Ângelo, onde segundo o gerente do Banco do Brasil, até agora nem uma só proposta para contratar lavouras para a próxima safra deu entrada na agência enquanto que, em igual período do ano passado já haviam entrado 405 propostas, representando 8% da safra de trigo.

Não é só desconfiança com relação a política agrícola governamental. Segundo Carlos Karlinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Ijuí, o valor estabelecido pelo governo para o plantio de trigo não há para cobrir os custos com a semente, adubo e cultivo ficando os custos de transportes, mão-de-obra e demais insumos para os agricultores. Em anos anteriores eram necessários apenas 6 sacos de trigo por ha para cobrir os custos. Hoje, são necessários 15 sacos para cobrir os mesmos custos. Esta conta simples dos agricultores, mostra de maneira bastante evidente, o quanto os preços dos produtos agrícolas ficaram defasados em relação ao aumento dos insumos.

O que se constata com as manifestações e disposição de não plantar trigo na próxima safra, é que, principalmente, os pequenos produtores já começaram a não mais acreditar no Governo e na sua política governamental como solução para seus problemas, procurando em muitos casos, uma alternativa independente para solucionar a sua crise.

Favelados: congresso em BH

Avós das favelas voltou a soar forte em Belo Horizonte nos dias 11, 12 e 13 com a realização do Congresso sobre Habitação do Favelado, organizado pela Pastoral das Favelas, que reuniu lideranças de 68 comunidades e contou com a participação de 2 mil pessoas em seu encerramento.

Apesar de sua tradição de luta remontar a década de 50, o movimento dos favelados não havia conseguido se reestruturar após a violenta repressão sofrida em 1964. Neste ano, foram presos os diretores da Federação dos Trabalhadores de Favelas, sendo que três de suas lideranças foram condenadas por processos arbitrários a vários meses de prisão, as 55 Uniões de Defesa Coletiva sediadas nas principais favelas foram dissolvidas e tiveram seus patrimônios confiscados.

Com a desestruturação de suas entidades, foram também ao chão as conquistas e leis favoráveis aos favelados, como de não terem seus barracos constantemente depredados pelos órgãos públicos sem mandato judicial, caiu a lei 517 que taxava em 3 por cento as companhias construtoras, as empresas loteadoras e as construções com mais de 120 metros quadrados, destinando os recursos obtidos para o melhoramento de bairros populares. Ruiu, finalmente, o projeto de uma reforma urbana que seria acoplada ao conjunto das chamadas "reformas de base" e que, havia resultado como programa reivindicatório de um representativo congresso de favelados realizado em 1963.

Mas, o pior viria depois. De 1964 a 1974, cerca de 10 mil famílias foram desalojadas, na maioria das vezes através de processos violentos. E até 68, quando um juiz deu ganho de causa a favelados que reclamavam ao menos uma indenização pela perda de suas moradias, essas remoções se faziam sem qualquer contrapartida aos favelados expulsos.

Foi somente em 1974 que se recriou a União das Favelas (atualmente União dos Trabalhadores de Periferia) que sem estar apoiada em uma organização de base mais sólida cumpriu o papel de reclamar do Governo o cumprimento de suas leis e programas como o Plano Nacional de Habitação Popular.

Situação explosiva

Belo Horizonte é hoje uma cidade com problemas tão profundos que ameaça explodir a qualquer momento. Na região da Grande Belo Horizonte existem atualmente cerca de 400 mil favelados, 300 mil moram em barracos ou quartos nos fundos dos lotes sem nenhuma condição de vida, pagando aluguel de até meio salário mínimo (população considerada potencialmente favelada). Somando os atuais moradores de favelas e os que poderão vir a ser favelados temos 700 mil pessoas, isto é, um belorizontino em cada três. Sem contar que anualmente chegam à cidade perto de 120 mil pessoas, a esmagadora maioria sem lugar para morar.

Embora existam favelas em melhores condições habitacionais, a grande maioria se debate com problemas crônicos de água, luz e esgoto. Em uma pesquisa recente realizada junto a 2.400 famílias faveladas, obteve-se algumas informações que embora não possam ser generalizadas servem de ilustração: apenas 26 por cento dos barracos possuem luz própria, 3 por cento possuíam água encanada e 25 por cento possuía rede de esgoto.

Realidade ainda mais explosiva se levarmos em conta que são consideradas faveladas apenas as famílias que residem em terrenos dos quais não são proprietários e, que existem ainda em Belo Horizonte perto de 300 vilas ou bairros que não sendo aprovados pela Prefeitura, ficam excluídos de quaisquer melhorias urbanas e de financiamentos públicos para a construção de casa própria.

Posse da terra

"O mais importante para nós é adquirir a posse porque nós não podemos viver como uma bola pulando de um lugar para outro", afirmou um dos relatores dos 12 grupos que durante toda a manhã de domingo discutiram as reivindicações e um plano de atuação para os favelados de Belo Horizonte. E, sem dúvida, a reivindicação da posse da terra surgiu como a exigência central do Congresso. Em primeiro lugar, porque sem a sua garantia ocorre o que se deu na

Vila São Vicente, no Morro do Querozene, no Pindura Saia onde a população se uniu por longos anos para conseguir posto médico, chafariz, transporte coletivo e, depois de tudo isso, com a valorização da área, foram expulsos com uma miséria indenização. Em segundo lugar, porque não sendo proprietários e sendo considerados usualmente pelo Governo como invasores os favelados não têm quaisquer condições de segurança, sendo submetidos cotidianamente às arbitrariedades "blitz" policiais.

Reivindicação que não é contemplada pelos inúmeros planos de habitação popular que vêm sendo propagandeados pelo governo mineiro. Todos eles parecem se mover pelo princípio de que o melhor é conseguir com o menor gasto os maiores resultados políticos junto à população favelada. Planos como o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) prevêem a participação das famílias não somente na construção de suas casas como também na própria dotação de serviços públicos que são de responsabilidade do Estado.

Outra questão muito discutida foi a relativa à desapropriação iminente que vai atingir cerca de oito mil barracos para a construção de nove avenidas nos próximos dois anos.

O Congresso, priorizando a remoção com oferecimento alternativo de moradias, aprovou uma pauta de reivindicações exigindo a construção de casas de no mínimo 42 m² para as famílias desalojadas, com até 25 anos de prazo para financiamento e, prestações na valor máximo de 10% do salário-mínimo.

Finalmente, no que diz respeito à organização, aprovaram-se duas metas: a criação e o fortalecimento das associações em cada favela e o reforço da União dos Trabalhadores de Periferia, bem como a sugestão da realização de um novo Congresso em data a ser decidida. Ficou presente também a perspectiva da unidade com outros movimentos de trabalhadores pois como disse um líder favelado "o nosso problema é que nem uma cobra: tem o rabo no campo, a barriga na favela e a cabeça na exploração do trabalhador".

Acosta e Vilma Amaro (suplentes).

Motoristas/ABC

Passeata contra a DRT

Os motoristas e cobradores de ônibus do ABC estão indignados com a decisão da Delegacia

Jornalistas/ABC

Regional do Sindicato

Depois de muita luta, está surgindo a subse regional do ABC, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, cuja primeira diretoria (chapa única) deverá ser eleita no próximo dia seis de maio. Lutar pelo cumprimento da legislação profissional e trabalhista, desenvolver campanha de sindicalização, promover cursos e debates, buscar a ampliação do mercado profissional e editar um boletim, são alguns dos pontos mais importantes da "Chapa Consolidação", composta por Valdeci Vermelho (presidente), Vânia Zamboni (vice), Lucia Cheiry (secretária geral), Benedito Bueno (1º secretário), Luis Augusto Michelazzo (tesoureiro), e Edison Mota, Heleni Felipe, José da Cruz Lucena, Margaret

Regional do Trabalho (DRT) que anulou o processo eleitoral para o sindicato da categoria, cancelando as eleições prevista anteriormente para os dias 14, 15 e 16 deste mês ao mesmo tempo em que prorrogava por mais 120 dias o mandato da atual diretoria, comandada pelo superpelego Aristides Trevisan, encastelado há 18 anos na entidade. Com mais essa manobra, o peleção tranquilamente poderá fazer seu sucessor, pois dificilmente a Oposição terá condições de formar e registrar uma nova chapa: é que, segundo Rubens do Carmo Alves, que lidera oposição, no período de 120 dias todos os seus componentes perderão a estabilidade que lhes era assegurada, tornando-se passíveis de demissão em seus empregos.

A revolta dos trabalhadores em transportes foi manifestada durante passeata que fizeram pelas ruas de Santo André, a partir da sede do Sindicato, como forma de protesto contra mais um conluio DRT/pelegos/patrões. Denunciaram, também, os argumentos utilizados pelo presidente do sindicato e aceitos pela DRT para anular o pleito: segundo a diretoria, as eleições não poderiam ser realizadas porque a maior parte dos trabalhadores não possuem carteirinhas do sindicato, apesar de pagar em religiosamente suas contribuições sindicais.

Carreiros/ABC

Esclarecem posição

Os carreiros (cegonheiros) do ABC, que fazem o transporte de veículos, estão firmes em seu apoio à greve dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo, ao contrário do que andou espalhando a grande imprensa. Segundo o presidente da Associação dos Carreiros, Roberto Augusto Francisco, a "justa luta dos metalúrgicos" estaria provocando prejuízos aos cegonheiros, em função da intransigência dos patrões e a incapacidade do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em resolver o conflito. Ele chega mesmo, a sugerir que "se o senhor Murilo Macedo se julga incapaz para solucionar a situação, que entregue o cargo para alguém que tenha o discernimento e a capacidade de encontrar uma solução para ambas as partes. O que não pode é continuar o governo dando mostra de incapacidade diante de uma situação criada por uma política salarial como a atual".

A preocupação dos carreiros com o prolongamento da greve é justificada: desde a eclosão da greve, perto de 1.800 motoristas (autônomos) estão sem trabalhar, sofrendo um prejuízo de aproximadamente nove milhões de cruzeiros.

Nanuque/MG

Grilagem de Rio

Enquanto em outras regiões aumentam os conflitos de camponeses sem terra, em Nanuque (cidade do nordeste de Minas), a situação é outra: quase 600 pescadores tiveram seu trabalho impedido em toda a extensão do Rio Mucuri, na faixa que se estende da Cachoeira do Tombo até a cidade de Carlos Chagas.

A proibição da pesca no Mucuri com a utilização de rede e tarrafa, que possibilitava de 10 a 15 kg. de pescado por semana, foi decretada pela SUDEPE e, segundo o chefe-executor do convênio de fiscalização da pesca deste órgão, por motivos ecológicos. Os pescadores lembram, no entanto, que a lei existe desde 72 e nunca foi aplicada até 1978, quando houve uma pressão dos grandes fazendeiros da região. E parece atender mais a interesses destes, preocupados em defender suas propriedades da circulação de pescadores já que, a pesca para os "protegidos" dos fazendeiros

continua. O conflito ganhou maior vulto no final do ano passado, quando um pescador, com mais de 20 anos de profissão, apareceu morto nas margens do rio, com sinais de pauladas nas costas e no tórax. O seu corpo foi encontrado na fazenda Santo Antonio de propriedade de Almir Fernandes, local proibido para a pesca e que estava patrulado por três jagunços fortemente armados. Ainda no final do ano, mais dois pescadores foram violentamente agredidos por um pistoleiro profissional, quando pescava na mesma fazenda.

Conceição do Araguaia

Formada Oposição

Os trabalhadores rurais do Município de Conceição do Araguaia, reunidos em Assembleia nos dias 18 a 20 de janeiro último, decidiram formar uma Oposição Sindical, que nas próximas eleições concorrerá à direção do Sindicato.

No seu programa, entre outros pontos incluem-se: a luta por um sindicato livre e autonomia sindical, reforma agrária integral e imediata sem a transferência dos trabalhadores rurais, dissídio coletivo de trabalho e segurança de trabalho, financiamento para os posseiros e pequenos proprietários e respeito às leis trabalhistas.

Leia e assinie EM TEMPO

Greves da quinzena

Dia 1º/4 — e por toda a quinzena, os 140 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e Santo André mantêm sua greve, reivindicando 15 por cento de aumento sobre o INPC e estabilidade por um ano no emprego.

Dia 8/4 — 70 enfermeiros e funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Jales/SP, paralisam o trabalho exigindo reajustes dos dissídios coletivos (não pagos desde 77), direitos trabalhistas e aumento de 64,8 por cento.

Dia 9/4 — os 12 mil metalúrgicos da MWM, fábrica de São Paulo, param de trabalhar por 4 horas exigindo a readmissão de um companheiro dis-

pensado e melhorias nas condições de trabalho.

Conseguem algumas melhorias e a readmissão do companheiro sob licença remunerada.

Dia 11/4 — 7 mil trabalhadores da Estrela, fábrica de brinquedos fazem um dia de greve, reivindicando aumento de salário e estabilidade para a comissão de salários. Conquistam: 12 por cento de reajuste sobre os salários atuais, sendo 10 por cento como aumento real, pagamento do dia parado e estabilidade de um ano para a comissão.



PREVI



diário

“Em terra de Tiradentes não cabe Francelino”

Para dia 22 de Abril, os professores mineiros prometem sua greve

Da Sucursal

No dia de Tiradentes, quando a capital mineira se transfere para Ouro Preto, antiga Vila Rica, não haverá apenas comemorações governamentais. Lá, será lançada, simbolicamente, a greve dos professores do Estado, com o slogan: “Em terra de Tiradentes não cabe Francelino”. No dia seguinte, 22 de abril, os estudantes mineiros podem ficar em casa: nenhum professor dará aulas, pois estarão lutando por 104,1 por cento de aumento, estabilidade no emprego — efetivação dos 73 mil contratados, equiparação salarial dos aposentados aos ativos e que o governo estadual dispense 25 por cento do orçamento para a educação.

A greve foi decretada no dia 12 de abril. Os três mil professores da rede pública do Estado e redes municipais de Belo Horizonte e Contagem que compareceram à assembléia clamaram pela greve. A proposta colocada em votação pelo presidente da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), Luis Soares Dulci, só foi rejeitada por dois professores.

No decorrer da assembléia, agentes provocadores espalharam no piso do auditório um pó branco, provocando irritação nos olhos dos presentes e, conseqüentemente, o tumulto. A reação foi imediata: “Abaixo a repressão”, gritaram os professores.

Ao relatarem as discussões preparatórias para a assembléia, os professores foram unânimes em reafirmar que havia um “antes” e um “depois” na campanha salarial. O marco era a entrega das reivindicações ao governador e a ausência de resposta. Os diretores da UTE haviam avisado a Francelino: falta de resposta será entendida como um NÃO. E para um NÃO os professores tinham a saída: greve.

Democracia e Organização

A organização da campanha dos professores mineiros foi mais fácil este ano, sem a traição dos “representantes”. No ano passado, durante os 40 dias de greve, os professores adquiriram sua melhor experiência com a Associação dos Profes-



res do Estado e tiraram uma lição: construir uma entidade que realmente servisse a seus interesses. Assim, em julho de 79, surgiu a UTE, que possui atualmente mais de 10 mil associados e 50 sedes no interior.

Em 79, o magistério era “marinheiro de primeira viagem”. Levou muita rasteira. Hoje é macaco velho e já descobriu em suas lutas as palavras democracia e organização, marca registrada desta greve. Em inúmeras cidades estão sendo realizadas reuniões em escolas e reuniões com pais e alunos. Em Sete Lagos, por exemplo, alunos e pais encaminham um abaixo-assinado exigindo o atendimento das reivindicações dos professores.

Alguns lados positivos da greve do ano passado foram lembrados, como o Comando Geral de Greve, que este ano será calçado nas regionais e estas, por sua vez, nas comissões por escola.

Outro fator importante para a vitória é a unificação com serventes e aposentados, que até agora ficavam de fora da campanha dos professores.

Eles foram recebidos calorosamente na assembléia que decidiu a greve. “Se quem tem estudo está sofrendo - que são os professores - imagina quem não tem”, disse uma servente.

Particulares derrotados

Contrastava com toda esta animação a frieza da assembléia dos professores da rede particular, realizada na manhã do mesmo dia 12. Foi a última assembléia de uma campanha de dois meses que, no final terminou com a própria diretoria do sindicato propondo a assinatura de um acordo com os patrões.

Este acordo fere conquistas históricas como o quinquênio, vitênio e taxa de seis por cento para o sindicato. Em termos de salários, o acordo firma um percentual médio de 3,3 por cento de produtividade. Em vista da desmoralização da categoria e de um acordo tão desfavorável, alguns professores chegaram a propor a instauração do dissídio coletivo, mas venceu a proposta da direção.

Estudantes protestam Como pagar pelo ensino ruim que oferecem?

Por Maria Stuart

As distorções do sistema de ensino brasileiro não são de hoje. Há vários anos, mais exatamente após a reforma universitária de 1968, o ensino brasileiro sofreu uma mudança, para pior na opinião da maioria de professores e alunos. Mas além da queda da qualidade do ensino, teve peso preponderante nesta alteração a diminuição das verbas destinadas ao ensino.

Atualmente, pouco mais de quatro por cento do Produto Interno Bruto destina-se à educação, enquanto países altamente industrializados e desenvolvidos destinam mais de sete por cento. A verba brasileira está abaixo até da de países mais atrasados como Costa Rica e Panamá.

Esta cifra é resultado da política implementada pelos governos pós-64, que têm uma visão bastante clara a respeito do problema do ensino, principalmente o superior: ele deve ser e pago. E é neste sentido que vem seguindo toda a política educacional. As universidades pagas recebem cada vez menos apoio do governo e reclamam que, não podem sobreviver com o índice de aumento fixado pelo MEC para as anuidades. Nas escolas públicas, o corte de verbas chega a tal ponto que laboratórios deixam de funcionar, professores são demitidos sem que outros os substituam, restaurantes universitários são fechados, como na USP de São Paulo, porque a reitoria retirou o subsídio para a alimentação.

E tudo isso não poderia gerar outra coisa se não um descontentamento geral no meio universitário e até parlamentar. No início desta semana, o deputado Celso Peçanha, do PDS do Rio de Janeiro, apresentou uma emenda constitucional obrigando a União a aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo 12 por cento de sua receita tributária. Os estudantes, por sua vez, realizam até o dia 18, a semana nacional de lutas, que tem como eixo básico “mais verbas para a educação” e um aumento de anuidades que não ultrapasse os 35 por cento fixados pelo MEC no início do ano.

No máximo 35%

O custo de vida sobe a cada dia. Tivemos uma

inflação de 82,3 nos últimos 24 meses e, ao que se tem notícia, nenhuma categoria teve um aumento semelhante. Então como pagar o que estão exigindo pelo ensino ruim que oferecem? E não é só isso. É de responsabilidade do governo formar os jovens, dar-lhes ensino. Portanto, é de responsabilidade exclusiva do governo o custeio deste estudo. O ensino deve ser público e gratuito para todos os níveis. Com base nestas reivindicações, o último Coneg (Conselho de Entidades Gerais) aprovou como bandeira de luta para ser levada pela UNE “no máximo 35 por cento de aumento” no preço das anuidades. Marcos Azevedo, membro do DCE da UFF (Universidade Federal Fluminense), explica porque:

“A cada dia vemos reduzidas as verbas para a educação e a cada dia as universidades pagas nos cobram mais caro por um ensino ruim, longe das nossas necessidades. A cada dia aumenta o custo de vida e nossos salários não acompanham este aumento. Por isso, mais do que nunca é preciso lutar contra este aumento exagerado de anuidades. O índice fixado pelo MEC é o máximo que aceitamos pagar”.

No entanto, há uma outra corrente no movimento estudantil que defende a proposta de nada além de 35 por cento de aumento, sob o argumento que a correlação de forças dentro da universidade e o nível de consciência da maioria do estudantado não permite uma proposta mais avançada. Marcos discorda disso.

“Entendemos que colocar congelamento das anuidades hoje pode, realmente, estar acima do nível de consciência e da correlação de forças. Mas estamos propondo no máximo 35 por cento, uma proposta que permite combinar as lutas nos locais mais avançados e mais atrasados. Em algumas escolas menos mobilizadas, realmente a maioria dos estudantes ainda não tem claro que o ensino deve ser sustentado pelo governo. Em outras, isso faz parte da compreensão da maioria. Então, vamos combinar, aliás, é isto que está sendo feito. Estamos combinando também boicote às sobretaxas com greves em algumas escolas. Tudo depende do grau de organização de cada uma.”

Minas Pelo controle da aplicação das verbas

Em assembléia geral realizada na semana passada, os estudantes do Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira em Belo Horizonte reafirmaram sua disposição de manter o boicote e ao pagamento das mensalidades, deflagrado há quase quarenta dias, como forma de luta contra os aumentos exorbitantes da Instituição, uma das mais lucrativas empresas de ensino de Belo Horizonte.

Os estudantes não aceitam nenhum aumento superior a 35% para o ano de 1980, contra os 100% ou mais pretendidos pela direção da escola. Exigem também a supressão das multas e uma série de melhoramentos nas condições de ensino, completamente deterioradas na Newton de Paiva, a ponto da Delegacia Regional do MEC ser forçada a reconhecer inúmeras irregularidades e descumprimento de requisitos mínimos para o funcionamento da escola.

Num pronunciamento durante a assembléia geral, o diretor do Instituto argumentou sobre a “precaría situação financeira da escola... e conclamou os estudantes a “voltarem à normalidade”. A esta proposta, os estudantes responderam com a exigência da abertura do livro de contabilidade da Newton de Paiva, demonstrando a justiça de controlar a aplicação de verbas, que nunca reverte em benefício de estudantes, professores e funcionários, e desmascarando os donos da escola, que se recusaram a mostrar onde está o propalado déficit.

Os abusos, porém, não param aí. No processo de luta os estudantes terminaram por descobrir que além do roubo permitido pelo MEC, que são as anuidades, a Newton de Paiva vem cometendo outro roubo, calculando indevidamente os índices de aumento desde 1976, o que dá um montante acumulado de 25 milhões de cruzeiros de furo no bolso dos estudantes. Acusados de corrupção, os donos do Instituto não deram mais que evasivas à guisa de explicação, mas não conseguiram esconder o pânico que começa a tomar conta de suas atitudes.

Os Diretórios Acadêmicos Fafi e Facec da Newton de Paiva já encaminharam uma ação contra a escola, exigindo o esclarecimento da corrupção e a restituição aos estudantes dos milhões roubados.

(Da Sucursal)

opinião

UNE: chega de achincalhe!

Américo Antunes (*)

A diretoria da UNE passa por maus momentos. Foi isto que comprovamos em sua última reunião em Vitória (ES). Mas não é para menos, pois de seus 15 diretores, 6 — Lula e Pedro (Pernambuco), Wladir (Rio Grande do Norte), Juca e Zé Pimenta (Minas) e Barbieri (São Paulo) — mudaram de posição e se situam hoje, tranquilamente, no campo da chapa UNIDADE, que concorreu às eleições da UNE. Esses 6 diretores vêm se notabilizando há já algum tempo por sua festiva filiação à legenda do PMDB (o apoio a tal partido não consta do programa eleito). Se esta mudança de posição em si só já é um problema, o pior é que ela é feita sem nenhuma informação aos estudantes, sem nenhuma discussão com as próprias bases da diretoria, com as pessoas que fizeram campanha para a sua chapa. Ou seja, uma mudança que demonstra que alguns diretores da UNE tem os piores vícios, de um cupulismo parlamentar, pois uma vez eleitos não prestam contas a ninguém de seus atos.

E esta não prestação de contas tem criado problemas seríssimos ao bom funcionamento da diretoria da UNE. Um exemplo: esses 6 diretores se viram formando uma maioria em determinado momento da reunião e aí começaram a aprovar coisas como um voto de louvor aos diretores que se filiaram ao PMDB, ou seja, a eles mesmo. Refeita a correlação de forças normal da diretoria da UNE, que os coloca em minoria, esta moção foi derrotada.

Assim, demonstrando a sua completa despreocupação com o movimento, ao invés de discutirem o rumo da luta por mais verbas para a educação, os passos para mantermos o prédio da UNE em pé e em nossa posse, 6 diretores ficaram fazendo manobras parlamentares na reunião, o que não faz mais do que demonstrar o seu aparelhismo, ávidos que estavam por utilizar a combativa legenda da UNE para reforçar o PMDB.

Nas sua última reunião a diretoria da UNE discutia a luta de verbas apenas durante 4 horas. E mesmo assim, foi necessária muita pressão dos DCE's e UEE's presentes, reunião de Escolas Católicas, etc... para garantir a discussão do problema da campanha por verbas, seguramente a principal questão a atingir milhares de estudantes brasileiros.

A ausência de propostas da diretoria da UNE e a dificuldade que ela tem encontrado para unificar a nossa ação especialmente naquilo que o CONEG havia definido como a principal luta nacional, a CAMPANHA POR MAIS VERBAS E CONTRA O ENSINO PAGO tem muito contribuído para debilitar as lutas que começamos a desenvolver.

Além destas dificuldades que a diretoria da UNE vem encontrando, há mais problemas.

A ação de alguns diretores têm no mínimo sido contraditórias com o posicionamento das instâncias de decisão do nosso movimento. Marcelo Barbieri chegou a participar do “Congresso” do DEF-RS (contra posicionamento do Congresso, do CONEG e da diretoria da UNE) e lá chamou a diretoria de divisionista. Em Vitória (ES), dois diretores, o Marcelo e o Juca se recusaram a respeitar uma decisão tomada por um Ato Público promovido pela UNE, de realizar uma passeata, não participando dela e desgastando-a.

A UNE pela base, este foi um dos “Slogans” do XXXI Congresso da UNE. Assim, no próximo CONEG, devemos exigir um balanço da diretoria da UNE. Todo o movimento estudantil brasileiro deve influir na situação de sua direção máxima, a diretoria da UNE, pois se a cabeça não funcionar bem... E os atos dos diretores que flagrantemente feriram o programa e os princípios da entidade devem ter do CONEG um posicionamento.

Discutir a situação da diretoria da UNE tem a finalidade de colocarmos as coisas nos seus devidos lugares, permitindo que o nosso movimento avance.

Assim, devemos garantir que o CONEG faça uma boa discussão e tire propostas concretas sobre as duas principais tarefas nossas: fazer caminhar a luta por mais verbas para a educação e recuperar o prédio da UNE para o estudantado brasileiro.

(*) Américo Antunes é presidente do D.C.E. da Universidade Católica de Minas Gerais.



Os trabalhadores dão as cartas

A paralisação dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo de Campo já ultrapassou, em duração, a de 1979. As máquinas continuam silenciosas nas grandes empresas, 140 mil trabalhadores seguem de braços cruzados, ignorando a decretação de ilegalidade da greve. E mostram aos patrões que não estavam blefando quando a deflagraram.

Por Tom Duarte

Se há uma imagem que pode ser utilizada para se explicar o processo que culminou com a greve dos metalúrgicos do ABC (hoje sem a participação de São Caetano, depois da vergonhosa atuação de sua diretoria que, incapaz de preparar decentemente uma greve, não pestanejou em desmobilizá-la e encerrá-la) é, sem dúvida a de um jogo de poquer. Desde um primeiro momento, quando mais cresciam os indícios de que os trabalhadores estavam dispostos às últimas consequências para obter as suas reivindicações, os patrões, representados pelo Grupo 14 da FIESP, que reúne sindicatos das indústrias do setor eletro-eletrônico e metalúrgico, e o ministro do Trabalho, pareceram não acreditar que o negócio era para valer. Ancorado nas excelências da sua política salarial (Macedo), na ameaça do desemprego e resabios da campanha passada (os patrões) eles julgavam ter cartas poderosas em suas mãos. E que o vigor e crescente combatividade registrada nos comícios nas portas de fábrica e nas assembleias preparatórias, não passavam de um pretensioso e audaz blefe da direção sindical, comandada por Luis Inácio da Silva.

Lula não estava blefando quando afirmava que as máquinas parariam, como ficou logo provado, a partir de zero hora do dia 1º de abril. Os metalúrgicos demonstraram também que não estavam blefando quando se dispunham a enfrentar uma greve prolongada que, já suplantou, em duração, a de 1979.

Quarteto de Ases

E quais os trunfos com que contam os trabalhadores, sua direção sindical, e seus representantes na Comissão de Salários para enfrentar parceiros tão formidáveis? O patronato mais poderoso do País, o ministro do Trabalho de um governo discriçãoário com seu arsenal jurídico (mesmo que ilegal, não importa) e que dispõem apoio de "perus" tão preciosos como os jornais, o rádio e a televisão, sempre dispostos a dar palpites errados e intimidatórios para os trabalhadores?

Em primeiro lugar, eles próprios, sua própria força numérica e qualitativa, o que representam para a economia do país. A certeza de que sem eles as máquinas por mais sofisticadas que sejam não funcionam, as linhas de produção não correm, os produtos não circulam. Em segundo lugar, sua organização, que este ano alcançou níveis bem superiores aos do ano passado. Em terceiro, por mais paradoxal que pareça, sua própria condição de vida, que se agrava dia a dia, em meio à uma inflação que cada vez se aproxima da casa dos 100 por cento ao ano. E finalmente, a solidariedade e o apoio efetivo dos trabalhadores de outras categorias e da população em geral (veja matéria ao lado) que fazem da luta dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, a sua luta. Com esse quarteto de ases, nada menos exagerado do que as palavras do Lula quando afirma poderiam os metalúrgicos aguentar "30, 40 ou mais dias parados".

Jogo pesado

Os trabalhadores sabem que o jogo é pesado. Como eles próprios reconhecem no boletim que comenta a decretação da ilegalidade na greve. "Estão jogando tudo contra nosso movimento, diz o boletim. Estão lutando contra os trabalhadores como se fôssemos inimigos da pátria, ladrões e assassinos. Patrões, polícia, governo, tribunais, rádio, televisão, jornal, tudo enfim, é utilizado para massacrar homens e mulheres que, pacificamente, lutam por reivindicações reconhecidamente justas". E têm consciência de que os patrões estão



Os piquetes nos ônibus foram eficazes: poucos furaram a greve

dispostos a tudo para dobrá-los. Senão, como explicar que a Volkswagen prefira deixar de fabricar 2.200 automóveis diariamente e sofrer um prejuízo diário de 385 milhões de cruzeiros (a um preço médio de 175 mil por veículo), comprometendo, inclusive, sua meta de exportação, como reconheceu o presidente da empresa, Wolfgang Sauer? Que a Ford não produza 520 automóveis por dia, a Scânia Vabis e a Mercedes outras tantas centenas de veículos?

E, ainda, se uma empresa de médio porte, como a Termomecânica, pode ceder um aumento de 12 por cento para os empregados que ganham até cinco salários, 8,5 por cento para os que ganham entre cinco e oito salários mínimos, e 6,5 por cento para os demais, concorda com reajustes trimestrais, aceitando garantir uma certa estabilidade no emprego, porque as multinacionais não podem? A resposta é formulada pelo próprio Sindicato de São Bernardo: "querem massacrar o movimento operário em São Bernardo para poderem continuar explorando os trabalhadores sem qualquer obstáculos". Trocado em míudos: custe o que custar, nenhum preço é elevado demais para quebrar a crista dos "insolentes do sindicato" e afastá-los definitivamente da vida sindical e política.

A sedição continua

A decretação de ilegalidade da greve, pelo TRT, já era esperada pelos trabalhadores. Com ela, os patrões poderão aumentar suas pressões sobre os grevistas, acenando com as demissões "por justa causa", além de obterem a almejada legitimação para uma intervenção nos dois sindicatos.

Mesmo assim, os metalúrgicos se prepararam para tal eventualidade. Um comando alternativo, composto por 16 membros da Comissão de Salários já foi formado, caso a diretoria do sindicato seja presa. Se o sindicato cair, rapidamente será acionado o esquema das Igrejas, como no ano passado. Enquanto isso, eles permanecem abertos à negociação, como o provou o acordo com a Termomecânica, na sexta, 12. Nesse meio tempo, até que um acordo satisfatório surja, é certo que a "sedição sindical", como o "Jornal do Brasil" classificou a greve, continuará. E o comparecimento às assembleias se dará, nem que ao invés de garota fina, "chova canivetes sobre São Bernardo e Santo André.



Entre uma assembleia e outra, um jogo de buraco para descontrair.

A difícil paralisação em Santo André

Para os que acreditavam que Santo André e os municípios menores da região (Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) não teriam condições de enfrentar uma greve prolongada no setor metalúrgico, a disposição dos trabalhadores daquelas cidades, demonstrada nas últimas assembleias no estádio Jaçatuba está se constituindo numa grande surpresa. Apesar de o índice de paralisação ser menor que em São Bernardo, alcançando 80 por cento, segundo confirmam as próprias indústrias (Cofap, TRW), o grau de combatividade é o mesmo. De fato, a mobilização em Santo André exige maiores esforços, uma vez que são quase 800 pequenas e médias indústrias na base territorial do Sindicato. A maior delas — Cofap — tem 7500 funcionários já preparados para assumir posições de comando. Por esse motivo — por conhecer a maior debilidade do movimento em Santo André — a repressão deslocou o maior aparato para o município. Na COFAP logo no primeiro dia de greve os trabalhadores foram saudados com um piquete de três caminhões da PM. No dia 14, dois diretores do Sindicato (Lazaro Maciel e Antônio Euzébio) passaram cinco horas detidos, parte das quais no 10º Batalhão da PM, em Mauá, onde foram até ameaçados de agressão. Outros sete operários foram detidos no mesmo dia, cinco deles em Ribeirão Pires quando distribuíam panfletos no ponto de ônibus, convocando para a assembleia das 16 horas, no estádio Jaçatuba.

Apesar disso, a paralisação em algumas das principais indústrias atingia, no início da semana, mais de 90 por cento, como na ISAM (100 por cento) Chrysler, Fichet, G.E. e Coferraz, numa prova de que os operários de Santo André não se deixaram intimidar.

Nenhuma vacilação

Um dos momentos mais cruciais para a greve em Santo André foi o dia 9, depois que os metalúrgicos de São Caetano decidiram, numa conturbada assembleia, voltar ao trabalho. Diante da perda desse importante aliado, pensava-se que Santo André não iria aguentar o rojão. Ao invés disso, os metalúrgicos deram grande ânimo ao movimento, comparecendo em massa à assembleia do estádio Jaçatuba. Essa foi a maior assembleia realizada até então, reunindo cerca de 10 mil metalúrgicos. Havia um clima de expecta-

tiva e tensão no ar que logo se dissipou quando os metalúrgicos deixaram clara sua posição de continuar a paralisação aos gritos de "greve, greve". Os dirigentes que tomaram a palavra explicavam que "não foi a categoria dos metalúrgicos de São Caetano que decidiu encerrar a greve, mas a diretoria do Sindicato que impôs seu encerramento".

Benedito Marcílio, presidente do Sindicato, que num primeiro momento vacilou quanto à greve, fez nesse dia um dos discursos mais dramáticos de toda a campanha. Depois de afirmar que os patrões não iriam aguentar muitos dias com as máquinas paradas, "porque isso seria o caos", Marcílio advertiu: "nós não podemos ficar no meio do caminho. Seria um retrocesso de muitos e muitos anos. Pois só vai faltar depois a chibata nas mãos dos patrões."

Julgamento do TRT

O entusiasmo dos trabalhadores de Santo André continuou nas demais assembleias. No domingo informou-se que o índice de paralisação mantinha-se em geral em torno de 80 por cento, dando ótimos resultados a "operação - mão de graxa" (comissões que vão conversar nas portas das fábricas com os possíveis fura-greves), especialmente na indústria ISAM.

Também se informou nessa Assembleia que os metalúrgicos de São Bernardo e Santo André iriam repartir meio a meio toda a ajuda recebida para o Fundo de Greve.

A mais concorrida Assembleia em Santo André realizou-se, no entanto, na segunda-feira, dia 14, com a presença de Lula, Osmar e outros dirigentes de São Bernardo. Ao ouvir de Benedito Marcílio, a citação do nome de Murilo Macedo, os 15 mil trabalhadores presentes, começaram a gritar: "Fora, fora", e "renuncia ministro dos patrões". A Assembleia também aplaudiu bastante a proposta de Lula de julgamento do TRT na Assembleia a ser realizada no dia seguinte em Vila Euclides. "Assim como eles nos estão julgando, nós também vamos julgá-los" (risos e gritos de aprovação). De fato, o TRT foi julgado por 80 mil metalúrgicos em Vila Euclides e no estádio Jaçatuba. Veredito: Culpado — os juizes foram acusados de corrupção e de aceitarem dinheiro de Murilo Macedo para declarar a greve ilegal.

(Vilma Amaro)

Os metalúrgicos param, o povo apoia

O movimento popular está decididamente ao lado dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André. A solidariedade cresce, dinheiro e alimentos são arrecadados. Um ato público reuniu cinco mil pessoas na Praça da Sé, ultrapassando o boicote de setores da chamada Unidade Sindical.

Por Vilma Amaro



Jesus Carlos



Depois da concentração na Sé, sete mil pessoas marcharam

Dois Comitês: só um é de solidariedade

Depois de enfrentar uma verdadeira batalha contra o tempo, onde cada um de seus participantes fazia um grande esforço para andar à frente dos ponteiros do relógio, coletando dinheiro entre a população, entidades sindicais, associações de bairro e artísticas, além de roupas e alimentos, como divulgar amplamente o movimento dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, o Comitê de Solidariedade à Greve realizou terça-feira na Praça da Sé, dia 8 de abril, um ato público unitário em apoio ao movimento paredista. Cerca de 5 mil pessoas estiveram presentes, ocupando um espaço considerável na Praça, ocasião em que a participação maciça de populares e trabalhadores foi flagrante, (no Rio, outro ato público reuniu 1500 pessoas). Contudo, os diversos obstáculos encontrados não se reduziram apenas às dificuldades naturais existentes nas atividades de apoio e solidariedade. As inúmeras tentativas feitas para desacreditar e paralisar o Comitê de Solidariedade não foram só do patronato e seus jornais. Desde o início das funções do Comitê, sediado na Assembléia Legislativa, um pequeno setor ligado à Unidade Sindical e ao jornal Hora do Povo, mostrou-se energeticamente decidido a cindir o Comitê. Negando-se a submeter-se à vontade da maioria dos representantes das 150 entidades que compõem o Comitê de solidariedade, reunido em sua primeira assembléia, cujo plenário manifestava-se abertamente contra a proposta da Unidade Sindical de localizar o Comitê no sindicato do pelego Joaquim Andrade, a mesma Unidade Sindical resolve simplesmente abandonar o Comitê. Desconhecendo irresponsavelmente, a necessidade de buscar formas de sustentação e auxílio aos trabalhadores grevistas e, finalmente, dando consequência aos seus métodos de divisão do movimento operário, esses mesmos indivíduos montaram artificialmente um "comitê" no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Porém, a coisa não ficaria por aí. O DCE da USP, assim como a Unidade Sindical, que prega entusiasticamente a união no interior do PMDB, tentou impedir a todo custo a ida dos estudantes ao ato, convocando para o mesmo horário uma assembléia universitária. E tem mais, Cândido Hilário, o conhecido Bigode, ligado à Unidade Sindical, percorreu várias cidades do interior (durante o transcorrer da greve no interior) falando em nome do "comitê da Unidade Sindical", e nas várias fábricas e assembléias que esteve, disse

que só existia um comitê, que o outro não existia, e que o Lula era contra o Comitê inexistente, ou seja, aquele criado pelas 150 entidades na Assembléia Legislativa. De qualquer forma, se por um lado, conseguiram materializar sua proposta, por outro, a existência desse comitê paralelo malogrou em sua verdadeira intenção, que era impedir uma real e viva solidariedade aos metalúrgicos do ABC. Nessa medida, o ato organizado pelo Comitê de Solidariedade foi um sucesso completo, muito embora a grande imprensa tenha deliberadamente desconhecido a sua realização. Luis Eduardo Greenhalg, do CBA, orientou os trabalhos da manifestação do começo ao fim. A combatividade e o entusiasmo eram grandes, contrastando com as últimas manifestações ocorridas na Praça da Sé. Cada intervenção dos oradores vinha seguida de palmas, e as mais radicais completadas com gritos de palavras de ordem. Várias organizações e entidades estavam presentes: PT, PMDB, PTB, movimento contra a carestia, oposições metalúrgicas de São Paulo e Osasco, Sindicato dos Bancários, um representante de São Bernardo, UEE. As intervenções mais aplaudidas ficaram por conta dos membros da oposição de São Paulo, Osasco e do movimento contra a carestia. Aníziu, em nome da Oposição metalúrgica de São Paulo garantiu que "se o governo quer tomar os trabalhadores pela fome, os trabalhadores tomam ele primeiro". Israel, da UEE, trouxe a solidariedade dos estudantes paulistas e afirmou que a luta é contra a ditadura militar. O representante do Sindicato de São Bernardo falou sobre as favelas e os favelados do ABC, numa clara alusão às insistentes afirmações do governo Figueiredo de que os trabalhadores paulistas são privilegiados, formando uma elite operária. Zé Pedro, de Osasco, muito inflamado desceu o pau na pelegada, responsabilizando-a pelo término da greve no interior paulista. Sua intervenção excitou o ânimo da massa que passou a gritar: abaixo a pelegada! abaixo a pelegada! O encerramento se fez com uma passeata de 7.000 pessoas até o Teatro Municipal. E no trajeto, fortalecida com a adesão de populares, a massa voltaria a gritar: "o povo unido jamais será vencido!"

Na quarta, 16, as ruas de São Paulo voltavam a ser ocupadas pelo Comitê de Solidariedade que, em mutirão, vendeu bônus de apoio à Greve. (Zoca Moraes)

Não será por falta de apoio que os metalúrgicos do ABC terão que encerrar a greve", dizia o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Djalma de Souza Bom, em uma das últimas assembléias. De fato, a partir da segunda semana de greve, quando começaram a chegar os donativos de todas as partes do Brasil para o Fundo de Greve, é que os trabalhadores do ABC puderam sentir que todo o povo brasileiro está disposto a sustentar o seu movimento.

Como afirmou o dirigente João Paulo Pires de Vasconcelos, de João Monlevade, Minas Gerais, durante uma assembléia realizada em Vila Euclides "São Bernardo e Santo André estão decidindo o destino histórico da classe trabalhadora. A sua vitória ou a sua derrota pesará profundamente sobre o futuro dos trabalhadores brasileiros e da luta por sua libertação". Aliás foi o próprio João Paulo que informou aos 80 mil metalúrgicos reunidos em Vila Euclides (na mais inflamada de todas as assembléias, realizada no dia 10, dia do pagamento nas indústrias da região) que a Unidade Sindical tinha decidido em Belo Horizonte iniciar uma campanha estadual e, depois em nível nacional, solicitando a cada operário brasileiro que doe uma hora de trabalho ao Fundo de Greve dos Metalúrgicos. Esse apoio é de importância fundamental para os metalúrgicos em greve, como ficou demonstrado pelos aplausos com que a iniciativa foi saudada em Vila Euclides. Pois fica evidente que os grevistas não estão sozinhos.

Contribuições

O Comitê de Apoio criado na Assembléia Legislativa (e que reúne diversas entidades, como associações de bairro, sindicatos, associações profissionais e políticos, representantes dos partidos de oposição) já entregou aos Sindicatos de São Bernardo e Santo André cerca de Cr\$ 520 mil cruzeiros, além de 10 toneladas em alimentos. Em São Bernardo, segundo o presidente da Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos, Gilson Luiz Menezes, as contribuições já superam um milhão e meio de cruzeiros. Nos últimos dias, o Sindicato recebeu além de cem mil cruzeiros enviados por Chico Buarque de Holanda, um cheque da Unidade Sindical no valor de Cr\$ 33.924,35, outro dos trabalhadores de João Monlevade no valor de Cr\$ 33.734,00 e, curiosamente, um outro cheque de Cr\$ 9.470,00 dos mensalistas da Volks.

Além dessas contribuições, o Sindicato está recebendo ajuda diária da Pastoral Operária que realiza mutirões nos bairros para coleta de dinheiro e mantimentos. Ao mesmo tempo, outros Sindicatos como o da Construção Civil em São Bernardo já se mobilizam para organizar a doação de uma hora diária de trabalho aos metalúrgicos. Os próprios funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo também decidiram dar oito horas de seu trabalho ao Fundo de Greve. A essas contribuições, a Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema soma os recursos iniciais (saldo da greve do ano passado) de 743 mil cruzeiros, além de 200 mil cruzeiros líquid-

dos provenientes da venda de cinco mil camisetas do "João Ferrador" e das contribuições mensais dos 800 associados do Fundo.

Em Santo André, o Fundo de Greve funciona através de uma Comissão que vem vendendo cartazes, o bônus, camisetas e histórias em quadrinhos sobre o movimento operário.

Distribuição

A entrega dos alimentos e ajuda financeira aos grevistas começou dia 14. Desde as primeiras horas da manhã, na Igreja Matriz de São Bernardo, enormes filas se formaram para o recebimento da ajuda que está obedecendo os seguintes critérios: 1) o trabalhador que voltou de férias; 2) o trabalhador que voltou de férias; 3) o trabalhador de menor salário e encargos familiares. Para receber a ajuda, o metalúrgico deve ir pessoalmente aos postos de distribuição, munido dos seguintes documentos: carteira de trabalho, o último "holerit" recebido e certidão de nascimento dos filhos.

Conforme o número de filhos, cada trabalhador receberá um pacote com determinada quantidade. A distribuição está sendo feita através de senhas para evitar confusões na fila. No primeiro dia, foram entregues 500 senhas aos trabalhadores que foram buscar ajuda do Fundo. Os produtos que constam em cada pacote são basicamente os mesmos: arroz, feijão, óleo, sal, cebola, batata, macarrão, farinha de milho, farinha de mandioca, de trigo, sabão, chá e açúcar. Aliás, este último produto começou a faltar logo no primeiro dia, enquanto os responsáveis pela distribuição se mobilizaram para resolver o problema.

Na porta da matriz de São Bernardo, foram colocados vários cartazes, bastante sugestivos: "Fura Greve, aqui não é o seu lugar", "O Fundo de Greve é de quem luta pela categoria", "O Fundo de greve será nossa munição". Ou, ainda, "Companheiro, não permita que um fura-greve leve uma quota que poderá faltar para você na semana que vem"

Show em Vila Euclides

Com os recursos disponíveis até agora, a direção do Fundo de Greve acredita poder manter os grevistas pelo menos durante uma semana. Entretanto, a partir do próximo domingo, 20 a caixa do Fundo será sensivelmente reforçada com a renda que deverá ser proporcionada pelo show liderado por Chico Buarque de Holanda e que está marcado para o estádio de Vila Euclides. Nelson Gonçalves, Elba Ramalho, Gonzaguinha, Paulinho da Viola, Sérgio Ricardo e uma dezena de importantes artistas estarão ocupando o palanque do Estádio que, até agora tem sido monopolizado pelo Lula, Djalma Bom (que provavelmente também deverá cantar) João Batista, "Alemão" e Osmarzinho, da Comissão de Salários. E as expectativas são de que o "tutu" venha firme, — seis milhões de cruzeiros — proporcionado pela venda de 50 mil ingressos para os metalúrgicos e suas famílias, a 20 cruzeiros, e outros 50 mil a 100 cruzeiros para os demais interessados.



Saiba o que pensam (e fazem) os ativistas sindicais de São Bernardo

Em São Bernardo do Campo há algumas centenas de ativistas que garantem a ligação entre o sindicato e as fábricas. Anônimos, discretos, fazem o seu trabalho silenciosamente e, por isso mesmo, pouco aparecem. EM TEMPO foi ouvir alguns deles: Kenji, Augusto, Zê Carlos, André e Arquimedes, da diretoria do Fundo de Greve fazem também um balanço sobre o movimento que paraliza a categoria.

Por Tom Duarte



O Fundo de Greve, arma decisiva...

Com uma idade que varia entre os 25 e 35 anos de idade, desfrutando de um nível de escolaridade acima da média dos trabalhadores de São Bernardo (a maioria completou o nível colegial), eles exercem funções especializadas. Com hábito de leitura, mantêm-se atualizados politicamente, formando o que se pode denominar de vanguarda intermediária dos metalúrgicos da região. Raramente aparecem nos palanques, durante as grandes assembleias, mantendo-se num discreto segundo plano. Mas o trabalho de base que desenvolvem nas fábricas, nos bairros, na condução do Fundo de Greve e nas atividades da Comissão de Salários são suficientes para garantir-lhes um papel privilegiado no Sindicato dirigido por Luis Inacio da Silva.

Como começou o fundo de greve e qual sua finalidade?

Arquimedes — A partir da experiência do ano passado, a gente viu que o Fundo de Greve não poderia ficar centralizado numa comissão, mais ou menos desorganizada. E que seria necessário a formação de uma entidade, desvinculada juridicamente do sindicato, mas ligado as suas atividades. No começo, surgiram propostas de formação de uma cooperativa, por exemplo, mas vimos que ia implicar num controle do governo, o que não seria interessante. Optamos por uma entidade civil que, inclusive, atualmente tem apenas um registro prévio, que assegura a seu funcionamento, com uma diretoria totalmente responsável.

Para nós, o Fundo de Greve não deve ser uma entidade financeira que vise pagar os dias parados, que procure competir com a folha de pagamento das empresas. Sua finalidade é manter o movimento de pé, sustentar com alimentos, remédios, condução, os trabalhadores e os ativistas sindicais. Tem também o aspecto da solidariedade, incentivando a formação de outros Fundos de Greve.

Kenji: Fundo de Greve é uma prática sindical, uma prática política, que vai trabalhar todo o ano, organizando cursos de base, arrecadando recursos para sustentar os movimentos grevistas.

Zê Carlos — É importante destacar, também, que o trabalho do Fundo de Greve está possibilitando uma unificação maior com os companheiros de Santo André, podendo possibilitar, ainda, a união com outras bases sindicais. Estamos fazendo, por exemplo, diariamente um balanço com o pessoal de Santo André, vendo as necessidades de cada um, redistribuindo o que é arrecadado, de acordo com as necessidades que forem sendo apresentadas. E isso permite não a troca apenas de mantimentos, dinheiro, mas de idéias, de experiências, o que é valioso para uma unificação da classe.

André — Gostaria de dizer que a existência do Fundo de Greve, enquanto entidade civil, só tem razão de existir enquanto a estrutura sindical permanecer atrelada. No momento em que isso não ocorrer mais, o próprio sindicato assumirá essas funções, não precisará mais desse reforço financeiro e organizativo.

Kenji: Quería destacar que ele não nasceu de uma dia para o outro. Começamos a discuti-lo mais seriamente a partir da assembleia em que fizemos o balanço do ano passado. Realizamos inúmeros seminários, reuniões com advogados, procurando nos cercar de todas as precauções legais. Durou exatamente uma gestação, nove meses.

— Como vocês estão vendo as divergências

entre as correntes que estão se dispondo à solidariedade? Em São Paulo, por exemplo, ocorreu um "racha", entre a Unidade Sindical e um grande número de entidades populares.

Augusto — Este ano, os vários comitês de apoio se prepararam antes da greve, embora se possa dizer que, ainda, ela esteja um pouco mais fraca do que o ano passado, o que pode ser explicado por uma série de fatores. Quanto às divergências, acreditamos que isso só atrapalha. Mas não nos resta mais do que pedir ao pessoal que assuma o trabalho, que procure se diferenciar com relação à intensidade do trabalho e não na discussão verbal quanto a quem dirige o que. Creio que todos ganharíamos com isso.

Infelizmente, ainda existe no movimento popular, uma disputa muito grande no sentido de controlá-lo. O verdadeiro sentido da unidade, no entanto, se vê é na prática, na dedicação com relação ao trabalho.

Kenji — E preciso que se deixe claro a importância de um sem número de entidades populares, como o Comitê de Solidariedade aos Demitidos, a Oposição Sindical Metalúrgica, as associações de bairro, o CBA, Pastoral Operária, Movimento Contra a Carestia, que vem dando um apoio efetivo ao nosso movimento desde o período anterior à greve. Muito do que já se conseguiu deve-se a eles que, mesmo sem serem entidades oficiais, como os sindicatos, por exemplo, mostraram que estão dispostos a trabalhar, por mais que algumas pessoas insistam em chamá-las de "entidades fantasmas".

Augusto — Essas entidades populares têm sido a base do trabalho e elas devem ser reconhecidas não por que são "oficiais", mas na medida em que tenha uma prática concreta.

Mudando um pouco a conversa. Gostaria que vocês descrevessem como tem sido o dia a dia da greve para vocês, que também fazem parte da Comissão Salarial?

Augusto — No final de cada dia a gente lista as fábricas a serem visitadas no dia seguinte. Cedo, a gente se reúne no sindicato ou em locais determinados, e vamos em grupo para as fábricas, conversar com os companheiros que estão furando a greve, buscando convencê-los a aderirem ao movimento. Depois, a gente participa das assembleias, fica discutindo com o pessoal que comparece. À

tarde, participamos das reuniões da Comissão Salarial ou do Fundo de Greve, levantando os problemas e as necessidades, distribuindo tarefas, escalonando plantões, etc. À noite, visitamos os diferentes Comitês de Solidariedade, no ABC e em São Paulo, vamos ao sindicato; dormimos lá, alternadamente.

Como vocês vêem o movimento deste ano em comparação com a greve do ano passado?

Arquimedes — No ano passado, o movimento foi sustentado à base de piquetes mesmo. Este ano foi diferente — houve toda uma preparação anterior, muitas reuniões foram feitas nas fábricas, tirava-se representantes que iam formar as Comissão de Salários. Com isso, conseguiu-se elevar bastante o nível de consciência e criar um clima de greve, antes mesmo de sabermos se os patrões iam dar ou não o que reivindicamos. A preparação prévia do Fundo de Greve é outro dado importante, com relação a 1979. Depois da deflagração, ela está sendo sustentada por uma estrutura formada pela diretoria do sindicato, a Comissão de Salários, o Fundo de Greve e o trabalho nas portas das fábricas. Outra coisa muito importante são os trabalhos de bairro, muito eficientes em termos de informação, apoio e também para segurar o pessoal para não furar a greve. Nas saídas das assembleias, a gente entrega material do sindicato para os companheiros, orientando-os a trabalharem com eles em seus bairros nos pontos de ônibus, ao invés de simplesmente ficarem em casa descansando.

— A greve tende a se prolongar, mesmo com uma possível intervenção?

Kenji — Nenhuma das artimanhas do governo deu resultado: tentaram intimidar com a ilegalidade, com helicópteros, apostaram no esvaziamento com o fim de semana prolongado, nada surtiu efeito. Ela tende a ser prolongada mesmo. Existe um consenso dentro da categoria de que o essencial é o aspecto político. O pessoal não está vendo muito os 15 por cento, está vendo as reivindicações no seu conjunto. Ou seja, hoje todos estão preocupados com a estabilidade no emprego, a redução na jornada de trabalho, o delegado sindical. E isso ficou comprovado pelo acordo com a Termomecânica, cujos termos foi recebido com entusiasmo pelos trabalhadores presentes à assembleia do dia 11.

“Houve uma mudança na prática sindical”

No ano passado houve críticas quanto a excessiva centralização do movimento na direção do sindicato. O que mudou?

Augusto — Este ano, a diretoria do Sindicato tem dado a maior atenção às reuniões com a Comissão de Salários, embora ainda não seja o que almejamos. Talvez por responsabilidade nossa, por não termos conseguido uma relação mais direta com a diretoria que, no entanto, tem discutido as questões mais importantes com a Comissão de Salários.

Arquimedes — Creio que é bom situarmos a atuação da vanguarda. No ano passado cada setor buscava passar sua posição, para tentar assumir a direção do movimento. Isso levava a um isolamento e rendia poucos frutos. Este ano é diferente: houve uma mudança de qualidade aprendeu-se aqui que existe uma prática sindical, que há uma diretoria avançada. E se quiser fazer um trabalho aí dentro, tem que jogar as forças dentro dessa prática. Os companheiros que realmente querem levar o movimento à frente, viram que há canais de participação — e têm espaço para trabalhar.

Augusto — A gente aprendeu também que não existe vanguarda auto-proclamada. E vanguarda é quem está à frente das lutas, mesmo que o seu nível de politização não seja dos mais elevados.

Zê Carlos — É importante ter claro que a direção do Sindicato em São Bernardo acompanhou a evolução dos anseios da classe que representa. Esse processo se deu em 1978, em 1979 e está se dando agora. E esse é o dado essencial: o avanço da diretoria e os ativistas mais conscientes do movimento, se dá em conformidade com o avanço e a pressão da própria classe trabalhadora. Atende à organização e a posição crítica da própria base, que muitas vezes não se expressa nas assembleias, em documentos escritos — porque não há esse hábito. Mas através do seu comportamento, que muitas vezes é crítico. E esse comportamento foi captado pelas lideranças, que corrigiram muitas de suas posições. De parte dos ativistas, na medida em que os que queriam antes forçar as posições, assumir a liderança, fazer passar suas palavras de ordem, etc., buscaram um contato mais estreito nas fábricas, eles também conseguiram evoluir para sintonizar com os sentimentos dos trabalhadores.

Quais são os saldos organizativos deste ano? Como vai se poder manter em atividade o pessoal que despontar na greve?

Augusto — Além da continuidade do trabalho, creio que a atividade do Fundo de Greve vai poder segurar muita gente, será necessário um trabalho de fábrica mais intenso para garantir movimentações futuras.

A tecnologia e a felicidade das pessoas

A quem serve a ecologia? O que ela tem a ver com a luta por democracia? Os impasses do governo e as opções da esquerda. Aqui, um depoimento de Fernando Gabeira tratando destes assuntos, num debate realizado pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente — AMDA — quando de sua estada no país

“Quando cheguei ao Brasil eu comecei a falar um pouco da questão ecológica. Esta é uma questão que a gente tem de colocar de alguma maneira dentro das lutas democráticas. E algumas pessoas diziam: «mas ô cara, você está chegando da Europa e isto é uma preocupação européia. Aqui no Brasil não há problema ecológico». E eu dizia: «não, olha aí, há questões ecológicas importantes», e percebi que as pessoas que argumentavam que ecologia era um problema europeu sequer estavam informadas da situação do Brasil. Comecei a percorrer o país e percebi que a ecologia era realmente uma questão importante aqui, e que já tinha um desenvolvimento muito superior ao que eu imaginava. Percebi que a gente já estava num pé tal, que haviam pelo menos umas 70 entidades ecológicas e umas 10 publicações especializadas.

Assim comecei a tentar localizar naquelas lutas democráticas, quais eram as mais importantes no campo da ecologia e percebi que no Brasil já estava se dando uma luta ecológica muito grande. O primeiro campo que achei que é uma luta ecológica importante é em torno da qualidade de vida nos grandes centros.»

Se vocês observar nas grandes cidades, sobretudo SP, RJ e BH, você vê que o verde e todas as condições melhores de vida estão localizados nos bairros mais ricos.

O que é a democracia para quem vive nas favelas?

Tem surgido nos últimos anos uma luta dos bairros da periferia por melhores condições. Estas visam no princípio uma questão de água, esgoto, encanamento, enfim as coisas mais elementares que eles não têm; e apresentam características que são incrivelmente ecológicas se você compara com o movimento ecológico, nos outros países. Em primeiro lugar porque elas questionam a grande cidade em cheio. As pessoas que moram nos bairros pobres colocam a democracia em termos delas também: «O que é a democracia para mim que vivo nesta buraco?» Elas colocam em cheio a democracia na grande cidade, quer dizer, elas questionam a concentração da riqueza urbana.

O segundo problema que eu achei muito contemporâneo é que estas lutas são descentralizadas politicamente; não estão ligadas aos partidos políticos e nem dependem daqueles deputados que chegam e dizem: «Como vai comadre!» — e reconhecem o filho da mulher e prometem alguma coisa. Quer dizer: são lutas baseadas nas próprias comunidades nas quais eles definem as suas lideranças.

A outra luta ecológica que está muito ligada à democracia, se associa à questão do buraco em que nos metemos em termos de opção econômica. Vocês sabem que esta opção econômica que o Brasil escolheu por volta de 1956, desenvolvendo a produção de bens de consumo nos custou muito caro. O país começou a produzir automóveis em alta escala e desenvolveu uma perspectiva de trans-



porte individual, no carro. Isto trouxe uma dificuldade muito grande.

Primeiro a nível da paisagem do trânsito na grande cidade. Segundo, a nível de consumo de óleo. A gente eliminou a grande cidade enquanto paisagem habitável.

Por volta de 73, a perspectiva que a esquerda tinha, que qualquer pessoa de bom senso (não precisava nem ser ecológica) tinha, era a de desenvolver o transporte coletivo no Brasil. Naquele momento o governo não quis.

E o governo foi adiante, desenvolvendo o projeto da energia nuclear.

O governo no beco sem saída

Um projeto baseado numa estrutura extremamente autoritária, porque jamais foi perguntado a alguém neste país se nós queríamos ou não as usinas nucleares que o governo está contratando com a Alemanha, num momento em que a própria ideia de energia nuclear no mundo começa a ser questionada.

O segundo problema, que foi um grilo importante, é que o governo

percebendo que não tinha possibilidades de desenvolver seu projeto de petróleo, parte para a produção de álcool. Mas a produção do álcool traz um outro problema ecológico de grande envergadura para o país. Eles começaram a desenvolver grandes culturas a toque de caixa, criando imensas monoculturas, que estão destruindo todas as culturas de sobrevivência dos camponeses. O prefeito de Sertãozinho em SP, diz o seguinte: «A nossa cidade foi transformada num imenso canal. E o canal é tão grande que se um passarinho levantar vôo no extremo norte da cidade não vai encontrar nem uma árvore para pousar até o extremo sul da cidade. E são 405 Km de extensão!».

A questão amazônica é outro exemplo; é uma questão internacional. Os europeus sentem a Amazônia sendo devastada e eles se sentem ameaçados com toda razão, porque eles sabem que é o equilíbrio universal que está em jogo, e neste sentido eles se dispõem a questionar o crescimento predatório da Amazônia. Então a ideia de que a ecológica é uma luta européia ou uma luta brasileira, não tem sentido, quer dizer, a luta ecológica é uma luta internacional.

Ecologia não é coisa de pequeno burguês da zona sul

Outro preconceito é supor que a luta ecológica é uma preocupação dos intelectuais pequeno-burgueses da zona sul, quer dizer, que a ecologia é uma espécie de luxo, que só as pessoas mais conscientes, as mais sofisticadas é que colocam a questão da ecologia.

Na realidade quem sofre e vive a questão ecológica com muito mais nitidez são os setores mais pobres da população.

A gente já construiu um aparato técnico muito grande e várias vezes se coloca para nós o que fazer com tudo isto. No caso da implantação de uma perspectiva ecológica, a gente voltaria a uma era primitiva? No meu entender a luta ecológica não é uma luta para trás, no sentido de deter o progresso. O que a luta ecológica coloca é que nem todo progresso é racional,

nem é uma coisa necessariamente boa para todos. A gente teria que repensar o tipo de crescimento que houve, não no sentido de deter o progresso, mas no sentido de fazer com que ele seja realmente ligado à felicidade das pessoas. A indústria automobilística, num certo sentido ampliou a felicidade das pessoas da classe média, mas trouxe uma série de problemas que poderiam ser melhor pensados se a gente tivesse tido há muito tempo uma opção de transporte coletivo. Se amanhã a gente encampa a indústria automobilística não seria correto continuar produzindo um milhão de carros individuais por ano, ampliar a irracionalidade do sistema que a gente tá pegando.

A questão não é ser contra o progresso

O que a gente quer é colocar um dedo nesta lógica, dizer assim: esta lógica de crescimento, isto que vocês nos vendem como progresso, não é na realidade progresso; isto que vocês nos vendem como desenvolvimento, não é na realidade desenvolvimento. A gente quer colocar um desenvolvimento que seja realmente um avanço na felicidade das pessoas. E, os recursos materiais existem, as possibilidades existem.

Você observa a irracionalidade deste desenvolvimento, na arquitetura do milagre econômico, que é uma arquitetura solene, obsonante, mas que não corresponde a realidade brasileira. Ela usa estruturas metálicas incríveis, vidros «Ray-Ban» importados, que saem caríssimos para o Brasil. É uma construção inadequada com um país quente como o nosso, e implica na instalação de uma capacidade muito grande de energia elétrica para produzir a refrigeração do prédio. Se a gente deter de alguma forma a indústria de construções, a gente não pode pensar numa arquitetura nestas condições.

A nossa perspectiva não é de propor um regressão, mas de tentar domesticar todos estes recursos que existem por aí, democratizá-los, descentralizá-los e transformar a tecnologia numa coisa a favor das pessoas».

ESCRITOR

A Editora História publica, promove e distribui o seu livro.

Consulte nossa assessoria editorial.

Av. Prudente de Moraes, nº 15 — apto. 201 —
Cidade Jardim — Belo Horizonte — Minas Gerais.
CEP 30.000



O que foi o Partido Operário Revolucionário

A fundação, por Leon Trotsky, da Internacional em 1938 terá suas repercussões no movimento operário brasileiro. Já no início da década de 30 é fundada a Liga Comunista Internacionalista (seu EM TEMPO nº 103).

Mas o fato mais importante será a cisão do PCB em 1937 liderada pelo Comitê Regional de São Paulo (o grupo de Hermínio Sachetta) que arrastará consigo importantes comitês regionais do partido e uma base operária comunista considerável. É a partir desta cisão, que uma parte dela irá constituir-se no Partido Socialista Revolucionário se unificando com outros grupos trotskistas num ato que ficou conhecido como I Conferência Nacional da Seção Brasileira da IV Internacional, em agosto de 1933.

Com o final da II Guerra Mundial e com a queda do Estado Novo, o PC retomou a ofensiva e recuperou a maioria das bases partidárias principalmente por meio do prestígio da URSS. Luís Carlos Pretes reforça sua posição no PCB. A IV Internacional no Brasil começa a sofrer um refluxo, como no resto do mundo, e fica "contra a corrente". Já no fim da década de 40 o PSR dissolve-se encerrando um período em que uma alternativa potencial de atração do comunismo no Brasil em direção a suas posições não chega a vingar.

A fundação do POR

O Partido Operário Revolucionário — POR, não se organiza como continuação do trabalho anterior da Oposição de Esquerda e do PSR. É fundado em 1953 sob orientação direta do Birô Latino-Americano da IV Internacional, então controlado pela fração de Michel Pablo. Homero Cristali, um operário argentino, que adota o nome de J. Posadas, torna-se nessa época o principal dirigente do Birô, estendendo sua influência aos partidos trotskistas na América Latina.

Nessa época, dada a fraqueza da IV Internacional, quase não há centralização do seu trabalho. Deste modo, a evolução do trotskismo latino-americano se dará de uma maneira bastante isolada,

O Partido Operário Revolucionário sempre foi identificado no Brasil como o representante da IV Internacional e das posições do movimento trotskista mundial. Mas na realidade era ligado à organização liderada por J. Posadas e que há muito rompera com a IV Internacional. Nesta edição a trajetória do POR e do posadismo, seu papel no movimento operário e a sua degeneração sectária, que permitiu todo um «folklore» sobre suas extravagâncias políticas

Por Andreas Mala

adotando então características significativamente diferentes do que se desenvolvia na Europa ou nos EUA.

Michel Pablo era o secretário geral da IV Internacional. É sob a sua influência que é elaborada uma política do "entrismo sui generis", como ficou denominada na época a proposta do entrismo enquanto estratégia de longo prazo para a construção de partidos revolucionários.

Posadas por outro lado insistia na primazia da revolução colonial. Constitui em conjunto com Pablo uma fração com o objetivo de combater as posições dos "europeus" e os membros da direção que não queriam renunciar a uma atividade política no interior do movimento de massas nos países industrialmente avançados. A participação de Michel Pablo na revolução argelina (era um dos secretários de Ben Bella) vai levar a sua prisão. Posadas desencadeia uma violenta luta de tendência e mobiliza todos

os seus partidários na América Latina. Vencido no VI Congresso, em 1959, continua com seus ataques contra a direção da IV Internacional durante alguns meses. Mas subitamente, pouco antes de Michel Pablo ser posto em liberdade, também o atacará e romperá definitivamente com a Internacional.

O POR acompanha Posadas na cisão, assim como todas as seções do Birô Latino-Americano.

O crescimento do POR e do posadismo

Muitos ex-militantes do POR, um reduzido grupo político, afirmam que o partido teve um crescimento rápido. Em 1963, quando a luta de classes começa a se radicalizar no país, as greves operárias se multiplicam, surgem as Ligas Camponesas e o governo populista de João Goulart começa a sofrer de paralisia.

No Rio publica-se o **Frente Operária**, jornal legal do partido. É desenvolvido um pequeno trabalho entre portuários e nos estaleiros. Em Santa Catarina o POR atuará nos operários das minas de carvão. Mas será em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco que o partido terá as suas bases mais importantes.

O POR atuará também nos movimentos de sargentos dentro do Exército e por causa deste trabalho sofrerá uma dura repressão com o golpe militar de 1964.

Uma das características do partido é que ele procurará se apresentar como o polo mais radical no movimento de massas então em ascensão. A orientação de Posadas e de sua nova IV Internacional era a de que estando os partidos comunistas já degenerados, as propostas mais avançadas só poderiam vir da radicalização das correntes nacionalistas de esquerda, isto é, o brizolismo, os movimentos de marinheiros e sargentos, etc. O posadismo apresenta assim a imagem de possuir os militantes mais radicais e mais dedicados. Será com esta dedicação que penetrarão no movimento camponês de Pernambuco.

A aliança operário-camponesa

Em Pernambuco cria base no muni-

cípio de També. Embora em pequeno número, e com muitos militantes deslocados vindos de outras regiões, eram extremamente eloquentes. O jornal **Frente Operária** atacava as Federações de Defesa da Igreja como "um órgão formal, paralisado, que só intervém para conciliar, sempre gerando a revolta dos camponeses".

O partido realiza um "Congresso Camponês" em També (7 de setembro de 1963) recomendando a unificação de todos os trabalhadores de Pernambuco "numa greve geral e na formação de um tribunal popular para julgar os patrões".

A influência no movimento camponês era dada por Paulo Roberto Pinto, o "Jeremias", de 22 anos e antigo membro do CC e do Birô Político do POR e primeiro secretário geral dos gráficos de Mogi das Cruzes.

Jeremias foi assassinado quando liderava uma manifestação de um grupo de trabalhadores do sindicato de També, que exigiam da Usina Oriente o pagamento de bônus de fim de ano e a fixação de um salário mínimo. Posteriormente, Jeremias é homenageado como personagem do Quarup de Antonio Callado.

A pequenez do POR levava-o a radicalização extrema. Pregavam que os camponeses deveriam tomar as terras e defendê-las com as armas. Em decorrência, já começavam a entrar em conflito com outras organizações de esquerda como o PCB e com o governo reformista de Miguel Arraes. O governo cedendo às pressões dos latifundiários inicia a repressão sobre o POR. O partido perde o sindicato de També e 3 líderes da área são presos por dois meses.

O conflito do POR com as alianças reformistas e com o populismo se torna cada vez mais agudo. Um relatório do Birô Político, publicado no **Frente Operária** (29/12/63) diz o seguinte:

"Neste momento quando nossos camaradas obtêm a sua liderança, os trotskistas reafirmam suas firmes disposições de manter e aplicar o programa e a ação pelas quais estes camaradas foram para a prisão: pela ocupação das terras, pela organização de uma Central Camponesa de Pernambuco e da Nação, pela organização da milícia camponesa e comitês de trabalhadores, pelo Congresso Operário-Camponês e de Soldados, pela Confederação Regional e Nacional dos Trabalhadores! Fora Lacerda! Fora o Imperialismo! Por um governo operário-camponês!"

A crise do posadismo e a sua degeneração sectária

Em um documento também de dezembro de 1963 publicado na **Frente Operária** o POR prevê um golpe militar, porém de forma triunfalista, semelhante ao PCB.

Sob o título **em meio a crises, golpes e guerra civil, o caminho claro e apontado é o da via revolucionária: o governo operário-camponês**", diz: A inevitabilidade do golpe de Goulart ou de qualquer outro reformista, civil ou militar, surge frente a isto. Não há outro caminho para a situação".

O golpe, só que da direita, e não de Goulart, atingirá igualmente ao POR, que passa para a clandestinidade. A repressão será violenta, principalmente em Recife.

J. Posadas estava na época com sua IV Internacional em crise na América Lati-

O caso dos «discos voadores»

No final da década de 60 o grupo internacional de Posadas passa a denominar-se IV Internacional-Posadista. Descamba para a degenerescência completa. O jornal oficial **Frente Operária** só publica artigos de Posadas e cada um mais aberrante que o outro. Como exemplo temos um que falava sobre existência de sociedades interplanetárias avançadas e que os OVNI eram os seus porta-vozes. Os «discos-voadores iriam assim desestabilizar o capitalismo e o imperialismo porque demonstrariam a existência de sociedades que, por sua avançada tecnologia, só poderiam ser comunistas. Assim conclamava no final do artigo por «uma frente única em conjunto com os discos voadores contra o imperialismo e a burocracia sovié-

tica». Posadas exigia também que seus adeptos poupassem energias sexuais, por meio da abstinência, para a guerra mundial atômica contra os Estados Unidos. Exortava os militantes a serem castos e puritanos, no mais reacionário moralismo. O posadismo se transforma assim numa coisa ridícula e sem nenhum crédito.

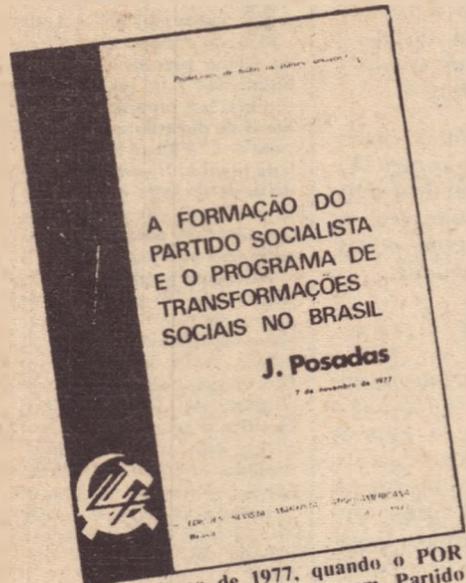
Por sua vez também, a identificação tradicionalmente feita aqui no Brasil entre a IV Internacional e o posadismo (muitos dos preconceitos anti-trotskistas de muitos militantes de esquerda tem aí a sua origem) começa a ser modificada. Os grupos dissidentes do POR começam a divulgar documentos trotskistas de outros países e de outras correntes.

na. As suas posições de privilegiar a revolução no mundo colonial e o nacionalismo pequeno-burguês tinham se transformado em extravagâncias. Preconizava a guerra mundial contra o imperialismo e inúmeras excentricidades teóricas do tipo de inevitabilidade da guerra atômica. O posadismo enquanto corrente latino-americana envereda em direção a uma política do absurdo, típica dos grupos que se degeneram em seitas. Posadas e seu Birô Latino-Americano passarão a exigir de seus companheiros brasileiros o mesmo ativismo e as mesmas concepções do período pré-golpe. Propõem uma greve geral contra o governo Castelo Branco, embora acentuassem também que "esta seria possível por algum tempo". Sugeriam que a aglutinação do Partido no movimento operário se centrasse na "eliminação do controle legal sobre os sindicatos" e na "construção do partido-operário-baseado-nos-sindicatos".

Mas Posadas insistia também que o partido trabalhasse com Leonel Brizola e seu grupo de nacionalistas e ex-militares cassados.

Em 1965, Posadas dirige uma Conferência Nacional e Escolas de Quadros do POR. Tenta afastar a direção anterior e vários militantes que estavam em postos-chaves. A direção acaba sendo destituída, fundamentalmente porque não se alinhava muito com o posadismo. Era o pessoal mais antigo, da época do Birô Latino-Americano e que enxergava com reservas as teorias posadistas. Este grupo sempre se reivindicava trotskista e não posadista.

No Rio Grande do Sul inicialmente ocorre o contrário. O POR tenta implantar-se no movimento operário: ferroviários, mineiros e, em Porto Alegre nos metalúrgicos e também impulsionam a tendência estudantil chamada de "Tendência pela Aliança Operário-Estudantil".



Um caderno de 1977, quando o POR defendia a formação de um Partido Socialista no Brasil.

Mas as críticas internas ao posadismo se tornam cada vez mais exacerbadas. O ascenso popular de 1968, as mobilizações estudantis contra a ditadura, estimularão a cisão definitiva. Em São Paulo surge o grupo "Primeiro de Maio" e no Rio Grande do Sul a "Fracção Bolchevique-Trotskista".

Apesar da pouca seriedade em que ficou restrita a política de grupo que continuou com a Internacional-Posadista, seus militantes sofreram duras perseguições por parte da ditadura militar. Em maio de 1970, Olavo Hansen, militante do POR e líder metalúrgico em São Paulo é assassinado, sendo que antes de ser morto foi barbaramente torturado pela polícia. Ao mesmo tempo 17 outros membros do POR são presos. A partir daí o POR é substituído por um Birô Operário Revolucionário Posadista que se mantém com um número reduzido de militantes em São Paulo. O posadismo passa também por um giro em suas posições, vindo a defender a União Soviética e os partidos comunistas stalinistas.

Ampliando o espaço de suas tendas

Por Pe. Egidio Schwade

Em 1980 três índios já foram assassinados: Angelo Kretã do povo Kaingangue de Manguieirinha no Paraná em 26 de janeiro, e Mateus e Moacir do povo Guajajara, no Maranhão, trucidados por fazendeiros quando estavam em mãos da polícia (seus corpos, por meio de entendimentos entre a polícia e os fazendeiros, foram jogados no Rio Pindaré.

Hoje está em curso neste país um impiedoso massacre dos povos indígenas.

Aqui, um relato minucioso dos crimes cometidos contra os índios pelo governo e pelas grandes empresas, no ano que passou, elaborado pelo Padre Egidio Schwade, ex-presidente do CIMI-Conselho Indigenista Missionário

A passagem para o ano de 1979 encontrou representantes de duas dezenas de povos indígenas do Brasil, de pé no Planalto Central, em Brasília, dando o último empurrão para o engastamento definitivo do famigerado projeto de emancipação indígena do governo. Os representantes de duas dezenas de povos não tiveram acesso ao Presidente da República, que quase mensalmente recebe em seu palácio latifundiários como o estrangeiro Daniel Ludwig, dono da Jari.

A negativa do Presidente em ouvir as aflições de suas comunidades não dimi-

nuiu a determinação daqueles líderes indígenas na continuação da luta pelo que sempre foi seu. Ao contrário, os convenceu da necessidade de assumirem com mais definição a sua causa. De fato, o ano de 1979 se caracterizou por uma ampliação do movimento indígena, em defesa de seus direitos, particularmente em defesa do seu patrimônio. Cada mês registrou-se pelo menos uma tomada de posição de um desses povos, ampliando o "espaço de sua tenda" na expressão do profeta Isaías.

Assim a entrada do ano de 1979, encontrou o pequenino povo Tapirapé,

do Mato Grosso, abrindo picadas na mata, através das pretensas propriedades de três grandes grupos empresariais, visando a demarcação de terras de seu povo e desafiando a paquidérmica burocracia da FUNAI, com as suas promessas nunca cumpridas. Culinias e Kaxinauás do Alto Purus e os Potiguaras da Paraíba, igualmente se empenham na demarcação de suas terras com seus próprios braços, cansados das promessas do órgão tutelar.

Ainda no início do ano de 1979, os Xavantes de Pimentel Barbosa, assumiram o controle de sua área que havia sido negociada por altos funcionários da própria FUNAI com fazendeiros. Já no final do ano, os seus vizinhos, os Xavantes de Couto Magalhães, ampliaram o seu espaço retomando a fazenda Xavantina, apesar da praça de guerra ali instalada pelos patrões entre os quais se encontram altos dirigentes do atual governo.

Os Jamadis do médio Purus, escravizados quase secularmente por seringalistas, encaminharam à FUNAI um projeto de reserva, sem obter resposta até este momento. Os Apurinã de Boca do Acre enfrentam a agressividade dos fazendeiros e a adversidade dos políticos da região e quase sozinhos vem aumentando lentamente o seu espaço vital. Tupininkins e Guaranis do Espírito Santo retomaram uma parte de suas terras, griladas com a cobertura do Estado, por duas multinacionais, a Aracruz Celulose e a Vale do Rio Doce. Os guaranis de Peruíbe, litoral sul paulista, retomam parte de suas terras, roubadas para o plantio de cana de açúcar e incendeiam um alambique construído neste terreno por um invasor. Os Kaingang de Xanxerê expulsam o chefe de posto da FUNAI, 10 anos conivente com a espoliação da área indígena. Os Kaingang de Nonoai, por sua vez, assumem o controle quase total do maquinário e dos projetos da FUNAI, que vinha explorando a terra desses índios sem que a renda revertesse para o seu povo. Ainda no sul, os Xokleng de Ibirama, Estado de Santa Catarina, entram na Justiça Federal, com um mandado de segurança contra a FUNAI, para embargar a exploração ilegal da madeira de lei de suas terras. No Maranhão, os Guajajaras continuam sendo agredidos por pistoleiros e políticos a serviço de grileiros de suas terras, mas prosseguiram abrindo espaço e garantindo a volta ao seu patrimônio das terras de Alto Alegre, há quase um século nas mãos da Ordem Capuchinha. No Nordeste, os Xokós reassumem definitivamente e de forma heróica, a Ilha de São Pedro há 70 anos em mãos da família Brito, que a mantinha à força de ameaças e violências. No mesmo Nordeste, os Xukuru-Kariri, reocupam em Palmeira dos Índios, terras griladas pelo atual Prefeito da Cidade. Os Suruis de Rondônia pressionam a FUNAI, para a retirada dos posseiros de sua área.

Enquanto isso, prosseguem as assembleias e reuniões dos povos indígenas, destacando-se em 1979 as assembleias dos índios de Roraima, em janeiro, dos povos indígenas do Purus, em Lábrea, outubro. E, particularmente a assembleia nacional dos líderes e chefes, realizada na Ilha de São Pedro, desafiando a pressão em contrário da FUNAI, dos latifundiários e do governo do Estado.

ATO PÚBLICO

pela criação de
COMISSÃO PARLAMENTAR PERMANENTE
 de defesa dos
DIREITOS INDÍGENAS



Local:
 TUCA
 Rua Monte Alegre, 1024
 14 de Abril de 1980
 20 Horas

Com participação de representantes de:
 Comunidades Indígenas
 Câmara e Senado
 Igrejas Protestantes e Católica
 Universidades

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO

Cartaz de um dos atos desta Semana do Índio

Sua hora e sua vez

Homossexuais de todo o país encontraram-se em São Paulo para denunciar a discriminação e a perseguição a que são submetidos e para traçar os caminhos do seu movimento. Aqui, a cobertura da reunião e as principais conclusões.

Por Jacira Vieira de Melo

No fim da semana passada, em São Paulo, durante três dias, os diversos grupos de homossexuais do país se reuniram para discutir as suas questões. Esses grupos se organizaram há quase três anos, e mantêm uma linha de ação comum, que é a defesa dos direitos dos homossexuais. Não param por aí: a grande luta é ainda contra a discriminação que atinge todos os aspectos de suas vidas: família, escola, religião, trabalho, política.

Participaram desse encontro os diversos grupos existentes em todo o país: Auê-RJ, Beijo Livre, Eros-SP, Libertus - Guarulhos — Somos-SP e RJ.

O primeiro encontro dos homossexuais foi fechado nos dois primeiros dias à imprensa, só participando os grupos organizados e seus convidados. Houve uma rigorosa vigilância para que nenhum elemento estranho entrasse. Os organizadores explicaram que tal medida foi tomada para evitar repressão, e também impedir que os ditos "aliados das minorias" viessem desviar o objetivo do encontro como fizeram no II Congresso da Mulher Paulista.

A mulher homossexual é duplamente discriminada

Estendendo-se por 3 dias, o encontro teve a seguinte programação: No primeiro dia, foram discutidos temas gerais como: "A Questão Lésbica", "O machismo entre homossexuais", "Papéis sexuais", "Michês", "O travesti e a repressão", "A questão da solidão, da velhice, da beleza e da competição". Nesse primeiro dia os temas mais procurados e discutidos foram: "A Questão Lésbica", "O machismo entre homossexuais" e "Papéis sexuais". Participaram dessa discussão as mulheres do grupo Lésbico-Feminista, que trataram o tema com bastante objetividade, questionando a maneira como as mulheres lésbicas se relacionam entre si, e a relação dos homossexuais masculinos com as homossexuais feministas, relação essa, segundo elas, impregnada de machismo. O grupo das lésbicas enfatizou para os demais participantes que debatiam esse tema, que a mulher homossexual é duplamente discriminada, enquanto mulher e enquanto homossexual.

Quanto aos papéis sexuais, foi discutido que a maioria dos homossexuais assumem estereótipos por serem educados para cumprir papéis, e

se não se adaptam ao papel masculino, logo, assumem o papel feminino. "os dois únicos papéis". Segundo vários depoimentos esse estereótipo é abandonado com o amadurecimento dos homossexuais que acabam entendendo com sua experiências, que não têm nenhum papel a cumprir, pois esses papéis são impostos pela sociedade, onde o homossexual não tem espaço. Ainda com relação aos papéis, os homossexuais acreditam que os travestis e as "paraibas" diminuíram à medida que os papéis masculinos e femininos foram se igualando.

No segundo dia 5/4, foram discutidos temas específicos aos grupos homossexuais: formas e tipos de organização dos grupos. No terceiro dia, no período da manhã, foi feito um relatório dos debates dos dias anteriores, e tiradas algumas formas de luta; nesse sentido foi redigida e uma carta ao Papa alertando-o de que o fato de declarar que a perspectiva moral da Igreja continuará inalterada e que os atos homossexuais continuarão proibidos, podem produzir sérias conseqüências negativas para muitos homossexuais em todo o mundo.

Travestis: a luta contra o desemprego

A parte da tarde do domingo foi aberta a toda imprensa, e contou com a participação de quase mil pessoas, a maioria homossexuais, que debateram diversas questões ligadas a eles, principalmente a repressão. A parte aberta do encontro foi considerada como um ato público dos homossexuais, que tinha como objetivo a ampliação dos grupos já existentes e a criação de novos grupos, para que um número cada vez maior de homossexuais se conscientize de sua marginalidade social e lute contra ela.

Nos dois primeiros dias do encontro não houve participação de nenhuma travesti. Dos grupos organizados só o Libertus, de Guarulhos, conta com a participação efetiva dos travestis.

Para eles a grande luta é o desemprego. Contam que são expulsos do meio familiar muito cedo e não encontram opção de sobrevivência, pois não conseguem emprego em lugar nenhum. Apesar de todo peso da negação social que eles sofrem, a barra mais pesada é a repressão policial, declararam unanimemente os três únicos travestis que participaram do encontro.



O Encontro em S.P. Foto propositalmente desfocada para a segurança dos participantes

Contra a discriminação e a perseguição

Propostas aprovadas por consenso no 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados

1. Formar, em cada grupo, uma comissão para estudar a viabilidade (prós e contras) de legalizar judicialmente os grupos organizados.

2. Dinamizar as relações intergrupais em dois níveis: nos estados, através de cartas e, regionalmente, através de reuniões, jornais e boletins.

3. Entrar em contato com médicos, psiquiatras, psicólogos e interessados, dentro e fora dos grupos, para propor trabalhos sobre homossexualismo, a fim de criar discussões dentro do congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

4. Criar em cada grupo uma comissão encarregada de estudar medidas para viabilizar:

- a alteração da Constituição Brasileira, no que diz respeito à "orientação sexual", incluindo estes termos nos direitos individuais do cidadão;

- a alteração do Código Internacional de Doenças CNS 302.0, código este seguido pelo INPS, que inclui o homossexualismo como desvio mental.

5. Criar uma comissão de médicos e advogados para pressionar a Organização Mundial de Saúde, a Panamericana e a Ordem dos Advogados do Brasil, no sentido de viabilizar, na prática, as alterações propostas ao Código Internacional de Doenças e à Constituição Brasileira.

6. Abrir o movimento à participação de todos os homossexuais, independentes de quaisquer discriminações.

7. Preservar a autonomia do movimento sem afastar a possibilidade

de uma participação individual de homossexuais em outras lutas.

8. Denunciar junto aos Conselhos de Psicologia e respectivos sindicatos a discriminação feita durante o recrutamento e seleção de candidatos homossexuais a empregos.

9. Apurar todos os fatos discriminatórios e arbitrários contra homossexuais, quando levados a delegacias, que sejam apurados até as últimas conseqüências com o respaldo dos grupos organizados.

Carta Aberta

Além das propostas acima, o encontro aprovou também uma Carta Aberta aos Profissionais da Área de Saúde, Educação e Ciências Sociais, que reproduzimos abaixo na íntegra:

Nós, integrantes do 1º Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados, que lutam pela livre opção sexual, vimos necessidade de exigir:

1) Não discriminação do indivíduo quanto a sua opção sexual.

2) Que a educação garanta ao indivíduo o livre exercício de sua identidade sexual.

3) Que os profissionais citados não exerçam a função de reprodutores do controle repressivo sócio-sexual sobre os indivíduos.

4) Que não utilizem a reprodução biológica como parâmetro para determinar a normalidade dos indivíduos.

5) Que as atividades acadêmicas e de pesquisas questionem os estereótipos vigentes.

6) Que mantenham um espaço aberto para diálogos com pessoas e grupos estigmatizados por sua orientação sexual.

7) Que assegurem uma ética profissional impermeável aos preconceitos de ordem sexual.

São Paulo, 06 de abril de 1980

TV mulher: um novo espaço?

Realmente, 1980 é o ano da mulher: e até a Rede Globo percebeu isso. No último dia 7 foi ao ar a TV Mulher, um programa de três horas de duração que será levado de 2ª a 6ª no horário das 9 da manhã. O programa não deixa de ser uma vitória para as mulheres em geral: uma oportunidade para falar e discutir seus problemas.

Até agora os programas femininos de TV só se preocuparam em falar de moda, receitas culinárias, conselhos de beleza, como aproveitar velhas roupas, como cuidar de plantas, etc. O TV Mulher também se propõe a fazer isso e algo mais, através de quadros com a Seção de Polícia, Direito da Mulher, Educação Sexual da Criança, Bolsa de Mercadorias e principalmente quando dá a palavra à mulher.

Mas um programa sobre mulher não poderia deixar de tratar de temas que estão na ordem do dia feminino, como participação política da mulher, sexualidade da mulher (não da criança), aborto, direitos da mulher negra, participação no mercado de trabalho (com todas as suas conseqüências), prostituição, exploração da empregada doméstica, etc.

Entretanto, se ela pretende levar adiante a TV Mulher, como um espaço democrático de manifestação, terá que ouvir todas as pessoas envolvidas na luta das mulheres hoje, por exemplo as participantes dos diversos grupos feministas que existem hoje no Brasil, para um debate e esclarecimentos sobre a questão do feminismo que parece amedrontar tanto a produção do programa. Mas, ou a TV Mulher abre um espaço para se discutir essas questões ou corre o risco de se tornar mais um programa feminino como tantos outros.

(M.T.V. e O.N.)

Darcy Penteado roda a baiana e responde à família Mesquita:

“Cerca de cinco mil travestis se espalham hoje em regiões ricas ou pobres, dominando a noite e as calçadas. Os moradores não suportam mais a situação e a impotência da Polícia. Mas a Justiça lhes dá cobertura e a Polícia não os prende porque no Código Penal, não há como enquadrá-los.”

Assim, o mais influente diário brasileiro. O Estado de São Paulo, dava início, recentemente, a uma série de reportagens, investindo contra os travestis que batem calçada na capital paulista. A família Mesquita, proprietária do jornal e guardiã da moral das classes dominantes há pelos menos um século, dava sua contribuição para avolumar ainda mais a perseguição ao homossexualismo no país.

O Pintor e escritor Darcy Penteado, militantes do novíssimo movimento homossexual e um dos principais articuladores do nanico Lampião, enviou ao Estadão uma densa resposta às reportagens, em defesa dos homossexuais, na qual reivindica o direito do cidadão dispor livremente do próprio corpo e aponta as desigualdades sociais como um dos fatores que originaram o fenômeno do «travestismo». A família Mesquita não deu bola para a carta de Darcy. Em primeira mão, EM TEMPO transcreve a seguir a íntegra do documento, um texto importante para o debate atual dos rumos do movimento de defesa das minorias.

Esta carta pretende debater, — finalmente — o homossexualismo em geral, o que sempre foi evitado em vossas páginas, e o travestismo no Brasil em particular, conforme reportagens dos dias 28 e 29 de março.

De alguns anos para cá decidi assumir uma posição consciente de defesa e esclarecimento do homossexualismo, pelo fato de ser homossexual convicto, e porque, igualmente, contra ele ou sobre ele tem-se feito, dito e escrito por aqui coisas desastrosas: mesmo com as melhores intenções os nossos estudiosos vão *ainda* procurar nas estantes de Freud a explicação para o que acontece nas sarjetas tupiniquins. Pode? O que dizer então dos não estudiosos ou desinformados?

Deixo claro que a minha atuação e interesse sobre o assunto que também me pertence porque

dele faço parte, advém da necessidade da sua discussão em termos liberais e abertos, portanto não preconceituosos, nem vistos de fora para dentro, como tem sido até agora.

Só não sofre discriminações pela minha sexualidade, por ser um artista versátil, que criou um certo nome em 33 anos de atuação profissional e por ter o sobrenome de uma ilustre família paulista, o que cria um certo respeito, não sei bem a razão.

Afinal, qualquer homossexual que pertença a uma família tradicional (e não existe nenhuma que não ostente pelo menos um, em cada geração), recebe a mesma condescendência e aceitação por parte dos “normais”. Igualmente, aqueles que não possuem nome famoso mas algum poder econômico, compram com ele a dose necessária de prestígio e... tudo bem! Seria facilíssimo então, usufruir dessas vantagens “na moita”, isto é, sem abrir a boca. Cômico, inclusive mas... onde colocaria eu a minha consciência e integridade?

O homossexualismo não é uma doença

Falo então, neste momento, pelo homossexual comum, o desconhecido, o assalariado, o que luta e subsiste de um sub-emprego, o anônimo que é pobre (talvez negro, o que ainda piora a sua situação) e que, não querendo ou não conseguindo enquadrar-se nos padrões oficiais da heterossexualidade sofre desde a infância, na família, na escola, na igreja, no trabalho, etc., todo tipo de discriminação, o que tanto mais se agrava quanto menor é o centro populacional em que ele deva habitar. Os meios de comunicação, a tevê principalmente, degeneram ainda mais a compreensão e integração porque só mostram o óbvio e o caricato da homossexualidade. Pior ainda é a imprensa marrom que usa o homossexualismo como consumo (porque o assunto vende), infiltrando idéias errôneas e instigando a violência contra os homossexuais, como se fosse um direito de justiça.

Existem dois esclarecimentos, talvez primários para os estudiosos, mas que são básicos como ponto de partida para a discussão do tema. Primeiro: travestismo e homossexualismo são gêneros diversos de comportamento, sendo o travestismo uma das muitas modalidades de homossexualismo. Segundo: o homossexualismo *não é patológico*, isto é, não é uma doença, nem física, nem mental, conforme concluiu, por exemplo em 1975 a Associação Americana de Psiquiatria. Tão absurdo julgá-lo uma doença como considerar patológicos, igualmente, os indivíduos canhotos. Portanto a patologia da violência e do crime tanto podem aparecer indiscriminadamente no *homem* como no *hetero* e se essa incidência é bem mais comum entre os heterossexuais é porque, logicamente, o número deles é bem maior, sendo que o total, mesmo aproximado de *homos* no mundo

todo, pelo próprio fator da repressão, é impossível comprovar (que o diga Kinsey).

Se todavia os jornais divulgam o contrário, que fazer? É porque as notícias homossexuais vendem mais que as dos *heteros* e, que estas últimas, mesmo violentas, são tantas e tantas que se tornam corriqueiras e enfadonhas ao público, sempre ávido de novidades. Ora, os senhores como excelentes profissionais de imprensa não desconhecem este fato, tanto que *também* para prestar serviços públicos, mas não só por isso, resolveram tocar num assunto que nunca, segundo consta, havia transposto os umbrais desse jornal. E o fizeram muito bem, só que com a natural falta de prática no setor cometeram certos erros e deslizos, alguns felizmente pouco graves, como por exemplo os desenhos das zonas de localização dos travestis na cidade, o que poderá servir como útil roteiro para os fregueses ainda não iniciados — porque as “vítimas”, sejam os motoristas, os transeuntes cotidianos ou os moradores, estão “carecas” de saber e de vê-los por ali, não precisando de mais informações a esse respeito.

Outro ponto nas reportagens, este porém bem mais grave, é que tanto os entrevistados como o próprio jornal não propõem qualquer solução além da repressão policial aberta a todos os homossexuais (uma vez que a palavras travesti e homossexual se confundem no texto). E ainda uma semi-velada incitação à violência, como revanche pela violência praticada pelos travestis (e os *heteros*, marginais ou não, também não as praticam?).

É preciso ter em mente que numa civilização neurotizada como a nossa, os justiceiros voluntários estão sempre prontos a entrar em ação à espera apenas de um sinal, em nome de um ideal qualquer ou simplesmente à procura do prazer de uma aventura sádica, principalmente quando sintam-se acobertados e garantidos pelo sistema. Quantos travestis (ou homossexuais, se preferirem) ou prostitutas já não foram assassinados assim?

Sexualidade, um tabu na nossa sociedade

Mas continuando: a sexualidade ainda hoje é tabu em muitos sentidos, vinculada que está pela religião e pelas conveniências da sociedade dominante. Nesse quadro complexo, o homossexualismo tem sido a incômoda pedra no sapato das convenções, já que ninguém tem coragem de descalçar completamente o dito sapato para não ter que mostrar os dedos imundos e fedorentos.

A repressão é para alguns o caminho mais fácil: na Rússia os homossexuais são confinados em “hospitais psiquiátricos”, como os dissidentes políticos. Durante o nazismo, foram vitimados de 50 a 80 mil homossexuais nos campos de concentração (pela sua preferência sexual, independente de raça, religião ou partidário político) e ninguém se lembrou de compor para eles um “Holocausto”. E aqui ao lado, atualmente, na Argentina de Vidella, os homossexuais são perseguidos, cumprem prisão ou têm que exilar-se em outros países, exclusivamente pelo seu fator sexual. Os senhores sabiam disto?

A prostituição pelo travestismo é um fenômeno novo no enorme painel da sexualidade humana, sendo que no Brasil ele está atingindo proporções inimagináveis! Por que aqui, especificamente? Um inglês amigo meu, recém-chegado a São Paulo, ficou espantado com o número de travestis que viu prostituindo-se nas nossas ruas. “Na Inglaterra o travestismo é uma opção, falou. Alguns se prostituem, mas em geral não necessitam porque têm outros trabalhos”. Constata-se então que a prostituição do travesti aparece no Brasil como um dos muitos espelhos da nossa miséria, da nossa desigualdade social e econômica e, conseqüentemente do elitismo do nosso poder político. É fato comprovado que o travesti-prostituto vem em sua maioria das camadas proletárias da nossa sociedade e que antes de adotar como embalagem o traje feminino, quase sempre imigrou de um lugar menor para uma cidade grande. Com formação educacional primária, caçado desde a infância na sua cidade pela incompreensão familiar e pela opressão social, chega por aqui só com a coragem para batalha, como eles dizem, e a sagacidade (que algumas vezes advém, curiosamente, da sua condição sexual), mas inaptos, mesmo para os sub-empregos, para os quais os patrões também dão prioridade aos *heteros*, “porque não desmunhecaram”.

Entenda-se que não pretendo fazer nenhuma apologia do travestismo, ainda menos do que seja acrescido de qualquer crime previsto pela lei. Mas defendo o direito essencial a todos nós, constante da Carta dos Direitos Humanos, de cada um dispor livremente do seu corpo e da sua mente, à critério da própria consciência. O travestismo a nível de prostituição, como tantas outras mazelas nacionais, é indiscutivelmente conseqüência da nossa fome. Mas ainda existe outro fator paralelo: nós que vivemos numa e para uma sociedade consumista, sabemos que o postulad básico do “marketing” é: “só existe a oferta onde existe a procura”. Parece incrível, mas a opinião mais sábia e poderosa entre as das várias pessoas, autoridades ou não, entrevistadas pelo “Estado”, foi a do guarda-noturno Cícero Araujo, que disse: “A cada momento me pergunto se a anormalidade de certas pessoas que se envolvem com os travestis não será mais grave que a do próprio “anormal” (As aspas do *anormal* são minhas uma vez que o repórter discretamente as omitiu).

O travestismo tem origem na fome

Porque o travestismo de rua surgiu também como uma exigência do mercado sexual das grandes cidades e, estranhem os leigos, *para sobrevir o mercado heterossexual* (ou o que se esconde sob a aparência dele); e também como válvula de escape para os homossexuais não assumidos (em número tão grande que é capaz de sustentar profissionalmente 5.000 travestis, só em São Paulo!).

Essa clientela, é, em sua maioria composta de respeitáveis chefes de família que não têm (ou não tiveram, no devido tempo), a coragem ou a possibilidade de procurar relacionamentos com outros homossexuais seus iguais, recorrendo então ao travesti, que na maneira deles de ver, é *quase* uma mulher...

O divertido nesse enovelado de desculpas é que a moral vigente, mesmo sabendo de tudo, põe olhos generosos sobre o fato para não abalar os alicerces do sistema. Mais divertido ainda, conforme depoimentos de muitos travestis, é que são quase sempre eles, os travestis, os que cumprem a função ativa no ato sexual... Quem entende o porque de tudo isso?... E o que está *verdadeiramente* errado? O sistema proporciona (quando não impõe) mais facilidades de vida ao homossexual para que ele negue sua natureza adotando as regras e comportamentos *heteros*, aqueles que convêm ao sistema. O homossexual que os aceita, aguenta o quanto pode mas... mais cedo ou mais tarde escapa pelas tangentes porque ninguém é de ferro.

“Faça por não demonstrar e nós faremos de conta que não estamos vendo”, dizem as convenções, isto até que os resultados dessa mistificação transbordem em forma de mazelas sociais, o que nenhum “band-aid” de última hora consegue esconder, muito menos curar. Reprimir? Temos eloquentes exemplos na história, de como as repressões levam a grandes catástrofes. Lembremos por exemplo do extermínio dos judeus...

Mas se for para agir da maneira correta, vamos por as mãos nas consciências pesadas e pensar na reforma (ou abertura, já que a palavra anda tão moderna) que seja prá valer, política e socialmente. Com uma reformulação ideal do sistema, a qual deverá ser de baixo para cima e de dentro para fora, os nossos mais graves problemas, como a fome, a má distribuição de terras, o servilismo aos capitais estrangeiros, a marginalização do homem do campo, a sub-vida e a conseqüente violência dos grandes centros urbanos, a infância abandonada, a destruição dos nossos sistemas ecológicos de sustentação, a burocracia institucionalizada, a corrupção generalizada, e vários outros flagelos que os governantes conhecem melhor do que eu — assim como alguns problemas menores e decorrentes, como este da prostituição dos travestis, se abrandarão ou talvez até desaparecerão. Só que apenas pregando esparadrapo por cima não resolve... Mas se for para continuar na mesma, convém importar “band-aids” grandes, tamanho família da Rússia, da Alemanha nazista, ou da Argentina, que é mais perto.

Darcy Penteado (Em nome do jornal Lampião)



do com um dos personagens da Bandinha do Donizette (1979)

Gaijin ou, bye bye cinema novo

Gaijin representa uma inovação fundamental no cinema brasileiro: ao reviver o drama dos imigrantes japoneses introduz de forma concreta o trabalho e a sua exploração

Por José Mario Ortiz Ramos



Kyoko Tsukamoto em *Gaijin*

Muito se tem falado sobre *Gaijin*; gram em torno de um alegado caráter não sociológico do filme. No *Jornal da Tarde* a crítica Bruna Becherucci foi mais longe e completou que o filme não tem presunções políticas. Imersa numa total indefinição e vaguidade do que seria um filme sociológico ou político — aliás sob esta perspectiva os dois termos se confundem ainda com ideológico — estas colocações não ultrapassam as significações superficiais que o filme de Tizuka Yamasaki lança sobre o público, que mesmo hesitando diante do cinema brasileiro mostra-se receptivo à sua obra.

Não restam dúvidas que o ponto forte de *Gaijin* concentra-se na estrutura narrativa ficcional, mas especificamente, no drama da adolescente Tioe (Kyoko Tsukamoto). O desenrolar das suas recordações traçam a trajetória da mulher trabalhadora imigrante, mas a jovem Tioe desembarca assustada, trazendo como excesso de bagagem o fardo do patriarcalismo japonês que a suprime. É Tioe que nos conduz no desenrolar do filme; é a ela que se revela a estranheza de uma nova sociedade, quando ao lustrar pela primeira vez o seu espelho é espreitada, com curiosidade, pelas crianças brasileiras. Já na segunda vez que Tioe mira-se no espelho temos o prenúncio da emergência da sua sexualidade, ainda que forçada e conduzida pelo marido Yamada (Jiro Kawarasaki). O espelho prossegue a sua função simbólica reveladora na estrutura do filme, e é na cena em que Tioe corta os cabelos de Yamada, que ambos diante do espelho conscientizam-se da exploração a que estão submetidos. A falácia do enriquecimento pelo trabalho surge cristalina, a ética capitalista que os japoneses docilmente encarnavam começa a sucumbir.

A estrutura de *Gaijin* concentra-se entre duas tomadas de São Paulo hoje: o metrô moderníssimo e a multidão que olha significativamente o espectador, a gênese e o desenvolvimento da situação em que vivemos. Mas concretiza este processo centrando o foco ficcional na vivência, no cotidiano de um grupo de japoneses imigrantes e, fechando mais o

círculo, através dos caminhos e emoções da suave Tioe. Daí advém a impressão do "não-sociológico" e não-político", palavras que, para uma certa ótica, maculariam a riqueza dos dramas pessoais, esvaziariam o emocional que Tizuka mobiliza com um sensível domínio da linguagem cinematográfica.

Na verdade, as dimensões da realidade não são compartimentadas como se quer fazer crer, e *Gaijin* consegue captar um processo totalizante, que penso ser uma novidade promissora, tecendo pelo drama pessoal dos personagens, o solo histórico do capitalismo brasileiro no início do século.

A preocupação dos roteiristas (Tizuka e o chileno Jorge Durán) em preencher com detalhes as caracterização do período que o filme abrange, chega às vezes a pecar pelo excesso de cuidado. Exemplificando, sucedem-se soluções cênicas que procuram explicar a situação de submissão do país ao imperialismo, ou as preocupações com a industrialização, que assolavam a burguesia agrária naquele momento. Estes segmentos do filme, acrescidos da sequência deslocada e desnecessária da visita do inglês à fazenda, intervindo diretamente nas relações de trabalho (sucedida aliás pelo forçado plano metafórico que associa imperialismo a cascavel perigo, veneno...), parecem correr por fora da estrutura narrativa do filme, criando um tom didático não pretendido. No entanto, devido a sua fraqueza estrutural, estas sequências perdem terreno para a força dramática das cenas do cotidiano dos imigrantes, tornando-se antológicas tanto a careta do japonês ao tomar o primeiro gole de cachaça (sequência reforçada com precisão pelo contraponto de um chorinho na trilha sonora), como as gesticulações de Ceará (José Dumont) ao ensinar o trabalho da colheita aos imigrantes.

A dimensão trabalho, por sua vez, é inserida de forma orgânica e constitutiva no desenvolvimento da trajetória de cada personagem, sendo esta sem dúvida uma inovação fundamental na obra de Tizuka, consolidando uma superação, um avanço em relação ao cinema que se fez até hoje no país. É no trabalho que os japoneses sofrem suas crises de desam-

bientação e desestruturação psíquica; é voltando ao cafezal durante a noite, ambiente e inferno do trabalho de dia, que a japonesa enlouquecida caminha para o suicídio. A gravidez de Tioe revela-se durante o trabalho, então fortemente reprimido pela polícia, e a cena do suicídio encadeia-se com o parto de Tioe, sendo que logo em seguida sua filha já aparece grande, sentada no cafezal onde seus pais trabalham. Assim, o cerne e o nervo dos dramas pessoais e culturais são atravessados pela exploração do trabalho. Foge-se inteligentemente de soluções e abordagens puramente culturalistas. Em *Gaijin* o choque de culturas é mediado pelo trabalho, e mais ainda, pela sua exploração.

Tizuka Yamasaki foi assistente de Nelson Pereira dos Santos e de Glauber Rocha; o fantasma do Cinema Novo deve rondar os seus passos e condicionar suas influências. O personagem Tonho (An-

tonio Fagundes) parece ser uma deliberada homenagem, uma reelaboração dos personagens pendulares, oscilantes, que marcaram alguns filmes do movimento cinemanovista. Só para recordar: os intelectuais Marcelo de *O Desafio*-1964 e Paulo Martins de *Terra em Transe*-1968. Em *Gaijin* a perplexidade e busca de posicionamento de Tonho é semelhante aos exemplos. Ele também se conscientiza durante o filme, só que Tonho não conduz a narrativa e muito menos os imigrantes. Pelo contrário, são estes que pela sua vivência concreta do trabalho percebem a ilusão da ética capitalista, e carregam o oscilante Tonho na sua esteira.

Talvez esteja concentrado neste enfoque um respeitoso adeus de Tizuka aos seus mestres e precursores, superando-os e criando um novo caminho para o cinema brasileiro atual, em total sintonia com o momento que vivemos.



As mais dramáticas páginas da história.

A história que o Calendário CIPES 1980 mostra é feita de sangue, suor e lágrimas de todos aqueles que viveram com um único objetivo: a liberdade.

São 12 pranchas, formato 64 x 45, que mostram dramaticamente os capítulos mais importantes da luta do povo, ilustradas com arte e talento por alguns dos maiores artistas gráficos do país e textos preparados sob a coordenação de Clóvis Moura. Entre em contato, hoje mesmo, com o CIPES e peça já o seu Calendário de Lutas Sociais.

Ele custa muito pouco: apenas Cr\$ 200,00 pagáveis em cheque nominal a favor do CIPES — Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais.

Envie o cupom abaixo à Rua Ática, 319 — CEP 04634, São Paulo, SP.

CALENDÁRIO CIPES 1980

Nome

End. Tel.:

CEP Cheque Nº

Banco

CUBA

Há crise na Ilha

Os refugiados da embaixada peruana não ameaçam as principais conquistas da revolução Cubana, mas deixam claro que nem tudo vai bem nessa parte do Caribe.

Por Érica Strada

Há coisa de uns dez dias atrás, a grande imprensa noticiou, com grande alarde, uma "invasão" de exilados cubanos na embaixada do Peru, em Havana. As primeiras informações falavam em 1200 exilados. Mas a TV falou em sete mil, no mesmo dia. E esse número foi aumentando até chegar a 1200 exilados, cifra "oficial" da imprensa, não confirmada por Havana.

A estória dessa "invasão" é meio complicada. Ao que tudo indica, vem de longe. As embaixadas do Peru e da Venezuela estavam servindo, há já algum tempo, de refúgio para cubanos, geralmente profissionais qualificados, que se utilizavam desses países para chegar aos EUA, ou Europa, ou mesmo América do Sul, para tentar ganhar dinheiro. O governo de Fidel Castro, tentando impedir essa evasão, resolveu cortar relações com o Peru. Antes que a embaixada fosse desativada, milhares de cubanos procuraram seu abrigo, numa tentativa de deixar Cuba "legalmente" ou arrumar um caso internacional. Conseguiram arrumar um caso internacional.

A crise do país

As primeiras reações de Fidel Castro à tomada da embaixada por cidadãos de seu país foi de perplexidade. Mas, passa do susto, enveredou por uma linha de defesa que não convence e, de certa forma, até reforça alguns argumentos imperialistas. Ninguém, em sua consciência, pode aceitar a hipótese de que somente "ladrões, parasitas e vagabundos" formam a nata desses refugiados. Deve haver muitos arrivistas, procurando melhores oportunidades no "mundo livre", mas não eles apenas. Havana precisaria esclarecer melhor a opinião pública internacional sobre a situação do país, sobre os recentes acontecimentos com Raul Castro e, principalmente, sobre a situação econômica nacional.

Esses presumíveis dez mil refugiados não chegam a decretar a falência do regime castrista. Entretanto, eles deixam claro para muita gente que Cuba não é aquele paraíso socialista; dos trópicos. O país está em séria crise econômica e política. O crescimento do PIB ficou bem abaixo das estimativas há falta de calçados, vestuário e bens de consumo em geral. Recente modificação na legislação trabalhista permitiu que os administradores de empresas cortassem pessoal sem necessidade de consulta ao comitê de fábrica, um indício de que a porcentagem de desempregados vai aumentar (embora não se possa falar de desemprego em massa). Ao mesmo tempo, o crescimento econômico não foi suficiente para absorver mão de obra mais qualificada, em particular a dos jovens recém-saídos das universidades, e, também, para atender à demanda por bens de consumo não-duráveis.

Há também uma crise política. Raul Castro e vários colaboradores foram afastados das esferas de decisão e o poder de Fidel, alargado. Entretanto, esse poder não esconde o fato de que há

sérias divergências quanto a influência soviética no país e o cada vez maior engajamento cubano nas lutas povos africanos.

Carter lava as mãos

A situação na América Central é bastante delicada para o imperialismo. A Nicarágua vive uma situação de duplo poder, onde tudo pode acontecer. El Salvador está prestes a enviar mais militares ao exílio no Paraguai. A Guatemala, idem, Honduras, República Dominicana, Panamá e Costa Rica também vivem na expectativa constante de uma explosão popular. Cuba está muito perto desses países e, embora não apoie a revolução com a mesma intensidade desde o fim da década de 60, ainda inspira os sonhos de muitos revolucionários, principalmente na América Central.

Essa questão dos exilados surgiu num momento oportuníssimo para os capitalistas, que estão sabendo usá-la muito bem em benefício próprio. Quase todos os dias os refugiados cubanos nos EUA, a camada mais reacionária do antigo poder, organizam manifestações de apoio aos exilados na embaixada. Governos de diversos países já repudiaram a "falta de liberdade" que impera em Cuba e entidades assistenciais pediram permissão Fidel para visitá-los na embaixada. Os EUA fizeram apenas os comentários de praxe. Carter lavou suas mãos, deixando todo o trabalho para o próprio Peru que, através do Pacto Andino, tem pressionado Fidel no sentido de permitir que os refugiados sejam logo expulsos do país. Mas Bermudez não pode receber todos os dez mil cubanos — o país passa por séria crise econômica — e, até agora, somente os EUA mostraram-se dispostos a receber "alguns". Isto significa que o caso ainda vai se arrastar por mais algum tempo, mesmo porque o imperialismo tem muito a lucrar com a questão.



Manifestação anticastrista nos EUA

Carter mostra os dentes

A campanha realizada pela imprensa conservadora diante da crise da embaixada peruana em Cuba acoberta as ameaças do imperialismo contra sua velha inimiga — a revolução latino-americana.

Por João Machado

A crise da embaixada do Peru em Havana não poderia ter vindo em melhor momento para o imperialismo americano e seus aliados na América Latina. Ela ocorre pouco depois do massacre que a direita salvadorenha realizou nos funerais do arcebispo Don Oscar Romero (também ele uma vítima desta mesma direita), num momento em que a Junta de Governo de El Salvador vem encontrando dificuldades crescentes para se manter, apesar do apoio irrestrito que recebe do Tio Sam. Na Nicarágua, em toda a América Central, o imperialismo passa por um mau bocão.

Por outro lado, até o fato de que a crise se tenha centrado na embaixada do Peru é favorável aos interesses conservadores. Neste país se desenvolve uma campanha eleitoral na qual as forças burguesas se encontram divididas a um tal ponto que será difícil que possam vir a constituir um governo minimamente estável. A esquerda, apesar de também dividida, tem crescido, e conta entre seus candidatos com a figura de Hugo Blanco, capaz de unificar um setor fundamental das massas na perspectiva da luta pela independência política da classe operária e por um governo dos trabalhadores. A partir da sua embaixada, a campanha anti-cubana e anti-comunista que se faz a partir da crise tem um maior eco no Peru.

O imperialismo mais agressivo

Em resumo, o imperialismo dispõe de um pretexto para fazer uma grande campanha que justifique o apoio a ditaduras sanguinárias como a de El Salvador, uma maior pressão contra a Nicarágua, e até — este é o seu maior objetivo — uma intervenção militar direta e em grande escala.

Na maior histeria dos últimos anos, o governo americano está cada vez mais

agressivo. E começa a ameaçar sua velha inimiga — a revolução cubana. Como denunciou um editorial recente do diário cubano "Granma", estão programadas para maio manobras militares no Caribe de envergadura significativamente maior do que as dos últimos anos. E estas manobras usarão inclusive a base americana de Guantânamo, localizada em território cubano, numa provocação evidente.

A possibilidade de novas revoluções

Em vista disso, não cabe nenhuma dúvida de que é essencial denunciar estas manobras reacionárias. A revolução cubana, a formação do Estado operário cubano, foram conquistas de enorme importância para o movimento popular. Do mesmo modo, a revolução nicaraguense, o desenvolvimento dos processos revolucionários em El Salvador, na Guatemala, em toda a América Central, abrindo a possibilidade de constituição de um novo Estado operário na América, são grandes avanços.

A defesa da revolução cubana e centro-americana

Mas não podemos por isso tentar esconder os problemas por que passa Cuba. É provável, ou certo, que o grupo inicial que forçou a entrada na embaixada do Peru em Havana tenha agido em conexão com a colônia anticastrista de Miami e com a CIA. Mas o mesmo não podemos dizer dos milhares de pessoas que posteriormente se dirigiram para a embaixada. São gente iludida com as possibilidades de vida fora de Cuba; mas mostram que em Cuba há problemas reais, que a situação econômica tem se agravado.

Não é correta a afirmação de Fidel de que se tratam todos de elementos anti-sociais, marginais. Fontes, como o correspondente do "Le Monde", afirmam que a composição dos refugiados é variada, incluindo profissionais liberais, mas também operários, além de conter marginais. Por outro lado, o mesmo correspondente do "Monde" — com diversas fontes da grande imprensa — noticia que a reação da população cubana tem sido de indignação contra os refugiados, o que mostra bem que o regime continua a merecer a confiança do povo.

As dificuldades econômicas de Cuba são provocadas pelo isolamento, particularmente grave em um pequeno país, pelos anos de bloqueio. Mas também pela burocracia, pela ineficiência de um regime que concentra cada vez mais o poder, que não dispõe de formas efetivas de democracia operária. Diante das ameaças do imperialismo, nossa tarefa fundamental é defender a revolução cubana. Mas esta defesa é mais eficiente quando combinada com a defesa da democracia operária, da participação popular, da luta pela superação das deformações burocráticas.

Argentina: 15 mil desaparecidos e 4 mil presos políticos

O que é o "Movimiento de los Familiares"

A partir do estabelecimento da ditadura militar em 1976, uma organização passou a se destacar por sua atividade contra o regime na Argentina: o movimento de "Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas". Esse movimento precisa hoje, mais do que nunca, de uma ampla campanha de solidariedade internacional.

Mesmo ante do golpe militar, o movimento dos "Familiares" já tinha começado a organizar-se. Foi a partir do momento em que o governo peronista de Isabel lançou oficialmente as Forças Armadas na repressão aos dirigentes e ativistas operários e, paralelamente, os bandos parapoliciais tipo AAA iniciaram as técnicas de sequestros e assassinatos. Depois do golpe, com mais de 1500 sequestrados e milhares de detidos, o movimento estabeleceu-se organicamente e foi se difundindo. Seus integrantes se reuniam nas filas, diante dos presídios nos dias de visita ou nas portas dos tribunais e quartéis onde procuravam notícias sobre o paradeiro de seus "desaparecidos".

Em 22 de outubro realizou-se o primeiro ato público dos "Familiares" que foi, ao mesmo tempo, a primeira manifestação política aberta contra a ditadura. Em dezembro, sob a palavra de ordem "Por um Natal sem presos nem desaparecidos" cerca de 3000 pessoas voltaram a se reunir nos dias 21 e 29. Na ocasião, o movimento foi decisivamente reforçado pela retomada do movimento de resistência operária evidenciado pelas importantes greves dos ferroviários e dos mecânicos da Renault.

Percebendo a perigosa convergência das lutas da classe operária com as lutas dos familiares, a ditadura aumentou incrivelmente a repressão. Em fins de dezembro, no momento em que realizavam uma reunião na Igreja de Santa Cruz foram sequestrados 17 familiares — entre os quais duas freiras francesas — que continuam desaparecidos até hoje. No decorrer de janeiro de 78 um número enorme de pessoas foi detido e muitos receberam ameaças de sequestro. Mas o movimento não se deteve.

Em meados de 78, o regime fez de tudo para usar o Campeonato Mundial de Futebol para colocar a opinião pública a seu favor e criar um clima de "unidade nacional". Os "Familiares" rechaçaram o chauvinismo ditatorial e a propaganda patrioteira e efetivaram mobilizações e denúncias durante a realização do campeonato, enormemente fortalecidos pela Campanha Internacional de Boicote ao Mundial de Videla.

Em 14 de abril de 1979 organizou-se em Buenos Aires uma plenária nacional de comissões de familiares na qual estiveram representadas quase todas as províncias do país. Neste encontro decidiu-se coordenar nacionalmente as atividades do movimento e aprovou-se um programa unitário de 5 pontos. Decidiu-se ainda traçar detalhadamente um plano de ação para receber a visita ao país de uma delegação da OEA que iria ali estudar o problema dos "direitos humanos".

Paralelamente ao crescimento e força do movimento aumentava a repressão. Sequestros, atentados e assassinatos se sucediam. A polícia invadiu uma gráfica que estava imprimindo um livro denunciando a existência de mais de 600 casos de sequestro e apreendeu a edição. Simultaneamente promulgou a lei 22068, pela qual declarava juridicamente morta toda pessoa "desapareci-

da" há mais de um ano. Pretendia assim legitimar seus assassinatos e cobrir com um manto de esquecimento cerca de 15.000 desaparecidos. Porém, mais uma vez, os "Familiares" responderam a essa campanha, demonstrando um grande poder de mobilização. Em menos de 48 horas conseguiu-se arrecadar dinheiro suficiente para publicar e distribuir massivamente um manifesto denunciando a atitude da ditadura. Ao mesmo tempo, ampliavam seu programa de 5 pontos, incorporando a exigência de revogação dessa lei. Quando finalmente chegaram os representantes da OEA, uma concentração de mais de 5000 pessoas os esperava, a despeito de toda a provocação de policiais à paisana.

Esse pujante movimento não é produto de uma frente de partidos e organizações políticas que tenha decidido impulsionar a luta contra a ditadura, mas, estando as organizações de esquerda na ilegalidade, os sindicatos sob intervenção, as organizações estudantis dissolvidas, pertence a essas organizações a maioria dos presos e sequestrados. Os partidos burgueses que assumiam posturas "liberais (UCR) ou "nacionalistas" (peronismo) e que a ditadura não tornou ilegais, não somente não aprovaram as manifestações dos "Familiares", como chegaram a se juntar à campanha da ditadura para isolá-los. Em várias oportunidades esses partidos justificaram publicamente a repressão.

Os "Familiares" avançaram muito, não somente na sua estrutura orgânica, mais também em sua consciência política. Perceberam que, para libertar os presos e sequestrados, precisavam gerar uma mobilização de massas contra a ditadura e, deste modo quebrar qualquer tentativa de isolamento. No seu mais recente encontro nacional foi aprovada uma resolução onde se diz: "Para se obter isto não bastam nossas débeis forças. Precisamos da ajuda de todos os defensores da democracia e da liberdade. Muitos dirigentes políticos, estudantis, e sindicais se pronunciaram em solidariedade a nossa luta e milhares de trabalhadores, vizinhos e estudantes prestaram sua permanente colaboração. Conclamamos a todos para trabalhar em um ação unificada, somando-se assim aos nossos esforços e apoiando firme e ativamente as reivindicações dos "Familiares".

Este chamado foi o início de uma campanha para constituir uma Frente Unida de todas as organizações políticas, sindicais, estudantis, etc. para lutar pelas liberdades democráticas no país através de uma grande mobilização antiditatorial. Trata-se de impulsionar a constituição de comissões em fábricas, escritórios, escolas e bairros e coordená-las em Comissões Regionais.

A luta dos "Familiares" deve ser difundida e apoiada por um amplo movimento de solidariedade internacional. Além disso, diante da próxima viagem do General Figueiredo à Argentina é necessário que não exista partido político, sindicato ou organização brasileira que se diga democrática que não se defina em apoio à luta dos "Familiares".



Com os familiares na Plaza de Mayo: Jorgelina Planas, sequestrada em maio de 77 e Somon Antonio Riquelme (uruguai) sequestrado em julho de 76.

A visita de Figueiredo

Para quando um ditador estiver abraçando o outro

Todo apoio à Campanha pelos desaparecidos e detidos

O presidente Figueiredo, em sequência a sua viagem ao Paraguai irá ainda em meados do próximo mês à Argentina. O significado político dessas viagens é claro: trata-se de levar a solidariedade do governo brasileiro aos demais governos da América Latina que igualmente se destacam por sua política anti-operária e repressiva. Ninguém ignora o inferno de 4 mil presos e 15 mil desaparecidos que é a Argentina de hoje e a encarnizada luta travada pelos familiares dos desa-

parecidos. (Ver matéria ao lado). Não ignora ainda a existência de cinco dessa "desaparecidos" brasileiros em território argentino sequestrados pela repressão naquele país: Maria Regina Marcondes Pinto José Roberto Basso, Francisco Tenório Siqueira (o conhecido pianista Tenório Jr) Sidney Fix Marques dos Santos e Roberto Rascado Rodrigues. Neste sentido (está sendo articulada uma ampla campanha no Brasil em favor da luta do movimento de "Familiares" na Argen-

tina. Trinta e três deputados de São Paulo, Paulo já enviaram uma carta de solidariedade ao movimento. Ao mesmo tempo está em circulação um abaixo assinado que será apresentado à embaixada argentina no Brasil exigindo entre outras coisas o aparecimento com vida dos brasileiros desaparecidos. Transcrevemos abaixo a íntegra desse abaixo assinado e convocamos todos os nossos leitores para que assinem, recortem e enviem para a nossa redação em São Paulo.



Fundamentados na exigência da plena vigência dos mais elementares Direitos Democráticos e de Liberdades para os Povos, os abaixo assinados, solicitamos que se faça chegar os pedidos seguintes:

- 1) que apareçam com vida os detidos-desaparecidos
- 2) que sejam liberados todos os detidos por razões políticas sem causa nem processo
- 3) que sejam julgados aqueles que tem causa e/ou processo de acordo com a Constituição Nacional com garantia de defesa no julgamento
- 4) que seja concedido o uso do direito de opção segundo o estabelecido na

Constituição Nacional, sem restrições nem regulamentações que o deturpem

5) que finalizem as ações que ainda continuam e motivam este documento

6) que seja revogada a lei nº 22068

7) que reapareçam, vivos, os cidadãos brasileiros que se encontram desaparecidos na Argentina, tais como, entre outros: Sidney Fix Marques dos Santos; Maria Regina Marcondes Pinto; Jorge Luis Basso.

8) que cesse toda perseguição e cerceamento das atividades do movimento dos "Familiares de presos y desaparecidos por razones políticas" e a de todos os organismos que lutam pelos direitos humanos na Argentina.

Nome:

Assinatura:

29/3/72-29/3/80

8 anos do assassinato de Antonio Marcos

Srs. redatores. Em 29 de março de 1972, Antonio Marco Pinto de Oliveira foi assassinado aos 22 anos de idade, por agentes de segurança do DOI/CODI, Polícia do Exército, no Rio de Janeiro.

Desde sua adolescência, sempre se sensibilizou diante da opressão vivida pelo povo brasileiro desde 1964, e inconformado, se engajou em vários movimentos de oposição ao regime.

Como secundarista, Antonio Marcos atuou no Movimento Estudantil em 1967/1968, no Grêmio de sua escola João Alfredo, na Juventude Estudantil Católica (JEC), sempre se empenhando na luta maior de todo o povo pela derrubada da ditadura militar.

Prosseguindo nessa linha de conduta, pela construção de uma sociedade mais justa, socialista, assumiu um trabalho junto a setores populares de Osvaldo Cruz (bairro do subúrbio carioca), visando o cumprimento de reivindicações, desde as mais agrícolas (educação, saúde, recreação, cultura, etc.) às mais gerais (emancipação política do povo). Esse trabalho era desenvolvido pelo GRUJOC (Grupo de jovens de Osvaldo Cruz), cuja sede funcionava na Igreja N. S. Medianeira.

Durante todo o ano de 1971, acompanhou e viveu a realidade local, com todos os seus problemas do dia-a-dia, hoje ainda presentes em todo o subúrbio: desemprego, falta de saneamento, problemas de alimentação, habitação, etc.

Como ocorre toda vez em que o movimento popular passa a ganhar maior expressão e vulto, a polícia da ditadura, já bem conhecida por todos nós, usando seus métodos de terror, infâmias, torturas, violência, REPRIMIU e DESMANTELOU o trabalho, prendendo grande parte dos elementos do grupo — inclusive o Pároco da igreja (Pe. Daniel de Castro), tradicionalmente querido e respeitado pelos moradores —, prendendo também elementos da população.

Desta forma, Antonio Marcos viu-se forçado a entrar para a clandestinidade, prosseguindo coerentemente em sua opção revolucionária.

Em 29 de março de 1972, por ocasião de prisões e assassinatos em massa de elementos ligados à VAR-Palmares, assim como outras organizações atuantes "de esquerda", Antonio Marcos foi surpreendido por agentes do DOI/CODI — RJ, na Av. Suburbana, 8988 — casa 72 — Quintino — Rio, residência de um companheiro, sendo lá assassinado juntamente com Maria Regina Leite Lobo Figueiredo e Ligia Maria Salgado Nobrega (também grávida).

Covardemente, para prender (prender???) um rapaz e duas moças, os agentes fizeram da rua e periferia uma verdadeira praça de guerra, lançando granadas, metralhando a casa, ameaçando e aterrorizando os vizinhos, utilizando-se do mais requintado sadismo na maneira de assassinar os 3 jovens.

Somente agora essas declarações tornam-se possíveis de serem publicadas e divulgadas, devido à expansão e crescimento do movimento popular (a Repressão já não possui força suficiente para fazer o que quer).

Nossa família foi atingida diretamente, sendo envolvida nesse clima de violência e terror, através de ameaças e coações.

Nós, autores desta carta, fomos também atingidos (e como!). Por sermos irmãos de Antonio Marcos e estarmos engajados na mesma luta, fomos presos, levados encapuzados para a P.E. (DOI/CODI), torturados e forçados a ouvir dos algozes a maneira covarde utilizada no assassinato de nosso irmão.

As torturas forma de todas as espécies: físicas e psicológicas... Maria de Fátima esteve internada 1 mês depois da morte de Marcos em estado de semi-coma no Hospital Central do Exército (HCE), e em Janeiro permaneceu 1 mês altamente debilitado e continuamente torturado também no DOI/CODI.

Quanto às torturas psicológicas, nem se fala: constantes ameaças de torturar nossos familiares e até de matá-los em nossa frente.

Este é mais um dos depoimentos que, temos certeza, ficarão na nossa história, testemunhado o governo Médico, com seu "milagre econômico" e sua máquina de propaganda que anunciava, dentre outros chavões:... "Ninguém segura a juventude do país".

Finalizando, inscrevemo-nos,

Fátima e Januario

EM TEMPO comete deslize

No artigo "Ainda o Congresso" (EM TEMPO nº 103) foram feitas quatro entrevistas com mulheres que participaram do II Congresso da Mulher Paulista. Entre elas contavam-se, segundo EM TEMPO: duas negras, uma mulata (sic) e uma mulher branca. Assustei-me. Este jornal que tem se pautado veementemente por todas as liberdades sejam públicas ou privadas (como a liberdade de dispor do próprio corpo), cometeu um deslize ao referendar o mito da democracia racial brasileira. A aceitação da linha de cor, como está expressado na entrevista só trouxe conseqüências funestas ao povo negro brasileiro. Vejamos o porquê.

A "mulata" e todos os chamados "pardos" e "mestiços" são frutos de uma relação de opressão nascida no sistema escravista, em que o homem branco temendo Deus e a Igreja não ia "desonrar" a esposa, mãe de seus filhos. Para o seu deleite sexual, mantinha relações sexuais com a mucama, que hoje se tornou minimamente assalariada com o pomposo nome de empregada doméstica. Este deleite sexual, não era pecaminoso, pois segundo o velho Padre Antônio Vieira "negro não tem alma"...

Os rebentos desta relação, os chamados "mulatos" (nome originário da palavra "mula", referente à coloração do pelo daquele animal) não recebiam os privilégios da paternidade que seus irmãos da casa grande recebiam. A maioria deles ficavam confinados com os demais ne-

gros na senzala, vivendo as mesmas agruras que todos os escravos.

Nos nossos dias, a ideologia racial brasileira tem privilegiado o mulato, pois este se aproxima fenotipicamente do branco. Esta ideologia, que possui como seu expoente máximo o Sr. Gilberto Freyre, tem reforçado o privilégio de raça fazendo com que a integração do negro na sociedade de classes seja obstado. Neste sentido, Millôr Fernandes foi extremamente objetivo e sintético quando cunhou a frase: "No Brasil não existe racismo porque o negro sabe qual é o seu lugar".

A ideologia racial brasileira ao discriminar o negro em favor do "mulato" nada mais faz que retardar a consciência racial deste último fazendo com que a consciência negra no Brasil não se torne politicamente incômoda. O sociólogo Clóvis Moura chama este conflito artificial entre negros e "mulatos" de **dobradilha**, pois ela separa e impede a unidade da consciência do negro brasileiro.

O "mulato" possui uma identidade étnico-histórica com o negro que não pode ser rompida sob a pressão da linha de cor e da ideologia racial brasileira.

Finalmente, a relação homem branco-mulher negra e o nascimento da "mulata", criou o estereótipo racista da sexualidade dos negros. No interior deste estereótipo permeia a idéia de que a epiderme negra é um fluido afrodisíaco, o que faz todo negro ser "indolente e lascivo". A reafirmação da "mulata" nos reme-



te sempre àquela sensualidade que é muito bem explorada pelo Sr. Sargentelli, reconhecidamente o protagonista do estereótipo sexual do negro. Suas "mulatas", que segundo ele "são produtos portugueses, que o samba consagrou e o paulista consome" revelam a que grau chegou a mercantilização do negro.

Não importa saber, neste momento, se a profissão "mulata" (ela será sempre uma "profissão" principalmente no período pós-abolicionista) é uma decisão livre e consciente, como resposta às condições sociais e econômicas instáveis. O que de fato importa é que os "mulatos" são produtos objetivos de uma relação de poder e dominação. Reiterar como fez EM TEMPO a **mulatress** das mulheres negras é reafirmar a tripla opressão que estas mulheres sofrem: opressão de classe, opressão de sexo e opressão de raça. É reafirmar que ser "mulata" é um privilégio racial, estigmatizando a estereotipia sexual do negro e confirmar, com todas as letras, ainda mais a ideologia racial brasileira.

Vanderlei José Maria, - Sp

O feminismo e o feminino em questão

Em carta enviada ao EM TEMPO nº 102, Ethel Leon polemiza alguns pontos da nossa matéria «A briga pelo poder nos bastidores do II Congresso da Mulher Paulista» publicada no nº 101 deste jornal.

Com a intenção de aprofundar o debate sobre a questão feminista, tentaremos esclarecer nosso ponto-de-vista a respeito.

Antes de mais nada, negar a oposição entre feminismo e feminino, demonstra pelo menos ausência de informação a respeito da história do primeiro.

Há muito que feminino deixou de designar a «fêmea do sexo masculino». No tocante à Biologia, não há o que discutir. Contudo, há séculos que quando se usa o termo «feminino», «feminilidade» se está sempre atribuindo à mulher uma conotação de fragilidade dependência, incapacidade de sobreviver por si própria, delicadeza; submissão, omissão, alienação de si, e da «política» como um todo.

O feminismo, ao contrário, «não representa somente o reviver de um movimento político sério pela igualdade social, «mas também», a derrocada do mais antiquado e rígido dos sistemas de classe/casta já existentes, o sistema de classes baseado no sexo — um sistema consolida-

do ao longo de milhares de anos que emprestou aos papéis arquétipos de macho e fêmea uma legitimidade imerecida e uma permanência aparente».

Assim, o conceito «feminismo» implica numa luta pelo fim da opressão específica de que a mulher, particularmente, é vítima. Contudo não podemos ser sectárias a ponto de esquecer que a mulher burguesa, apesar de ser exploradora enquanto classe, é oprimida também enquanto sexo, e vive tão na dependência do homem quanto a mulher operária. Entretanto, isso não minimiza o fato de que a mulher proletária é oprimida duas vezes: pela ideologia machista e pelo sistema capitalista masculino.

Neste quadro se coloca a importância do movimento e organização das mulheres em torno da questão feminista, principalmente porque o movimento pode reivindicar para si um potencial revolucionário muito maior, bem como qualitativamente diferente dos outros movimentos sociais. Porque:

1) O movimento feminista é o primeiro a unir efetivamente o "pessoal" ao "político". Ele está desenvolvendo um novo modo de relacionamento, um novo estilo, que finalmente reconciliará o pessoal — sempre a prerrogativa feminina — com o



público, com o "mundo exterior", de modo a reintegrar o mundo com as suas emoções, e literalmente com os seus sentidos.

2) O fim da Psicologia do Poder. A maioria dos movimentos revolucionários é incapaz de praticar entre si o que pregam. Cultos intensos à lideranças, faccionismo, são muito mais a regra do que a exceção. O movimento das mulheres, na sua curta história tem um registro um pouco melhor do que a maioria nessa área. Um de seus principais objetivos declarados é a democracia interna, e ele não mede esforços (muitas vezes absurdos, como por exemplo a participação das feministas no II Congresso da Mulher Paulista, que preferiram trabalhar na infraestrutura) para perseguir essa meta.

Existe hoje uma certa tendência em fazer com que as mulheres assumam as lutas gerais da comunidade (como creches, águas, luz, esgoto, melhores condições de moradia, etc.) como se fossem lutas específicas da mulher. O grande problema dessa atitude reside no fato de se encarar essas lutas como especificamente feministas, descharacterizando assim o feminismo, uma vez que essas lutas devem ser assumidas pela comunidade como um todo, homens e mulheres. Nosso papel enquanto feministas é o de incentivar a participação da mulher em todas as lutas sociais gerais, mas tendo bem claro que são lutas gerais e não específicas da mulher.

A propósito dos pressupostos aqui defendidos, conferir Shulamith Firestone "A dialética do Sexo" — estudo da revolução feminista — coleção bolso — Editorial Labor do Brasil S/A — RJ 1976.

Olga Nascimento e Maria Tereza Ventura

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robison Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robison Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiro — São Paulo — CEP: 05414 — Fone: 852-8880

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robison Ayres.

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Pappi.

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 • PORTO ALEGRE: — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE JANEIRO: — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR: — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA: — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

Um Ano de Figueiredo: Mais de 25 Atentados do Terror.

Em um ano de governo Figueiredo os grupos de extrema direita já deixaram um saldo dos mais expressivos: são mais de dois atentados por mês até agora e que estão totalmente impunes, demonstrando de forma inequívoca o caráter da abertura que nos é oferecida.

Os ataques de grupos organizados de extrema-direita a pessoas, entidades, jornais alternativos e agora, até a livrarias, como aconteceu mais recentemente em São Paulo (ver box) não têm sido exceção, no governo Figueiredo e confirmam a regra de que eles se multiplicam como erva daninha assim que o movimento popular ganha força e avança.

A par da anistia restrita e da intocabilidade dos órgãos de repressão, demonstrativos da "abertura política" do governo e da sempre reiterada "vocalização democrática" do general Figueiredo, multiplicam-se os atentados terroristas dos CCC (Comando de Caça aos Comunistas), GAC (Grupo Anti-Comunista), MAC (Movimento Anti-Comunista), ou de seus iguais e vicejam personagens esdrúxulos como o Mão Branca, versão/80 do Esquadrão da Morte.

Contra estes, pouco há que se fazer, pois tanto a polícia quanto os sofisticados órgãos de repressão, suficientes até para dar assessoramento além fronteiras, reafirmam a cada novo ataque a sua "impotência" para identificar os autores, que acobertados e sabedores de sua impunidade dão-se ao luxo não só de assinar as suas ações como também de avisar com antecedência que elas serão praticadas.

O comportamento daqueles que se arrogam defensores da população e guardiães da "democracia" só vem confirmar a certeza de que aos órgãos oficiais da repressão não interessa entreabrir a cortina, pois a peça poderá não agradar a alguns espectadores. As vítimas resta o apoio e a solidariedade de todos aqueles que a cada ato de vandalismo também se sentem atingidos e uma saída: "Chamemos o Ladrão".

—Dia 7/6/79 - Duas bombas são colocadas no Teatro Escola Parque em Brasília durante a apresentação da peça "Revista do Henfil", que teve que ser suspensa. Foi pedida proteção à polícia que destacou o DOPS para fazer averiguações. Nenhum grupo reivindicou a ação e nada foi apurado.

— Dia 9/7/79 — Sede do EM TEMPO em Belo Horizonte é invadida e arrasada pela segunda vez, tal como já ameaçara o GAC e o MAC de Minas. Bombas são atiradas, arquivos destruídos e ácido espalhado por todas as máquinas. Figueiredo condena, o ato, mas nada é apurado.

— Dia 6/9/79 — É invadido o Diretório Central de Estudantes da UFMG. Lampadas são quebradas, telefone arrancado e os arquivos revirados. Os mesmos GAC e MAC se responsabilizam pelo atentado. Resultado: nada.

— Dia 3/10/79 — Bomba estoura e incendeia o automóvel de Hélio Fernandes, que pediu proteção à polícia. Enquanto esta nada apurava o jornalista continuou sofrendo ameaças.

— Dia 8/10/79 — Uma bomba é atirada no quintal da Casa das Estudantes em São Paulo, de um carro que passa em alta velocidade. Ninguém se responsabiliza e a polícia sequer atende ao chamado das estudantes, para averiguações.

—Dia 28/10/79 — O MRN — Movimento de Reorganização Nazista — invade a casa do físico Mário Schenberg e espanca sua esposa na ausência daquele e ao mesmo tempo faz ameaças a vários intelectuais e políticos de origem judaica. A polícia insinua que a vítima é farsante.

— Dia 29/10/79 — Ronilda Noblat, advogada de Theodomiro Romeiro dos Santos recebe vários telefonemas ameaçando-a de morte e aos seus filhos. Pedido de proteção à polícia.

— Dia 7/11/79 — Bomba de gás lacrimogênio explode no carro do deputado Otacílio Queirós em Brasília, quando este conduzia Carlos Prestes de aeroporto ao hotel. Prestes fora à Brasília para as comemorações do aniversário da Revolução Russa, na embaixada da URSS. Nada apurado.

— Dia 9/11/79 — A catedral de Santo Antonio do Jacutinga, em Nova Iguaçu e uma Igreja do Bairro da Prata também na Baixada Santista são pichadas com os dizeres: comunista, homos-

sexual, aludindo a D. Adriano Hipólito. As paredes são pintadas com a foice e o martelo e com a frase: "Aqui é a sede do PCB". Na Igreja do Bairro da Prata, os atacantes mataram o cachorro de um padre, que a protegia. As cápsulas das balas encontradas junto ao cão eram de calibre somente usado pela polícia ou Forças Armadas. As "autoridades" limitaram-se a lamentar o ocorrido.

— Dia 11/11/79 - Invadida a sede da UEE/SP. Gavetas e arquivos são vasculhados e uma impressora coberta de tinta. Os invasores deixaram escrito: "O CCC esteve aqui. Cuidado menino(as)" e "Bom dia Barbieri. CCC". O fato foi comunicado à polícia, que se incumbiu de providenciar a ida de policiais ao local, mas não houve resultados.

— Dia 13/11/79 — D. Adriano Hipólito recebe telefonemas anônimos avisando que uma bomba iria explodir em uma das igrejas da Baixada Fluminense. O DPPS foi avisado, mas nenhuma providência tomada.

— Dia 18/11/79 — O CCC ataca quatro residências e duas igrejas em Belém do Pará, fazendo pichações, quebrando vidraças, espalhando panfletos e disparando quatro tiros contra uma livraria. Os atingidos eram promotores da visita de Miguel Arraes à cidade. Foi aberto inquérito para apurar os autores e como das outras vezes não deu em nada.

— Dia 28/11/79 — Incendiado o carro da filha do jornalista Hélio Fernandes. No local foram achados vários panfletos acusando H. Fernandes de comunista. O atentado não foi reivindicado por nenhum grupo e as autoridades nada apuraram.

— Dia 6/13/79 — Durante encontro dos Metalúrgicos em Belo Horizonte, o carro do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade é incendiado e as fechaduras dos carros de todos os participantes entupidas com cola. Ninguém reivindicou o atentado e a polícia também não tomou nenhuma providência para apurar seus autores.

— Dia 21/12/79 — Como já havia prometido anteriormente, o CCC destrói com uma bomba o altar da Catedral de Nova Iguaçu, na Baixada Santista. Desta vez até o presidente da República lamenta o ocorrido e é aberto inquérito para apurar os responsáveis.

Mas até agora, como era de se esperar, a polícia não apresentou nada de positivo.

— Dia 13/3/80 — Bombas são encontradas no escritório do advogado Sobral Pinto e no escritório de Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Telefonemas anônimos avisaram anteriormente a presença de bombas. Nenhuma averiguação.

— Dia 23/3/80 — Bombas são colocadas no auditório da CONTAG em Brasília, quando Gregório Bezerra faria uma conferência. Agentes federais são chamados ao local para desmontá-las mas chegam jogando gás lacrimogênio e evacuando o plenário.

— Dia 29/3/80 — Bomba estoura na sede carioca da Convergência Socialista. Nenhuma providência das autoridades.

— Dia 30/3/80 — Duas bombas destroem a administração e redação do jornal *Hora do Povo* no Rio de Janeiro. Personalidades e entidades repudiam o atentado, o comandante do 1.º Exército condena as ações, mas até agora nada apurado.

— Dia 1/4/80 — Três bombas de gás lacrimogênio são lançadas no plenário da Assembléia Legislativa de Porto Alegre, durante as comemorações do golpe militar de 64. Um estudante da Escola de Polícia é identificado como autor do atentado e imediatamente recebe toda a proteção e solidariedade de seus superiores. Nesse mesmo dia outras bombas são lançadas no Gigantinho, ginásio de esportes de Porto Alegre, onde 15 mil pessoas assistiam ao show da cantora Mercedes Sosa.

— Dia 3/4/80 — A livraria Capitu em São Paulo sofre um primeiro atentado, com um tiro disparado contra sua vitrine. Na manhã seguinte através de telefonemas o CCC se responsabilizou pelo ato e prometeu voltar. Tanto a Polícia Militar quanto o DOPS, aos quais se pediu proteção, negaram-se a tomar qualquer atitude.

— Dia 5/4/80 — Como avisara, o CCC volta e desta vez além de destruir toda a vitrine da livraria Capitu com 12 tiros, pedras e tijolos, ataca também as livrarias Kairós e Livramento e promete destruir outras livrarias. Resultado: Nada.

O ataque às livrarias de São Paulo

Revivendo o passatempo nazista

Em carta aberta à população, 29 livrarias de São Paulo denunciam e se solidarizam com as Livrarias Capitu, Kairós e Livramento que nos dias 3 e 5 de abril foram alvo do ataque do Comando de Caça aos Comunistas. Na carta é dito que o CCC que se responsabilizou pelos atentados através de telefonemas "prometeu novas ações contra livrarias que divulgassem 'material subversivo'. No caso o 'material subversivo', segundo o autor do telefonema, são os livros políticos de 'esquerda' que são normalmente comercializados no país".

As livrarias atingidas repudiam esse ato de vandalismo praticado contra o seu direito de trabalhar livremente sem qualquer cerceamento ideológico sobre o material que comercializam.

